



I SEMINÁRIO REGIONAL AMAZÔNIA ORIENTAL

**CADEIAS DOS PRODUTOS DA
SOCIOBIODIVERSIDADE:
AGREGAÇÃO DE VALOR E CONSOLIDAÇÃO
DE MERCADO SUSTENTÁVEL**

Apoio:



Instituto
Chico Mendes



MCT MAPA MDIC MI MTE

Promoção:

Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério do Desenvolvimento Social



CEFET

BELÉM / PA, 26 a 28 DE SETEMBRO DE 2007

SUMÁRIO

	Página
Introdução	02
Contexto do evento	02
Objetivos do seminário	04
Aspectos metodológicos	05
Programa base do seminário	07
Propostas validadas pela plenária final - 28.09.2007	08
Cadeias mais expressivas do Bioma Amazônia Oriental	09
Entendimento de “produtos da sociobiodiversidade”.	11
Entendimento de “cadeia produtiva da sociobiodiversidade”	12
Princípios que deverão orientar as políticas para a sociobiodiversidade	13
Articulação dos arranjos institucionais / atores regionais	14
Propostas para a Assistência Técnica e Extensão Rural	15
Propostas para Linhas de Crédito e Fomento.	17
Propostas para a Organização social e produtiva:	18
Propostas para a Pesquisa e Tecnologia	20
Propostas para Marcos Regulatórios	23
Anexos	25
I palestra niveladora - Leonel Pereira - MMA	26
I trabalho em grupos – Conceitos e orientações	27
Resultados GT1.1 – Cadeias mais expressivas do Bioma Amazônia Oriental	28
Resultados GT1.2 – Entendimento de “produtos da sociobiodiversidade”.	30
Resultados GT1.3 – Entendimento de “cadeia produtiva da sociobiodiversidade”	31
Resultados GT1.4 – Princípios que deverão orientar as políticas públicas	32
Resultados GT1.5 – Arranjos institucionais / atores regionais	33
II palestra niveladora - Cristiane Heringhouse – CIFOR	35
II trabalho em grupos - Produção e beneficiamento nas cadeias	35
Resultados GT2.1 - Assistência Técnica e Extensão Rural	35
Resultados GT2.2 – Financiamento (crédito e fomento)	36
Resultados GT2.3 – Organização social e produtiva	37
Resultados GT2.4 – Pesquisa e tecnologia	38
Resultados GT2.5 – Marco regulatório	39
III palestra niveladora - Gonzalo Enríquez - UFPA/ABIPTI/UNB	40
IV palestra niveladora - João Matos - BERACA BRASMAZON	41
III trabalho em grupos – Agregação de valor e mercado	41
Resultados GT3.1 - Assistência técnica e extensão rural	42
Resultados GT3.2 - Linhas de crédito e fomento.	43
Resultados GT3.3 – Organização social e produtiva:	44
Resultados GT3.4 - Pesquisa e tecnologia	45
Resultados GT5.3: Marcos regulatórios	46
Avaliação final	48
Participantes do seminário	51
Organização do seminário	57
Equipe de moderadores	58
Palestras niveladoras	60

CADEIAS DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE: AGREGAÇÃO DE VALOR E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADO SUSTENTÁVEL

BELÉM, 26 a 28 de Setembro de 2007

INTRODUÇÃO

Este documento reflete as apresentações, debates e conclusões geradas por ocasião do I Seminário Regional “**Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis**”, realizado nas dependências do CEFET, em Belém, no período de 26 a 28 de Setembro de 2007.

Este I Seminário é parte integrante do processo de coleta de subsídios das diferentes comunidades envolvidas com a sociobiodiversidade, buscando contribuir para o desenvolvimento de mercados sustentáveis e agregação de valor às cadeias de produtos da sociobiodiversidade, promovidos pelos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social.

Os Seminários estão sendo organizados pelo MMA (SBF, SEDR, SFB, ICB), MDA (SAF, SDT, INCRA), MDS (SAIP), FUNBIO, GTZ, SEBRAE, MME (Luz para Todos) e parceiros regionais, contando com o apoio do MDIC (ABDI), MCT (APL), MAPA (Conab, Embrapa), CEBDS, Chesf, Eletrosul, Eletronorte, Furnas, Itaipu, SENAR, ISA e parceiros regionais.

Os Seminários Regionais irão acontecer nas seguintes Cidades: Região Norte (Rio Branco-AC e Belém-PA); Região Nordeste (Juazeiro-BA); Região Sudeste (Rio de Janeiro-RJ); Centro-Oeste (Goiânia-GO); Região Sul (Curitiba-PR). O Seminário Nacional deverá ocorrer em Brasília-DF.

Os participantes nos Seminários deverão ser de cerca de 100 pessoas nos seis Seminários Regionais e até 200 participantes no Seminário Nacional, dentre pesquisadores, representantes dos produtores familiares e de povos e comunidades tradicionais, órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), ONGs e setor empresarial.

CONTEXTO DO EVENTO

O Brasil é o único país de dimensões continentais que ainda apresenta mais de metade de seu território coberto por vegetação nativa, a maior parte constituída de florestas tropicais, como a Amazônia e a Mata Atlântica, além de importantes regiões ocupadas por outros biomas, como o Cerrado e Pantanal, a Caatinga, o Pampa, e da Zona Costeira e Marinha. Nestes ambientes encontram-se cerca de 20% das espécies de seres vivos do planeta, o que coloca o país na primeira posição entre os megabiodiversos. Além disso, o Brasil se destaca quanto à diversidade sociocultural, representada por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, agricultores familiares, dentre outras), detentoras de

considerável conhecimento e habilidades sobre sistemas tradicionais de manejo dos recursos da biodiversidade.

Apesar deste animador cenário, o Brasil ainda não aproveita devidamente essa inesgotável fonte para a geração de bens e serviços de alto valor agregado. A economia tem sido desenvolvida a partir da substituição da paisagem, promovendo uma acelerada mudança no uso do solo dos ambientes naturais por atividades agropecuárias de alto impacto. Essas atividades, muitas vezes, provocam a exclusão e ou a subordinação econômica e tecnológica dos povos e comunidades tradicionais dos processos produtivos, além da perda potencial da biodiversidade. Ainda não se considera a possibilidade de que o uso sustentável dos recursos da biodiversidade brasileira possa agregar maior valor do que sua simples substituição por espécies exóticas que, muitas vezes, além de impactantes sobre a biodiversidade brasileira, demandam grandes quantidades de insumos importados de fora do país.

Especialistas consideram que o fortalecimento das cadeias produtivas de produtos e serviços gerados a partir dos recursos da sociobiodiversidade, é fundamental para possibilitar a integração da conservação e uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico sustentável do país. Com a inclusão produtiva dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária, e dos povos e comunidades tradicionais nesses processos, será possível a agregação de valor socioambiental a estas cadeias produtivas e a distribuição justa e equitativa de benefícios em todas as suas etapas. Assim, o país poderá desenvolver uma nova fronteira econômica, levando em conta as dimensões ambiental e social, com base em vantagens comparativas ainda inexploradas e a possibilidade de maiores rendas interna e externa, advindas da valorização dos recursos, bens e serviços que a sociobiodiversidade representa.

Existe um conjunto de políticas do governo federal e de alguns estados e municípios, ONGs, movimentos sociais, empresas com responsabilidade socioambiental e da academia que buscam estratégias para a reversão deste quadro. Estas iniciativas contribuem para a consolidação de experiências demonstrativas da competitividade destas cadeias e do grande potencial que estes produtos representam para a conservação da biodiversidade, para a geração de renda e para o desenvolvimento sustentável, mais acentuado ainda numa conjuntura de mudanças climáticas. Grandes avanços têm sido verificados nos últimos anos, mas ainda percebe-se que a maioria das iniciativas têm caráter piloto, com abrangência restrita no aspecto territorial, econômico e social, e pouco impacto na definição de prioridades político-econômicas do país e nos indicadores de desenvolvimento social e econômico. Assim, identifica-se a necessidade de evoluir das experiências-piloto para o contexto de políticas públicas.

Desta forma, o governo federal, por meio de articulação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social com outros parceiros do governo e da sociedade civil, vem trabalhando no sentido de promover a elaboração de uma estratégia política para o fortalecimento destas cadeias e a consolidação de mercados sustentáveis para estes produtos. A estratégia prevê a integração das ações e projetos de apoio a cadeias e arranjos produtivos da sociobiodiversidade e busca, desde

sua elaboração, envolver outros setores da sociedade e sua ampla discussão entre os diversos segmentos sociais e atores envolvidos.

O processo tem como objetivo criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de bio-empresendimentos sustentáveis, fortalecendo a visão estratégica de apoio/fomento às cadeias de valor e arranjos produtivos locais e regionais, a partir de um enfoque sistêmico, participativo e descentralizado. Neste documento, são apresentadas as linhas gerais para os Seminários Regionais, que fazem parte da Estratégia Nacional para os Produtos da Sociobiodiversidade. Estes eventos visam proporcionar espaços de comunicação com os atores sociais envolvidos para o aperfeiçoamento da estratégia e o estabelecimento de uma visão mais convergente com as necessidades atuais.

(Texto Base para os Seminários Regionais)

OBJETIVO GERAL

Contribuir para o desenvolvimento de mercados sustentáveis e agregação de valor às cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Definir cadeias prioritárias e sistematizar informações sobre a situação dos principais produtos da sociobiodiversidade em todos os Biomas Brasileiros, considerando suas principais limitações/gargalos e potencialidades/vantagens competitivas.
 - Elencar ações prioritárias que contribuam para a agregação de valor a estas cadeias.
 - Indicar estratégias para a consolidação de mercados sustentáveis para esses produtos, que venham a valorizar a sua origem, a forma de produção (agroecológica, orgânica e afins), aspectos socioculturais relevantes, sua importância para a geração de emprego e renda, a conservação e uso sustentável da biodiversidade e a repartição de seus benefícios.
 - Aperfeiçoar a estratégia política do governo federal para os produtos da sociobiodiversidade e suas cadeias e arranjos produtivos.
 - Incentivar a formação de grupos regionais para a discussão, articulação e implementação de ações e estratégias visando agregar valor às cadeias, fortalecer os APLs e consolidar mercados.
-

RESULTADOS E PRODUTOS ESPERADOS

- Cadeias de produtos da sociobiodiversidade priorizadas.
- Sensibilização dos potenciais beneficiários sobre a relevância da temática e a importância de envolvimento cooperativo, multiinstitucional e intersetorial.
- Aperfeiçoamento da estratégia política do governo federal para viabilização destes mercados e agregação de valor nestas cadeias.
- Subsídios para a caracterização das principais limitações/gargalos e potencialidades/vantagens competitivas das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e para a elaboração de estratégias de ação.
- Formação de grupos regionais de referência para a discussão, a articulação e a implementação de ações e estratégias, visando agregar valor às cadeias, fortalecer os APLs e consolidar mercados.

PRODUTOS

Publicação e CD contendo texto das palestras e compilação dos resultados dos grupos de trabalho apontando as cadeias prioritárias, principais limitações e potencialidades das cadeias regionais e subsídios para estratégia nacional de incremento e agregação de valor a estas cadeias e APLs.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O Seminário Regional seguiu os princípios do enfoque participativo / construção participativa que procura reunir técnicas e instrumentos que facilitem o processo de debate e de intercâmbio de experiências, melhorando a dinâmica dos eventos.

Uma equipe de moderadores coordenou o processo metodológico, apoiada por uma equipe de facilitadores e relatores que coordenaram os debates nos cinco grupos de trabalho. Os facilitadores serviram de catalisadores e sistematizadores para as diversas propostas que apareceram, procurando não interferir no conteúdo das discussões, tendo somente a responsabilidade de facilitar e organizar o processo de construção participativa.

Quatro palestras niveladoras foram proferidas, seguidas por intervenções de debatedores (cinco, seis e até sete debatedores por palestra). Essas palestras e intervenções tiveram a incumbência de nivelar informações entre os participantes e fornecer subsídios para que estes pudessem formular propostas melhor orientadas nos diferentes grupos de trabalho.

Todos os debates foram apoiados pelo registro visual contínuo do processo, tanto das palestras como dos trabalhos em grupo e plenária, buscando-se assim, mais objetividade e transparência para todos. Tudo que foi dito em plenária foi também gravado pela mesa de som.

Os trabalhos em grupos foram organizados de forma seqüencial, precedidos pelas palestras motivadoras e debates em plenária. O primeiro trabalho focou aspectos conceituais e de orientação, sendo que os demais foram dirigidos para a formulação de propostas para assistência técnica, crédito e fomento, pesquisa e tecnologia, marcos

regulatórios e arranjos institucionais. Este espaço buscou aumentar a eficácia da comunicação e garantir um momento intensivo de criação, gerando propostas que foram debatidas e validadas em plenária. São nos pequenos grupos que se estabelece o contato face a face e criam-se idéias de forma intensiva.

As sessões plenárias foram utilizadas para o aperfeiçoamento e validação das propostas geradas nos grupos, sendo o espaço para a socialização dos resultados, das tomadas de decisão e de se estabelecer a responsabilidade e cumplicidade pelo resultado alcançado.

A documentação do seminário é descritiva de todo o processo e foi baseada na documentação oferecida pelos palestrantes e nos documentos gerados durante os trabalhos de grupos e decisões em plenária.

PROGRAMAÇÃO BASE

1º Dia – manhã: Panorama geral e políticas públicas e privadas para as cadeias de produtos da sociobiodiversidade

8 h 30 – Mesa de abertura (*composição de acordo com presenças*)

9 h – Palestra niveladora (a visão do Governo sobre o tema)

10 h – Debates em plenária – aberto aos participantes

10 h 45 – Intervalo

11 h – Grupos de Trabalho para o levantamento de lacunas e dificuldades para implementação regional, construção de propostas concretas (curto, médio e longo prazos) visando o aperfeiçoamento da estratégia política do governo federal.

1º Dia – tarde: Produção e beneficiamento nas cadeias de produtos da sociobiodiversidade: entraves, lacunas, potencialidades e oportunidades

14 h – Palestra niveladora

14 h 40 – Debatedores dos principais setores: Produtivo – Comunitário e Empresarial, Academia, ONGs e Governos)

15 h 40 – Debates em plenária – aberto aos participantes

16 h 40 – Intervalo

17 h – Grupos de Trabalho para construção de propostas concretas (curto, médio e longo prazos) que visem o incremento e melhoria das relações destas etapas das cadeias produtivas.

2º Dia – manhã: A agregação de valor as cadeias de produtos da sociobiodiversidade

8 h 30 – Palestra niveladora

9 h 10 – Debatedores (até 5, dos principais setores: Produtivo – Comunitário e Empresarial, Academia, ONGs e Governos)

10 h 05 – Debates em plenária – aberto aos participantes

10 h 45 – Intervalo

11 h – Grupos de Trabalho para construção de propostas concretas (curto, médio e longo prazos) visando estratégias para agregar valor aos produtos da sociobiodiversidade.

2º Dia – tarde: Abertura, ampliação e estratégias para a conquista de mercados

14 h – Palestra niveladora

14 h 40 – Debatedores (até 5, dos principais setores: Produtivo – Comunitário e Empresarial, Academia, ONGs e Governos)

15 h 40 – Debates em plenária – aberto aos participantes

16 h 20 – Intervalo

16 h 30 – Grupos de Trabalho para construção de propostas concretas (curto-médio e longo prazos) visando conquista e consolidação de mercados sustentáveis

3º Dia – manhã: Trabalhos em Grupo – consolidação e aperfeiçoamento das propostas discutidas nas quatro (4) reuniões dos GTs: sistematização para apresentação em plenária final à tarde.

3º Dia - tarde: Plenária Final para apresentação e discussão das propostas sintetizadas/relacionadas pelos grupos de trabalho e Sistematização Final das 5-10 principais cadeias de produtos da sociobiodiversidade de interesse da região.

**PROPOSTAS VALIDADAS PELA
PLENÁRIA FINAL
28.09.2007**

1. Cadeias mais expressivas do Bioma Amazônia Oriental

A escolha das cadeias produtivas a serem trabalhadas deu-se pelo critério de significação econômica, ambiental e social. Em alguns casos foi considerado o conjunto (peixes, plantas ornamentais, plantas medicinais, etc). A metodologia de identificação das cadeias fez-se com a reunião de duplas formadas por integrantes do Grupo 1. As cadeias identificadas pelo GT 1 foram:

Com 05 referências

- * Artesanato (inclusive bio-jóias) das seguintes matérias-primas: fibras, palhas, cerâmica, madeira, balata, pedra, cipó, pupunha, sementes.
- * Frutas (caju, bacuri, maracujá, taperebá, miriti, graviola, tucumã, bacaba, cupuaçu, murici, abacaxi, frutos do cerrado, bacuri, mangaba, mirim, pequi, buritirana, manga) – in natura, preparo de doces e polpas

Com 04 referências:

- * Pescado (peixe, camarão, crustáceos, mariscos)

Com 03 referências:

- * Mel
- * Plantas medicinais
- * Mandioca
- * Açaí

Com 02 referências:

- * Castanha do Para
- * Óleos (andiroba, copaíba, dendê, pracaxi)
- * Babaçu

Com 01 referência:

- * Carnaúba
 - * Látex/balata
 - * Cuia
 - * Fibras
 - * Farinha/mandioca
 - * Madeira/construção civil
 - * Cosméticos
 - * Ecoturismo
 - * Borracha/seringueira
 - * Plantas aromáticas (priprioca)
-

2. Cadeias prioritárias indicadas pela Plenária do dia 26.09.2007

Priorização realizada pela grande plenária, através de indicação de até três cadeias consideradas mais relevantes por participante. A indicação foi individual e anônima. O resultado segue abaixo.

- Açaí 32(*)
- Farinha/mandioca (25)
- Pescado (peixe, camarão, crustáceos, mariscos) (17)
- Artesanato (inclusive bio-jóias) das seguintes matérias-primas: fibras, palhas, fibra de açaí, cerâmica, madeira, balata, pedra, cipó, pupunha, sementes. (16)
- Óleos (andiroba, copaíba, dendê, pracaxi) (12)
- Plantas medicinais e aromáticas (11)
- Mel (10)
- Frutas (caju, bacuri, maracujá, taperebá, miriti, graviola, tucumã, bacaba, cupuaçu, murici, abacaxi, frutos do cerrado, bacuri, mangaba, mirim, pequi, buritirana, manga) – in natura, preparo de doces e polpas (7)
- Babaçu (6)
- Castanha do Para (3)
- Miriti (3)
- Cupuaçu (2)
- Ecoturismo (2)
- Muru Muru (1)
- Fibras (1)

(*) – número de indicações

3. Entendimento de “produtos da sociobiodiversidade”.

“Produtos da Sociobiodiversidade”

São bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade e que, no interesse dos povos e comunidades tradicionais e produtores familiares, promovem a manutenção e valorização de suas práticas ou saberes, assegurando os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

São produtos da Sociobiodiversidade :

- Produtos finais como cosméticos, fitoterápicos, fármacos, artesanatos e alimentos;
- Matérias primas de diversas naturezas;
- Madeiras de manejo comunitário;
- Turismo de base comunitária;
- Cultura, folclore, manifestações culturais, conhecimentos e crenças populares representativos das comunidades tradicionais e relacionados aos componentes da biodiversidade;
- Alguns serviços ambientais.

Observação

Os conceitos devem estar alinhados às particularidades territoriais.

4. Entendimento de “cadeia produtiva da sociobiodiversidade”

Cadeia produtiva é um sistema constituído de atores interrelacionados e pela sucessão de processos de produção, transformação e comercialização de um produto.

01-Início da Cadeia Produtiva: Garantia de acesso e permanência na terra para explorar aquilo que a cultura das pessoas recomenda e o local pode oferecer como oportunidade. Deve ser priorizada a identificação participativa das cadeias produtivas locais para não cair no erro da omissão ou da intervenção. Garantir a sustentabilidade dos recursos e o respeito às culturas locais.

02-Cultura organizacional x Mudanças na política de implementação: Evitar a emissão de Licenças Ambientais sem considerar os impactos para as comunidades. Estímulo aos Planos de Manejo que valorizem cada item das Cadeias Produtivas para toda a comunidade envolvida localmente.

03-Estímulo: capacitação, fomento e pesquisa.

Capacitação baseada em troca de experiências, com uma educação adequada ao campo, capacitando para a gestão de estoques. Fazer o resultado das pesquisas e estudos se voltarem para as comunidades, com a continuidade das políticas de estímulos para além dos projetos (Pró-Ambiente e Pró-Manejo, por exemplo, foram interrompidos). Assegurar a propriedade dos capacitadores para as comunidades.

04-Escoamento da produção:

Garantir compras governamentais adequadas, com orientação para o mercado consumidor próprio da região e a organização social-produtiva, para evitar os atravessadores, desenvolvendo estruturas de armazenamento. Evitar a retirada desordenada de matéria prima. Criar Centrais de Comercialização com várias parcerias, com a organização e formação de cooperativas e associações para a autogestão de agroindústrias locais.

5. Princípios que deverão orientar as políticas para produtos da sociobiodiversidade

Princípios da política:

1. Leis que beneficiem pequenos/as produtores/as e associações rurais a comercializarem sua produção de forma legal e justa; construção de marcas sociais para a comercialização (campanhas nacionais para incentivar consumo);
2. Os DHESCA (direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, alimentares e nutricionais) como princípio para o trabalho com produtos da sociobiodiversidade;
3. Reafirmar os povos e comunidades tradicionais/movimentos como sujeitos de direitos – reformulação de processos educativos/ da proposta educacional para essas comunidades (reforma curricular)
4. Regulamentação fundiária;
5. Autogestão dos recursos pelas comunidades/ associações;
6. Cumprir a lei de reflorestamento (responsabilidade socioambiental, equiparar a lei de responsabilidade fiscal); maior fiscalização - Lei que obrigue os municípios a reflorestarem (espécies nativas) áreas desmatadas com o objetivo de renovar as áreas de sociobiodiversidade e mantê-las;
7. Ter coerência entre as políticas do governo, que são hoje políticas contraditórias;
8. Política específica para assistência técnica;
9. Respeitar os territórios de conhecimentos;
10. Economia Solidária;
11. Respeito às diferenças específicas de identidade,
12. Geração (como integrar jovens e idosos)
13. Necessidade de educação para os jovens;
14. Reafirmar o sujeito de direito;
15. Falta de coerência nas políticas para o campo
16. O poder público local necessita repensar seu papel como facilitador de acesso a políticas públicas;
17. Integrar e coordenar as políticas governamentais, como ação de Estado;
18. Processo de formação humana;
19. Os Movimentos Sociais Populares estão cansados de serem chamados somente para legitimar políticas que nem são implementadas.

6. Articulação dos arranjos institucionais / atores regionais para fortalecer os produtos da sociobiodiversidade

Propostas:

1. Que as instituições governamentais garantam espaços de diálogo junto às associações, para que se possa apresentar as demandas das comunidades e verificar o que essas instituições podem contribuir para melhorar o desenvolvimento das atividades em execução (exemplo: capacitação em gestão profissional e orientações sobre mercado);
 2. Realização de seminários setoriais e periódicos onde possam ser discutidas as formas mais adequadas de desenvolvimento da produção da sociobiodiversidade local, identificando os gargalos e potencialidades;
 3. Realização de diagnósticos rurais participativos;
 4. Planejamento de ações conjuntas dos órgãos governamentais, direcionadas para gargalos ou potencialidades já diagnosticadas na sociobiodiversidade amazônica;
 5. Criação de câmaras setoriais sobre a biodiversidade, formalizando redes de comunicação (institucionalização das câmaras) e buscando a inclusão social/digital;
 6. Criação de mecanismos mais eficientes e abrangentes para divulgação das informações, tanto das instituições governamentais como da sociedade civil organizada, para fortalecimento das redes de comunicação, no intuito de desburocratizar e democratizar o acesso pelas populações tradicionais às ações e programas governamentais;
 7. Divulgação e socialização das ações existentes em defesa do meio ambiente;
 8. Criação de redes oficiais para qualificar e universalizar o apoio técnico e acesso ao crédito pelos pequenos produtores.
-

7. Propostas para a Assistência Técnica e Extensão Rural

Propostas:

1. Redefinir o número de famílias assistidas por cada técnico de acordo com as especificidades de cada região, de forma a se ter maior frequência do técnico na base, para eficiência de resultados para a comunidade e maior interação com os produtores e produtoras;
 2. Desenvolver programas de capacitação de técnicos sobre organização comunitária e gestão de empreendimentos.
 3. Capacitar os técnicos nos temas relacionados às especificidades da biodiversidade e demais atividades desenvolvidas pela comunidade;
 4. Elaborar editais para contratação de novos técnicos de forma participativa, visando atender as demandas das cadeias de sociobiodiversidade;
 5. Treinar os produtores e produtoras na área de gestão para suprir as deficiências na administração das propriedades;
 6. Formar multiplicadores nas comunidades, capacitando-os técnica e gerencialmente, de modo a transformá-los e suas propriedades em unidades demonstrativas para os demais produtores;
 7. Remunerar os multiplicadores pelo seu trabalho de difusão de conhecimentos;
 8. Disponibilizar equipes técnicas capacitadas para acompanhar a conjuntura do mercado dos produtos da sociobiodiversidade, interagindo com os técnicos de campo e produtores e produtoras.
 9. Realizar concursos públicos para contratação de técnicos especializados em agroecologia e extensão florestal;
 10. Universalizar assistência técnica pública e gratuita;
 11. Promover investimentos em Escolas-Família Agrícolas e nas Casas Familiares Rurais;
 12. Promover o debate sobre o papel, atuação e viabilidade dos convênios de ATER;
 13. Ampliar investimentos para infra-estrutura e instrumentalização da Assistência Técnica para o trabalho com a sociobiodiversidade;
 14. Ampliar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, regionalizados, para extensionistas;
-

15. Definir orçamento federal, estadual e municipal para viabilizar a assistência técnica e extensão rural nos municípios, garantindo a neutralização das influências políticas através de gestão compartilhada;
16. Assegurar a participação de equipe técnica multidisciplinar;
17. Garantir a participação dos agricultores e agricultoras, de forma organizada, nos processos de planejamento.

Recomendações:

- a) Observar as necessidades regionais na orientação dos investimentos governamentais.
 - b) Observar as questões conceituais e de gênero: agricultores e agricultoras familiares, extrativistas, produtores, etc. (definir, por exemplo, o uso do termo produtores agroextrativistas).
 - c) Tomar cuidado para neutralizar as influências partidárias na definição e aplicação dos orçamentos, nos municípios (item 15).
-

8. Propostas para Linhas de Crédito e Fomento.

Propostas:

- 1 - Linhas de crédito com possibilidade de trabalhar a sociobiodiversidade nas modalidades já existentes, ou seja, linhas abertas;
- 2 - Linhas de crédito que permitam financiamento direto ao produtor, mais práticas, mais acessíveis, nos moldes do crédito ao consumidor tradicional;
- 3 - Criar/aperfeiçoar linha de crédito, nos moldes do PRONAF A, para os povos da floresta;
- 4 - Criar linhas de crédito que garantam ações voltadas a sustentabilidade dos recursos;
- 5 - Linhas de crédito que permitam aquisição de produtos, financiamento de estocagem, subvenção, capacitação e escolaridade;
- 6 – Promover a integração das diversas linhas de fomento e crédito existentes que incidem nos diferentes elos da cadeia produtiva da sociobiodiversidade, de forma complementar;
- 7 - Programa de fomento, com acompanhamento técnico, que apóie processos de certificação e legalização dos produtos;
- 8 - Programas de fomento para agregação de valor, vinculados a uma política de apoio à produção e comercialização baseada em sustentação de preço e geração de renda para produtos da sociobiodiversidade;
- 9 – Incluir os produtos da sociobiodiversidade ao programa de garantia de preços da agricultura familiar;
- 10 - Programa de fortalecimento da infra-estrutura para produção a exemplo do PRONAT;
- 11 - Criar estratégias junto aos agentes financiadores para superação dos entraves operacionais das linhas de crédito para que as aptidões e demandas do produtor sejam garantidas e respeitadas;
- 12 – Rever os critérios de inadimplência, voltando-os ao indivíduo e não à parcela / família, possibilitando que a mesma não seja prejudicada no desenvolvimento da sua atividade.
- 13 – Desenvolver linha de seguro agrícola para produtos da sociobiodiversidade;

Recomendação:

- a) Tratar a questão das ações para facilitar/ desburocratizar / reduzir exigências, o acesso ao crédito às comunidades tradicionais.
-

9. Propostas para a Organização social e produtiva:

Propostas:

01 - Capacitação de todos os grupos para inserção nas cadeias produtivas para a assimilação das necessidades tecnológicas visando à agregação de valor. Incluir os conteúdos de assistência técnica, agroextrativismo, agroecologia e formação de capital social organizativo no campo nos instrumentos de gestão do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE do MEC: ProEja, Escolas Técnicas(CEFETS – Extensões Universitárias), Sebrae, instituições públicas e privadas. Montar programas de capacitação que possam ser disseminados a partir das escolas técnicas, dos programas de educação de jovens e adultos e do ensino regular com componentes curriculares desenvolvidos a partir da sinergia dos atores: produtores, assentados e comunidades tradicionais;

02 – Garantia de acesso aos recursos financeiros, aos projetos, à capacitação para a autogestão/ autonomia, inclusive a política e a criação de um PRONAF específico para os produtos da sociobiodiversidade;

03 – Aprofundar os mecanismos de redução da insegurança no campo para quem tem seus direitos desrespeitados. Criar uma Ouvidoria ligada à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça. Garantir que nos PAEs e PDS sejam respeitados critérios de assentamento das populações tradicionais e comunidades extrativistas. Priorizar a criação de Resex e outras unidades de conservação de uso sustentável nos moldes previstos no SNUC;

04 – Criar uma Secretaria Executiva das Comunidades Extrativistas em nível federal, estaduais e municipais;

05 - Falta de ações de corregedoria nas repartições de fiscalização no campo para se contrapor aos grandes latifundiários com muito poder político e aos falsos empresários que derrubam as principais árvores;

06 – Evitar o excesso de seminários onde os resultados não são transformados em ações práticas;

07 - Valorar os produtos da sociobiodiversidade nos mercados consumidores locais através do incentivo e da divulgação sobre os produtos orgânicos produzidos localmente;

08 – Incluir os produtos locais da sociobiodiversidade em todos os programas de compras governamentais, prioritariamente no PAA/Conab e no PNME/MEC;

09 – Criar mecanismos de certificação com selos socioambientais para produtos da sociobiodiversidade nos moldes do selo social dos programas de compras de biocombustíveis onde a Petrobras só aceita pagar os preços descontados de determinados impostos se os produtos forem adquiridos de assentamentos da reforma agrária e de outros agricultores e agricultoras familiares;

10 – Organizar mais rapidamente as consultas públicas para a tramitação da lei de repartição de benefícios em troca da MP 2.186/2001 além de outras etapas do marco regulatório para acompanhar os contratos;

11 – Planejar a expansão do mercado para os produtos da sociobiodiversidade dentro da capacidade produtiva das comunidades e garantindo a oferta regular respeitando os ritmos das comunidades;

12 – Ampliar o leque das políticas públicas que garantam a remuneração por serviços ambientais aos povos e comunidades tradicionais – além dos agricultores e agricultoras que conservem as suas áreas de proteção permanente. Estimular a organização popular em torno das tratativas brasileiras junto à ONU e a OMC para a formação de um fundo internacional para compensação aos países que promovam a redução do desmatamento;

13 – Criar uma central para comercialização dos produtos da sociobiodiversidade;

14 – Estimular que as comunidades tradicionais demandem de seus municípios, a instalação de telecentros para fortalecer os seus diversos processos (produção, comercialização, intercâmbio, etc);

15 – Garantir que o INCRA disponibilize crédito e habitação para os territórios quilombolas;

16 – Fortalecer o PRONERA como política pública e ampliá-lo para todas as comunidades, em especial as quilombolas, inclusive outros assentamentos que não sejam do INCRA;

17 - Criar mecanismos para a participação e gestão dos povos tradicionais nos territórios rurais.

Recomendações:

- a) Observar as questões conceituais e de gênero: agricultores e agricultoras familiares, extrativistas, produtores, etc.
 - b) Que a coordenação deste Seminário encaminhe denúncia realizada em plenária – A Sra. Maria do Espírito Santo da Silva, integrante do Conselho Nacional dos Seringueiros, denuncia que madeireiros, com o apoio da Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Agroextrativista – Praia Alta Piranheira (APAE), do município de Nova Ipixuna / PA, também coligada ao CNS, estão se utilizando dos planos de manejo para derrubar a floresta de forma ilegal e utilizar os resíduos deste desmatamento para a produção de carvão vegetal.
-

10. Propostas para a Pesquisa e Tecnologia

Produção e beneficiamento:

1. Que os Povos e Comunidades Tradicionais sejam os atores do processo, e não somente objetos de pesquisa;
2. Viabilizar o retorno dos trabalhos de pesquisa para as localidades;
3. Viabilizar as comunidades tradicionais o acesso às tecnologias de energia alternativa, em especial, eletricidade;
4. Implementar as pesquisas existentes na área de energias alternativas limpas, com menor impacto ambiental;
5. Garantir que o CONAMA atue para aprovar medida para restrição ou supressão para o uso de carvão mineral como combustível para a geração de energia elétrica no Brasil;
6. Incentivo e liberação de recursos para pesquisas direcionadas às necessidades específicas dos Povos e Comunidades Tradicionais;
7. Integrar como atores os Povos e Comunidades Tradicionais nos espaços de formação (Universidades, Cefet's, outros);
8. Enumerar e viabilizar o acesso às pesquisas já existentes;
9. Incentivo e investimento financeiro às tecnologias sociais;
10. As propostas de pesquisas devem ser iniciadas junto às comunidades (comunidades-universidades), sendo a proponente da pesquisa e utilizando metodologias como a pesquisa participativa e a pesquisa-ação;
11. Viabilizar a troca de experiências-intercâmbio entre as comunidades nos aspectos produtivos, sociais, ambientais, organizacionais e outros.
12. Trabalhar com a tecnologia respeitando os costumes locais de produção e beneficiamento (como exemplo diminuir o esforço físico sem desconstruir as relações sociais existentes no processo);
13. Construir espaços para que o conhecimento tradicional e os valores da comunidade não sejam substituídos por tecnologias (tentar integrar os dois);
14. Durante o processo de acesso a tecnologia, discutir coletivamente os benefícios e problemas relacionados a inserção desta nas comunidades.

AGREGAÇÃO DE VALOR

15. Facilitar o acesso ao subsídio e fomento para o processamento dos produtos da sociobiodiversidade;
16. Procurar mecanismos de desburocratização e flexibilização para o acesso aos projetos pelas comunidades;
17. Avançar na construção de um selo social de certificação de produtos e de origem de produtos;
18. Necessidade de investimento numa política industrial para os produtos da sociobiodiversidade focados nas indústrias comunitárias;
19. Incentivo às pesquisas públicas, com metas de investimento e disponibilização destas informações;
20. Simplificação dos termos de referência do Plano de Manejo, incentivo à pesquisa e tecnologias para a realização destes;
21. Valorizar as tecnologias adaptadas pelas comunidades e sua troca entre os elos;
22. Formação de técnicos/extensionistas das comunidades para a realidade da floresta com o apoio da pesquisa, reconhecimento e normatização no MEC;
23. Reformulação de processos educativos/reformulação da proposta educacional para essas comunidades (reforma curricular);
24. Levantar informações dos produtos produzidos pelas comunidades;
25. Viabilizar e capacitar as comunidades para o acesso à informática através de um programa governamental amplo de “inclusão digital”, respeitando as demandas e diversidades destas;
26. Facilitar o acesso à telefonia e outros meios de comunicação (radio difusão);
27. Inserir e priorizar as empresas e cooperativas dos Povos e Comunidades Tradicionais nas incubadoras das universidades;
28. Garantir linhas de investimentos do MCT em pesquisa e tecnologia para produtos da sociobiodiversidade voltados para os Povos e Comunidades Tradicionais.

CONQUISTA DE MERCADOS

29. Garantir que os produtos tradicionais não sejam descaracterizados devido a sua inserção na lógica de mercado;
 30. Construir uma política para divulgação e consumo dos produtos da sociobiodiversidade no mercado local, nacional e internacional (informar a
-

sociedade de qual a identidade e benefícios que o consumo destes produtos traz para as comunidades produtoras envolvidas);

31. Criar um selo social único para os produtos da sociobiodiversidade;
32. Criar metas específicas para realizar estudos e pesquisas para o uso de produtos da sociobiodiversidade;
33. Construção de marcas sociais para a comercialização.

Recomendações:

- a) Observar que o apoio às ações poderá ser oriundo de instituições públicas e privadas, assim como de diversos ministérios, não somente de um único.
 - b) Assegurar que no seminário nacional seja abordada a questão da disponibilização de eletricidade alternativa para as comunidades tradicionais, em especial, as que não possuem acesso à luz.
 - c) Decidir se o mercado será somente o nacional ou a versão ampliada: local, nacional e internacional.
 - d) Cuidado com o conceito de domesticação.
-

11. Propostas para Marcos Regulatórios

A questão da definição de marcos regulatórios dentro do debate da agregação de valor para cadeias da sociobiodiversidade deve permear os seguintes pontos:

- Licença para manejo.
- Licença ambiental.
- Autorização de transporte.
- Posse da terra (regulação fundiária).
- Identificação das áreas dos povos tradicionais.
- Insuficiência de técnicos para o monitoramento e assistência técnica.
- Mercados institucionais (PAA e Resex).
- Organização da atividade (cooperativismo e associativismo).

Propostas:

- 1. Da permissão de uso da terra até o financiamento do banco (regulação fundiária, licenciamento ambiental, cooperativismo, assistência técnica, crédito)** - deve haver um ajuste regulatório (uniformização/compatibilização de procedimentos) para que esse caminho seja o mais curto possível, por meio de um acordo entre diversas entidades responsáveis existentes (órgãos técnicos, científicos, ambientais, agentes financeiros fundiários e de fiscalização); agilizando os processos de regularização fundiária e realização de convênio com instituições públicas e privadas para a viabilização.
 - 2. Respeitar as diferenças** - é necessário, dentro da definição dos marcos regulatórios, estabelecer um olhar diferente para as diversas realidades institucionais que atuam no âmbito das cadeias de produtos da sociobiodiversidade (associações, sindicatos, colônias de pescadores, cooperativas, etc);
 - 3. Legislação ambiental** – ampliar e implementar a defesa do meio ambiente e da sociobiodiversidade;
 - 4. Organização popular** - a importância da ação coletiva de pressão popular no intuito de modificar os atuais marcos regulatórios e estabelecer novos marcos mais adequados para a realidade das comunidades tradicionais;
 - 5. Simplificação e subsídios** - estabelecer marcos regulatórios de forma a simplificar as atividades dos pequenos produtores e proporcioná-los dos meios necessários para atender esses marcos legais, seja para a produção, o beneficiamento, o transporte, a comercialização e a proteção dos conhecimentos tradicionais;
 - 6. Certificação orgânica/certificação de origem da matéria prima** - simplificação e capacitação dos técnicos envolvidos no intuito de adequação às realidades locais e possibilidade de um maior acesso por parte dos pequenos agricultores, bem como apoiar as iniciativas de certificação social/participativa;
 - 7. Capacitação/informação** - garantir a assistência técnica oficial em todos os níveis da cadeia produtiva e qualificar os técnicos e produtores sobre os marcos regulatórios existentes em cada elo da cadeia;
-

8. **Repartição de benefícios** - Regular e implementar de forma justa e equitativa conforme o artigo 15 da CDB (Convenção da Diversidade Biológica), os produtos derivados do uso dos recursos naturais associado ao patrimônio genético;
 9. **Manejo** - Estabelecer marco regulatório simplificado para o manejo comunitário dos produtos da cadeia da sociobiodiversidade;
 10. **Mercados institucionais** - Criar mecanismos legais que garantam a aquisição e valorização de produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais locais;
 11. **Marco legal** - Criação de um marco legal simplificado (a exemplo do PAA) para a compra de produtos da sociobiodiversidade não-alimentícios;
 12. **Financiamento** - criar mecanismos de obrigatoriedade de financiamento para os produtos da sociobiodiversidade;
 13. **Coeficientes técnicos** - elaboração de coeficientes técnicos para produtos da sociobiodiversidade;
 14. **Incentivos** - Criar incentivos governamentais (compensação financeira, legais, técnicos, etc) para as comunidades tradicionais na preservação e recuperação da sociobiodiversidade.
-

ANEXOS

Trabalhos em grupos I, II e III
Avaliação final
Coordenação do seminário
Participantes do Seminário
Equipe de moderadores
Palestras niveladoras

I TRABALHO EM GRUPOS

Panorama geral e políticas públicas e privadas para as cadeias de produtos da sociobiodiversidade

- Cadeias produtivas mais relevantes
 - Conceitos
 - Princípios para a política
 - Arranjos institucionais
-

I PALESTRA NIVELADORA (anexo 1)

Panorama geral e políticas públicas e privadas para as cadeias de produtos da sociobiodiversidade
Leonel Pereira - MMA

FORMAÇÃO DO I TRABALHO EM GRUPOS

Cadeias produtivas, conceitos, princípios e arranjos institucionais

GT1 – Local: Mini-auditório / Facilitador Bruno

Quais são as cadeias produtivas da sociobiodiversidade mais expressivas / importantes para o bioma?

Critérios para identificação:

- Significância social,
- Importância econômica,
- Relevância ambiental,
- Representatividade territorial
- Inserção em políticas já existentes

GT2 – Local: Coordenação de Meio Ambiente / Facilitador Pedro

Qual o nosso entendimento de “produtos da sociobiodiversidade”?

GT3 – Local: Coordenação da Construção Civil / Facilitador Gilson

Qual o nosso entendimento de “cadeia produtiva da sociobiodiversidade”?

GT4 – Local: Sala 17 / Facilitador Diogo

Quais são os princípios que deverão orientar as políticas para produtos da sociobiodiversidade? (observar as lacunas existentes)

GT5 – Local: Sala 20 / Facilitador Sandro

Como articular os arranjos institucionais / atores regionais para fortalecer os produtos da sociobiodiversidade?

Orientações:

- GT's com no máximo 20 pessoas, por sorteio (verso do crachá).
 - Os componentes de cada GT serão mantidos.
 - Cada grupo terá um facilitador e um relator, imparciais.
 - Trabalhar os pontos de consenso.
 - Garantir a participação de todos.
 - Respeitar o tempo determinado.
 - Os documentos serão revisados e consolidados nos GT's e validados em plenária, no terceiro dia do Seminário.
-

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRABALHO EM GRUPOS

GT1 – Quais são as cadeias produtivas da sociobiodiversidade mais expressivas / importantes para o bioma Amazônia Oriental?

Grupo 1

Cadeias mais expressivas do Bioma Amazônia Oriental

A escolha das cadeias produtivas a serem trabalhadas deu-se pelo critério de significação econômica, ambiental e social. Em alguns casos foi considerado o conjunto (peixes, plantas ornamentais, plantas medicinais, etc).

A metodologia de identificação das cadeias usada fez-se com a reunião de duplas formadas por integrantes do Grupo 1. As cadeias identificadas foram:

Com 05 referências:

- * Artesanato (inclusive biojóias) das seguintes matérias-primas: fibras, palhas, cerâmica, madeira, balata, pedra, cipó, pupunha, sementes.
- * Frutas (caju, bacuri, maracujá, taperebá, miriti, graviola, tucumã, bacaba, cupuaçu, murici, abacaxi, frutos do cerrado, bacuri, mangaba, mirim, pequi, buritirana, manga) – in natura, preparo de doces e polpas

Com 04 referências:

- * Pescado (peixe, camarão, crustáceos, mariscos)

Com 03 referências:

- * Mel
- * Plantas medicinais
- * Mandioca
- * Açaí

Com 02 referências:

- * Castanha do Para
- * Óleos (andiroba, copaíba, dendê, pracaxi)
- * Babaçu

Com 01 referência:

- * Carnaúba
 - * Látex/balata
 - * Cuia
 - * Fibras
 - * Farinha/mandioca
 - * Madeira/construção civil
 - * Cosméticos
 - * Ecoturismo
 - * Borracha/seringueira
 - * Plantas aromáticas (priprioca)
-

Cadeias Prioritárias

Priorização realizada pela grande plenária, através de indicação de até três cadeias, por participantes, consideradas mais relevantes. A indicação foi individual e anônima.

- Açaí (32*)
- Farinha/mandioca (25)
- Pescado (peixe, camarão, crustáceos, mariscos) (17)
- Artesanato (inclusive biojóias) das seguintes matérias-primas: fibras, palhas, fibra de açaí, cerâmica, madeira, balata, pedra, cipó, pupunha, sementes. (16)
- Óleos (andiroba, copaíba, dendê, pracaxi) (12)
- Plantas medicinais e aromáticas (11)
- Mel (10)
- Frutas (caju, bacuri, maracujá, taperebá, miriti, graviola, tucumã, bacaba, cupuaçu, murici, abacaxi, frutos do cerrado, bacuri, mangaba, mirim, pequi, buritirana, manga) – in natura, preparo de doces e polpas (7)
- Babaçu (6)
- Castanha do Para (3)
- Miriti (3)
- Cupuaçu (2)
- Ecoturismo (2)
- Muru Muru (1)
- Fibras (1)

(32*) – número de indicação

GT2 – Qual o nosso entendimento de “produtos da sociobiodiversidade”.?

Entendimento sobre “Produtos da Sociobiodiversidade”

São bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados à partir de recursos da biodiversidade e que, no interesse dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, promovem a manutenção e valorização de suas práticas ou saberes, assegurando os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

São produtos da Sociobiodiversidade :

- Produtos finais como cosméticos, fitoterápicos, fármacos, artesanatos e alimentos;
- Matérias primas de diversas naturezas,
- Madeiras de manejo comunitário,
- Turismo de base comunitária
- Cultura, folclore, manifestações culturais, conhecimentos e crenças populares representativos das comunidades tradicionais e relacionados aos componentes da biodiversidade
- Alguns serviços ambientais

Observação

Os conceitos devem estar alinhados as particularidades territoriais.

GT3 – Qual o nosso entendimento de “cadeia produtiva da sociobiodiversidade”?

Cadeia produtiva é um sistema constituído de atores interrelacionados e pela sucessão de processos de produção, transformação e comercialização de um produto

01-Início da Cadeia Produtiva: Garantia de acesso e permanência na terra para explorar aquilo que a cultura das pessoas recomenda e o local pode oferecer como oportunidade. Deve ser priorizada a identificação participativa das cadeias produtivas locais para não cair no erro da omissão ou da intervenção. Garantir a sustentabilidade dos recursos e o respeito às culturas locais.

02-Cultura organizacional x Mudanças na política de implementação: Evitar a emissão de Licenças Ambientais sem considerar os impactos para os comunitários. Estímulo aos Planos de Manejo que valorizem cada item das Cadeias Produtivas para toda a comunidade envolvida localmente.

03-Estímulo: capacitação, fomento e pesquisa.

Capacitação baseada em troca de experiências, com uma educação adequada do campo, capacitando para a gestão de estoques. Fazer o resultado das pesquisas e estudos se voltarem para as comunidades, com a continuidade das políticas de estímulos para além dos projetos (Pró-Ambiente, Pró-Manejo por exemplo foram interrompidos). Assegurar a propriedade dos capacitadores para as comunidades.

04-Escoamento da produção:

Garantir compras governamentais adequadas, com orientação para o mercado consumidor próprio da região e a organização social-produtiva para evitar os atravessadores, desenvolvendo estruturas de armazenamento. Evitar a retirada desordenada de matéria prima. Criar Centrais de Comercialização com várias parcerias, com a organização e formação de cooperativas e associações para a autogestão de agroindústrias locais.

GT4 – Quais são os princípios que deverão orientar as políticas para produtos da sociobiodiversidade? (observar as lacunas existentes)

Princípios da política:

1. Leis que beneficiem pequenos/as produtores/as e associações rurais a comercializarem sua produção de forma legal e justa; construção de marcas sociais para a comercialização (campanhas nacionais p incentivar consumo);
 2. Os DHESCA (direito humano, econômico, social, cultural, ambiental, alimentar e nutricional) como princípio p/ sociobiodiversidade;
 3. Reafirmar os povos e comunidades tradicionais/movimentos como sujeitos de direitos – reformulação de processos educativos/reformulação da proposta educacional para essas comunidades (reforma curricular)
 4. Regulamentação fundiária;
 5. Autogestão dos recursos pelas comunidades/ associações;
 6. Cumprir a lei de reflorestamento (responsabilidade socioambiental, equiparar a lei de responsabilidade fiscal), maior fiscalização - Lei que obriguem os municípios a reflorestarem (espécies nativas) áreas desmatadas com o objetivo de renovar as áreas de sociobiodiversidade e mantê-las;
 7. Ter coerência entre as políticas do governo, políticas contraditórias;
 8. Política específica para assistência técnica;
 9. Respeitar os territórios de conhecimentos;
 10. Economia Solidária;
 11. Respeito às diferenças específicas de identidade,
 12. Geração (como integrar jovens e idosos)
 13. Necessidade de educação para os jovens;
 14. Reafirmar o sujeito de direito;
 15. Falta de coerência nas políticas para o campo
 16. O poder público local, necessita repensar seu papel como facilitador de acesso a políticas públicas;
 17. Integrar e coordenar as políticas governamentais, como ação de Estado;
 18. Processo de formação humana;
 19. Os Movimentos Sociais Populares estão cansados de serem chamados somente para legitimar políticas que nem são implementadas;
-

GT5 – Como articular os arranjos institucionais / atores regionais para fortalecer os produtos da sociobiodiversidade?

Propostas:

1. Que as instituições governamentais garantam espaços de diálogo junto às associações, para que se possa apresentar as demandas das comunidades e verificar o que essas instituições podem contribuir para melhorar o desenvolvimento das atividades em execução (exemplo: capacitação em gestão profissional e orientações sobre mercado);
 2. Realização de seminários setoriais e periódicos onde possam ser discutidas as formas mais adequadas de desenvolvimento da produção da sociobiodiversidade local, identificando os gargalos e potencialidades;
 3. Realização de diagnósticos rurais participativos;
 4. Planejamento de ações conjuntas dos órgãos governamentais, direcionadas para gargalos ou potencialidades já diagnosticadas na sociobiodiversidade amazônica;
 5. Criação de câmaras setoriais sobre a biodiversidade, formalizando redes de comunicação (institucionalização das câmaras) e buscando a inclusão social/digital;
 6. Criação de mecanismos mais eficientes e abrangentes para divulgação das informações, tanto das instituições governamentais como da sociedade civil organizada, para fortalecimento das redes de comunicação, no intuito de desburocratizar e democratizar o acesso pelas populações tradicionais às ações e programas governamentais;
 7. Divulgação e socialização das ações existentes em defesa do meio ambiente;
 8. Criação de redes oficiais para qualificar e universalizar o apoio técnico e acesso ao crédito pelos pequenos produtores.
-

SEGUNDO TRABALHO EM GRUPOS

Produção e beneficiamento nas cadeias
de produtos da sociobiodiversidade

PALESTRA NIVELADORA II (anexo 2)

Produção e Beneficiamento de Produtos Florestais

Não-Madeireiros:

Pesquisa, Prática, e Políticas Públicas

Cristiane Heringhouse - CIFOR

FORMAÇÃO DO SEGUNDO TRABALHO EM GRUPOS

Produção e beneficiamento nas cadeias de produtos da sociobiodiversidade:
entraves, lacunas, potencialidades e oportunidades

GT 2.1 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Propostas formuladas pelo Grupo:

1. Empreender gestões junto às instituições no sentido de:
 - a) Manter o técnico por mais tempo na base, para que haja maior eficiência nos resultados para a comunidade e melhor interação com o produtor;
 - b) Orientar a ATER para a formação de grupos. Ex: Associações
 - c) Capacitar os técnicos na área específica demandada pelas comunidades (editais construídos de forma participativa);
 2. Treinar os produtores na área de gestão para suprir a deficiência na administração das propriedades;
 3. Formar multiplicadores nas comunidades, capacitando-os técnica e gerencialmente, de modo a transformá-lo e a sua propriedade em modelo de onde poderão ser emanadas informações para os demais produtores, de modo a favorecer a ampliação da área de abrangência;
 4. Remunerar os multiplicadores pelo seu trabalho de difusão de conhecimentos;
 5. Assistência técnica pública e gratuita e editais que priorizem a contratação de profissionais especializados em agroecologia e que haja investimentos em Escolas-família Agrícolas;
 6. Realizar concursos públicos para contratação de técnicos de extensão florestal;
 7. Garantir a continuidade dos convênios de ATER nos Estados (Ex: Maranhão)
-

GT2.2 – FINANCIAMENTO (CRÉDITO E FOMENTO)

Propostas do grupo:

1. Linhas de crédito específicas para produtos de sociobiodiversidade.
 2. Linha de crédito que permita financiamento direto ao produtor, mais pratico, mais acessível, via associação ou com um projeto de viabilização;
 3. Linhas de crédito que garanta que dentro do projeto de implantação da atividade tenha ações voltadas a sustentabilidade dos recursos.
 4. Política de crédito vinculada a uma política de apoio a comercialização baseada em sustentação de preço e geração de renda, através da aquisição de produtos, financiamento de estocagem e subvenção.
 5. Linhas de crédito para produtos específicos ou possibilidade de trabalhar produtos específicos, ou seja, linhas abertas.
 6. Programas de fomento às cadeias produtivas baseados na viabilidade de produção e venda.
 7. Programa de fomento utilizando dados, informações e pesquisa
 8. Programa de fomento que apóie certificação, que possibilite a legalização do mesmo com acompanhamento técnico.
-

GT2.3 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA

Propostas de ação que deverão orientar as políticas em relação à organização social e produtiva:

01-Produção:

Entraves:

1. Falta de acesso aos recursos financeiros, aos projetos, à capacitação para a autogestão/ autonomia. Insegurança no campo para quem tem seus direitos desrespeitados. Falta de ações de corregedoria nas repartições de fiscalização. Grandes latifundiários com muito poder político.

Lacunas:

1. Excesso de seminários onde os resultados não são transformados em ações práticas.
2. Burocracia para acesso ao crédito e ater.

Potencialidades:

1. Variedade dos nossos biomas. Fertilidade das nossas terras. Oferta de água abundante.

Oportunidades:

1. Valor dos produtos da sociobiodiversidade nos mercados consumidores pelo mundo afora

02-Beneficiamento:

Entraves:

1. Falta de energia em determinadas regiões como a Ilha de Marajó e outras áreas remotas de florestas.

Lacunas:

1. Falta de capacidade de processamento local.

Potencialidades:

1. Variado parque industrial brasileiro e relativa capacidade tecnológica

Oportunidades:

1. Início da recuperação da formação técnica e tecnológica no país.

Propostas de ação:

01 – Montar programas de capacitação que possam ser disseminados a partir das escolas técnicas, dos programas de educação de jovens e adultos e do ensino regular com componentes curriculares desenvolvidos a partir da sinergia dos atores: produtores, assentados, comunidades tradicionais

GT2.4 – PESQUISA E TECNOLOGIA

Propostas:

1. Que os Povos e Comunidades Tradicionais sejam os atores do processo, e não somente objetos de pesquisa;
2. Viabilizar o retorno dos trabalhos de pesquisa para as localidades;
3. Incentivo e liberação de recursos para pesquisas direcionadas as necessidades específicas dos Povos e Comunidades Tradicionais;
4. Implementar as pesquisas existentes na área de energias alternativas;
5. Integrar como atores os Povos e Comunidades Tradicionais nos espaços de formação (Universidades, Cefet's, outros);
6. Enumerar e viabilizar o acesso às pesquisas já existentes;
7. Incentivo e investimento financeiro às tecnologias sociais;
8. As propostas de pesquisas devem ser iniciadas junto às comunidades (comunidades-universidades), sendo a proponente da pesquisa e utilizando metodologias como a pesquisa participativa e a pesquisa-ação;
9. Viabilizar a troca de experiências-intercâmbio entre as comunidades nos aspectos produtivos, sociais, ambientais, organizacionais e outros.
10. Trabalhar com a tecnologia respeitando os costumes locais de produção e beneficiamento (como exemplo diminuir o esforço físico sem desconstruir as relações sociais existentes no processo);
11. Construir espaços para que o conhecimento tradicional e os valores da comunidade não sejam substituídos por tecnologias (tentar integrar os dois);
12. Durante o processo de acesso a tecnologia, discutir coletivamente os benefícios e problemas relacionados a inserção desta nas comunidades.

GT2.5 – MARCO REGULATÓRIO

A questão da definição de marcos regulatórios dentro do debate da agregação de valor para cadeias da sociobiodiversidade deve permear os seguintes pontos:

- Licença para manejo .
- Licença ambiental.
- Autorização de transporte.
- Pose da terra (regulação fundiária).
- Identificação das áreas dos povos tradicionais.
- Falta de técnicos para o monitoramento.
- Mercados institucionais (PAA e Resex).
- Organização da atividade (cooperativismo e associativismo).

Alguns pontos de consenso:

1. Da permissão de uso da terra até o financiamento do banco (regulação fundiária, licenciamento ambiental, cooperativismo, assistência técnica, crédito) - deve haver um ajuste regulatório (uniformização/compatibilização de procedimentos) para que esse caminho seja o mais curto possível, por meio de um acordo entre diversas entidades responsáveis existentes (órgãos técnicos, científicos, ambientais, agentes financeiros, fundiários e de fiscalização).
 2. Respeitar as diferenças - é necessário, dentro da definição dos marcos regulatórios, estabelecer um olhar diferente para as diversas realidades institucionais que atuam no âmbito das cadeias de produtos da sociobiodiversidade (associações, sindicatos, colônias de pescadores, cooperativas, etc).
 3. Legislação ambiental - defesa do meio ambiente como defesa da sociobiodiversidade.
 4. Organização popular - a importância da ação coletiva de pressão popular no intuito de modificar os atuais marcos regulatórios e estabelecer novos marcos mais adequados para a realidade das comunidades tradicionais.
 5. Simplificação e subsídios - estabelecer marcos regulatórios de forma a simplificar as atividades dos pequenos produtores e proporcioná-los dos meios necessários para atender esses marcos legais, seja para a produção, o beneficiamento, a comercialização e a proteção dos conhecimentos tradicionais.
 6. Certificação orgânica/certificação de origem da matéria prima - simplificação e capacitação dos técnicos envolvidos no intuito de adequação às realidades locais e possibilidade de um maior acesso por parte dos pequenos agricultores, bem como apoiar as iniciativas de certificação social/participativa.
 7. Capacitação/informação - garantir a assistência técnica oficial em todos os níveis da cadeia produtiva e qualificar os técnicos e produtores sobre os marcos regulatórios existentes em cada elo da cadeia.
 8. Repartição de benefícios - Regular e implementar de forma Justa e eqüitativa conforme o artigo 15 da CDB (Convenção da Diversidade Biológica) os produtos derivados do uso dos recursos naturais associado ao patrimônio genético.
 9. Manejo - Estabelecer marco regulatório simplificado para o manejo comunitário dos produtos da cadeia da sociobiodiversidade.
 10. Criar mecanismos legais que garantem a aquisição e valorização de produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais locais.
 11. Criação de um marco legal simplificado (a exemplo do PAA) para a compra de produtos da sociobiodiversidade
-

TERCEIRO TRABALHO EM GRUPOS

**A agregação de valor as cadeias de produtos da sociobiodiversidade
Abertura, ampliação e estratégias para a conquista de mercados**

PALESTRA NIVELADORA III (anexo 3)

Pesquisa sobre cadeias produtivas da biodiversidade e Mecanismos de agregação de valor
Gonzalo Enríquez
UFPA/ABIPTI/UNB

PALESTRA NIVELADORA IV (anexo 4)

Abertura, ampliação e estratégias
para a conquista de mercados
João Matos
BERACA BRASMAZON

FORMAÇÃO DO TERCEIRO TRABALHO EM GRUPOS

A agregação de valor as cadeias de produtos da sociobiodiversidade
Abertura, ampliação e estratégias para a conquista de mercados

GT3.1 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Propostas formuladas pelo Grupo:

1. Redefinir o número de famílias assistidas por cada técnico de acordo com as especificidades de cada região, de forma a se ter maior frequência do técnico na base, para eficiência de resultados para a comunidade e maior interação com o produtor;
 2. Desenvolver programas de capacitação de técnicos sobre organização comunitária e gestão de empreendimentos.
 3. Capacitar os técnicos nos temas relacionados às especificidades da biodiversidade e demais atividades desenvolvidas pela comunidade;
 4. Elaborar editais para contratação de novos técnicos de forma participativa, visando atender as demandas das cadeias de sociobiodiversidade;
 5. Treinar os produtores na área de gestão para suprir as deficiências na administração das propriedades;
 6. Formar multiplicadores nas comunidades, capacitando-os técnica e gerencialmente, de modo a transformá-los e suas propriedades em unidades demonstrativas para os demais produtores;
 7. Remunerar os multiplicadores pelo seu trabalho de difusão de conhecimentos;
 8. Disponibilizar equipes técnicas capacitadas para acompanhar a conjuntura do mercado dos produtos da sociobiodiversidade, interagindo com os técnicos de campo e produtores.
 9. Realizar concursos públicos para contratação de técnicos especializados em agroecologia e extensão florestal;
 10. Disponibilizar assistência técnica pública e gratuita;
 11. Promover investimentos em Escolas-Família Agrícolas;
 12. Garantir a continuidade dos convênios de ATER nos Estados.
-

GT3.2 - LINHAS DE CRÉDITO E FOMENTO.

Propostas:

- 1 - Linhas de crédito com possibilidade de trabalhar a sociobiodiversidade nas modalidades já existentes, ou seja, linhas abertas;
 - 2 - Linhas de crédito que permitam financiamento direto ao produtor, mais práticas, mais acessíveis;
 - 3 - Criar/aperfeiçoar linha de crédito, nos moldes do PRONAF A, para os povos da floresta;
 - 4 - Criar linhas de crédito que garantam ações voltadas a sustentabilidade dos recursos;
 - 5 - Linhas de crédito que permitam aquisição de produtos, financiamento de estocagem, subvenção, capacitação e escolaridade;
 - 6 - Programa de fomento, com acompanhamento técnico, que apóie processos de certificação e legalização dos produtos;
 - 7 - Programas de fomento para agregação de valor, vinculados a uma política de apoio a produção e comercialização baseada em sustentação de preço e geração de renda para produtos da sociobiodiversidade;
 - 8 - Programa de fortalecimento da infra-estrutura para produção a exemplo do PRONAT;
 - 9 - Criar estratégias junto aos agentes financiadores para superação dos entraves operacionais das linhas de crédito para que as aptidões e demandas do produtor sejam garantidas e respeitadas;
-

GT3.3 - ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA:

01 - Capacitação de todos os grupos para inserção nas cadeias produtivas para a assimilação das necessidades tecnológicas visando à agregação de valor. Incluir os conteúdos de assistência técnica, agroextrativismo, agroecologia e formação de capital social organizativo no campo nos instrumentos de gestão do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE do MEC: ProEja, Escolas Técnicas(CEFETS – Extensões Universitárias. Montar programas de capacitação que possam ser disseminados a partir das escolas técnicas, dos programas de educação de jovens e adultos e do ensino regular com componentes curriculares desenvolvidos a partir da sinergia dos atores: produtores, assentados, comunidades tradicionais

02 – Garantia de acesso aos recursos financeiros, aos projetos, à capacitação para a autogestão/ autonomia inclusive a política;

03 – Aprofundar os mecanismos de redução da insegurança no campo para quem tem seus direitos desrespeitados. Criar uma Ouvidoria ligada à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça. Garantir que nos PAEs e PDS sejam respeitados critérios de assentamento das populações tradicionais e comunidades extrativistas. Priorizar a criação de Resex e outras unidades de conservação de uso sustentável nos moldes previstos no SNUC;;

04 – Criar uma Secretaria Executiva das Comunidades Extrativistas em nível federal, estaduais e municipais;

05 - Falta de ações de corregedoria nas repartições de fiscalização no campo para se contrapor aos grandes latifundiários com muito poder político e aos falsos empresários que derrubam as principais árvores;

06 – Evitar o excesso de seminários onde os resultados não são transformados em ações práticas;

07 - Valorar os produtos da sociobiodiversidade nos mercados consumidores locais através do incentivo e da divulgação sobre os produtos orgânicos produzidos localmente;

08 – Incluir os produtos locais da sociobiodiversidade em todos os programas de compras governamentais, prioritariamente no PAA/Conab e no PNME/MEC;

09 – Criar mecanismos de certificação com selos socioambientais para produtos da sociobiodiversidade nos moldes do selo social dos programas de compras de biocombustíveis onde a Petrobras só aceita pagar os preços descontados de determinados impostos se os produtos forem adquiridos de assentamentos da reforma agrária e de outros agricultores familiares;

10 – Organizar mais rapidamente as consultas públicas para a tramitação da lei de distribuição de benefícios em troca da MP 2.186/2001 além de outras etapas do marco regulatório para acompanhar os contratos;

11 – Planejar a expansão do mercado para os produtos da sociobiodiversidade dentro da capacidade produtiva das comunidades e garantindo a oferta regular respeitando os ritmos das comunidades;

12 – Ampliar o leque das políticas públicas que garantam a remuneração por serviços ambientais aos povos e comunidades tradicionais – além dos agricultores que conservem as suas áreas de proteção permanente. Estimular a organização popular em torno das tratativas brasileiras junto à ONU e a OMC para a formação de um fundo internacional para compensação aos países que promovam a redução do desmatamento.

GT3.4 - PESQUISA E TECNOLOGIA

AGREGAÇÃO DE VALOR

- Facilitar o acesso ao subsídio e fomento para o processamento dos produtos da sociobiodiversidade;
- Procurar mecanismos de desburocratização e flexibilização para o acesso aos projetos pelas comunidades;
- Avançar na construção de um selo social de certificação;
- Necessidade de investimento numa política industrial para os produtos da sociobiodiversidade focados nas indústrias comunitárias;
- Incentivo às pesquisas públicas, com metas de investimento e disponibilização destas informações;
- Simplificação dos termos de referência do Plano de Manejo, incentivo a pesquisa e tecnologias para a realização destes;
- Valorizar as tecnologias adaptadas pelas comunidades e sua troca entre os elos;
- Formação de técnicos/extensionistas das comunidades para a realidade da floresta com o apoio da pesquisa, reconhecimento e normatização no MEC;
- Reformulação de processos educativos/reformulação da proposta educacional para essas comunidades (reforma curricular);
- Levantar informações dos produtos produzidos pelas comunidades;
- Viabilizar e capacitar as comunidades para o acesso à informática através de um programa governamental amplo de “inclusão digital”, respeitando as demandas e diversidades destas;
- Facilitar o acesso à telefonia e outros meios de comunicação (radio difusão);
- Inserir e priorizar as empresas e cooperativas dos Povos e Comunidades Tradicionais nas incubadoras das universidades;
- Garantir linhas de investimentos do MCT em pesquisa e tecnologia para produtos da sociobiodiversidade voltados para os Povos e Com Tradicionais.

CONQUISTA DE MERCADOS

- Garantir que os produtos tradicionais não sejam descaracterizados devido a sua inserção na lógica de mercado;
 - Construir uma política para divulgação e consumo dos produtos da sociobiodiversidade no mercado nacional (informar a população brasileira qual a identidade e benefícios que o consumo destes produtos trazem para o país);
 - Criar um selo social único para os produtos da sociobiodiversidade;
 - Construção de marcas sociais para a comercialização.
-

GT5.3: MARCOS REGULATÓRIOS

A questão da definição de marcos regulatórios dentro do debate da agregação de valor para cadeias da sociobiodiversidade deve permear os seguintes pontos:

- Licença para manejo.
- Licença ambiental.
- Autorização de transporte.
- Posse da terra (regulação fundiária).
- Identificação das áreas dos povos tradicionais.
- Insuficiência de técnicos para o monitoramento e assistência técnica.
- Mercados institucionais (PAA e Resex).
- Organização da atividade (cooperativismo e associativismo).

Propostas:

1. **Da permissão de uso da terra até o financiamento do banco (regulação fundiária, licenciamento ambiental, cooperativismo, assistência técnica, crédito)** - deve haver um ajuste regulatório (uniformização/compatibilização de procedimentos) para que esse caminho seja o mais curto possível, por meio de um acordo entre diversas entidades responsáveis existentes (órgãos técnicos, científicos, ambientais, agentes financeiros fundiários e de fiscalização); agilizando os processos de regularização fundiária e realização de convênio com instituições públicas e privadas para a viabilização.
 2. **Respeitar as diferenças** - é necessário, dentro da definição dos marcos regulatórios, estabelecer um olhar diferente para as diversas realidades institucionais que atuam no âmbito das cadeias de produtos da sociobiodiversidade (associações, sindicatos, colônias de pescadores, cooperativas, etc);
 3. **Legislação ambiental** – ampliar e implementar a defesa do meio ambiente e da sociobiodiversidade;
 4. **Organização popular** - a importância da ação coletiva de pressão popular no intuito de modificar os atuais marcos regulatórios e estabelecer novos marcos mais adequados para a realidade das comunidades tradicionais;
 5. **Simplificação e subsídios** - estabelecer marcos regulatórios de forma a simplificar as atividades dos pequenos produtores e proporcioná-los dos meios necessários para atender esses marcos legais, seja para a produção, o beneficiamento, o transporte, a comercialização e a proteção dos conhecimentos tradicionais;
 6. **Certificação orgânica** - simplificação e capacitação dos técnicos envolvidos no intuito de adequação às realidades locais e possibilidade de um maior acesso por parte dos pequenos agricultores, bem como apoiar as iniciativas de certificação social/participativa;
 7. **Capacitação/informação** - garantir a assistência técnica oficial em todos os níveis da cadeia produtiva e qualificar os técnicos e produtores sobre os marcos regulatórios existentes em cada elo da cadeia;
-

8. **Repartição de benefícios** - Regulamentar e implementar de forma justa e eqüitativa conforme o artigo 15 da CDB (Convenção da Diversidade Biológica), os produtos derivados do uso dos recursos naturais associado ao patrimônio genético;
 9. **Manejo** - Estabelecer marco regulatório simplificado para o manejo comunitário dos produtos da cadeia da sociobiodiversidade;
 10. **Mercados institucionais** - Criar mecanismos legais que garantam a aquisição e valorização de produtos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais locais;
 11. **Marco legal** - Criação de um marco legal simplificado (a exemplo do PAA) para a compra de produtos da sociobiodiversidade não-alimentícios;
 12. **Coeficientes técnicos** - elaboração de coeficientes técnicos para produtos da sociobiodiversidade;
-

AVALIAÇÃO FINAL DOS PARTICIPANTES

Como avaliamos o nosso Seminário Regional?

1. As palestras, em alguns casos, não nivelaram o grupo.
 2. Ter um nivelamento entre os palestrantes para a abordagem dos temas, para serem mais complementares entre si
 3. Muitas palestras foram técnicas demais. Dois palestrantes estrangeiros dificultaram no entendimento das suas mensagens.
 4. O sorteio para formação dos grupos de trabalho, por um lado foi bom mas por outro pode ter limitado algumas contribuições.
 5. Os participantes vieram muito soltos, sem saber bem o que iria acontecer aqui. Deveria haver uma preparação prévia para poderem contribuir melhor, tendo uma discussão prévia nas comunidades.
 6. Fiquei em dúvida para interpretar o público-alvo deste seminário.
 7. Foi ótimo, aprendi muitas coisas boas e deverei levar para as minhas bases tudo o que aprendi aqui.
 8. Observar as questões de gênero e raça na composição da mesa de debatedores.
 9. Senti muito improvisado em muitas coisas.
 10. Não gostei da programação fechada – não tivemos acesso à programação previamente.
 11. Que os participantes recebam a programação previamente para que sejam estimulados a desencadear debates locais como preparação para os seminários.
 12. Que nos próximos seminários haja mais participantes dos diferentes Ministérios, com poder de decisão, para ouvirem o que temos a dizer, permanecendo até o final do evento, como a plenária.
 13. É sempre difícil contentar a todos em todos os eventos.
 14. Parabéns a equipe organizadora.
 15. Parabéns ao Professor Lauro Itó e ao Pedro, pelo apoio logístico.
 16. Obrigado aos grupos folclóricos pelas apresentações – foram ótimos revitalizadores.
 17. Deve ser assegurado maior tempo para os grupos de trabalho e plenária final, pois são nestes espaços que as decisões são tomadas.
-

Observações dos moderadores

Alguns aspectos de aprendizagem metodológica derivados deste primeiro seminário:

Aspectos logísticos:

- Não ter havido intervalos para café ou lanche tornou cada período de trabalho mais cansativo. É fundamental providenciar lanche para os intervalos, especialmente o horário da tarde
- Estrutura de salas demasiadamente complicada – salas distantes, difíceis de localizar, mudança de locais a cada dia, necessidade de desocupar os locais até as 18:00 horas.
- Auditório ruim, com muito barulho, de aparência desagradável, desconfortável.
- Dificuldades com o almoço, não organizado, atrasando o retorno dos participantes
- Computadores com dificuldades técnicas

Coordenação do evento e convocação dos participantes:

- Pouca coordenação da equipe dos Ministérios, faltando um comando único
- Falta de entrega da programação aos participantes
- Parece não ter havido suficiente mobilização das lideranças representativas dos diferentes povos e comunidades
- Faltou orientação aos participantes para que pudessem chegar mais preparados para o debate no seminário.

Palestrantes e debatedores:

- A presença de muitos debatedores para uma só palestra tirou algumas vezes o foco e cansou demasiadamente o público, além de reduzir o tempo para o debate em plenária
- Palestras, em alguns casos, desfocadas do tema central;
- Dificuldade para obter a relação dos palestrantes e debatedores com antecedência.
- Falta de preparação dos debatedores – comportaram-se como palestrantes
- É importante ter as cópias das palestras com antecedência, inclusive para se verificar a coerência com o tema e também para disponibilizar para os grupos de trabalho.

Trabalho em grupos

- A metodologia do trabalho em grupos de forma cumulativa (o mesmo grupo seguir com o mesmo tema durante 3 sessões) funcionou de forma satisfatória.
- Os trabalhos em grupos devem fazer a sua revisão no final do segundo dia e o trabalho em grupo do último dia deverá ser cancelado, deixando mais espaço para o debate em plenária.
- Preparar melhor os apresentadores para o último dia
- Sensibilizar melhor o grupo no início do primeiro dia, para a construção participativa

Facilitadores e relatores

- Facilitadores sem um nivelamento conceitual, metodológico e de conteúdo, o que dificultou o trabalho
- Relatores sem uma preparação prévia, provocando também dificuldades no registro dos trabalhos dos grupos.

Moderadores

- É necessário que haja mais coordenação da equipe de moderadores, com melhor divisão de tarefas
 - Um aspecto positivo feito a partir do segundo dia foi registrar os debates.
-

PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO

NOME	LOCAL/ REGIÃO	UF	COMUNIDADE/ EXPERIÊNCIA	FONE	E-MAIL
Alberto da Silva Ramos	Sta. Luzia	PA	Comunidade Tipitinga		
Aline Cristina Carlotino Santos	Ananindeua	PA	Fórum Populações Trad.	91 3263-2059 / 8149-5005	ninecall@hotmail.com
Almires Mrtins Machado	Belém	PA	Fórum Populações Trad.	(91)8172-9684	teguara@yahoo.com.br
Amador da Conceição	Ananindeua	PA	MOCAMBO	091 9171-4062	dudaananin@yahoo.com.br
Amanda Campos Frade	Belém	PA	CEFET/PA	91 3212-0847 / 8105-4051	sou_pakytta@hotmail.com
Ana Maria Queiroz Ribeiro da Silva	Belém	PA	SEBRAE	91 3181-9006 / 91 8114-3738	anamaria@pa.sebrae.com.br
Antônio do Socorro Cordovil	Gurupa	PA	ATAEDI	(96) 9963-8274	email:acstauari@hotmail.com
Antônio Jaime Pamplona Rodrigues	Belém	PA	UFRA	91 3248-0535	
Atanagildo de Deus Matos	Marabá	PA	CNS	94 3324 - 3459	gatoocns743@yahoo.com.br
Atarcisio Soares Silva	Conc. Do Araguaia	PA	Proj. Assent. Curral de Pedras		
Benedito de Lima Alfaia	Coopfrut	PA	Agricultor e pres da Coopfrut		
Carla Segui Scheer	Brasilia	DF	MME- LPT	61 3319 5865	carla.scheer@mme.gov.br
Carolina Lopes Mendes	Belém	PA	CEFET/PA	91 3247-9106 / 2257-9106	carol.lopes11@hotmail.com
Claremita Sousa dos Santos	Nova Ipixuna	PA	CNS	94 91580405	claramusarara@yahoo.com.br
Clayton José Coelho da Silva	Acará	PA	Com. Menino Jesus	8155-5267	
Cleiton Albarado Braga	Belém	PA	CNS	91 3223-1268	cleitonbraga8@hotmail.com
Darlindo Oliveira	Belém	PA	Grupo Caçua	91 8119-2518	darlindooliveirapinto@hotmail.com
David Sudario de Lima Silva	Bacabal	MA	ACESA	99 3621-5535	acesa@lockal.com
Deucimar de Melo e Silva	Belém	PA	SAGRI	91 4006-1260	dulcimelos31@gmail.com
Deusalina Rocha Santos		MA	FETAEMA (PROGRAMA DE ATES) – PROJETO ABELHA		
Diogo Araújo	Taguatinga	DF	Sesan/MDS	61 3443-1183	diogo.araujo@mds.gov.br
Domingos Trindade F.	Belém	PA	MORIVA	9992-8766	

Pereira						
Donato Alves Filho	Belém	PA	DFA/PA	91 3202-3862		donato.filho@mda.gov.br
Douglas Prudente dos Santos	Belém	PA	Acadã	91 3229-8938		douglasp_santos@yahoo.com.br
Edilson Ferreira Martins	Ponta de Pedras	PA	Ass. trab. rurais Agroex. Rio Cupixaua	3253-8853		
Edinelson Baia Lima	Curuça	PA	Resex Mãe Grande	91 9179-8199		aquarela.curuca@gmail.com
Edivaldo de Matos Barreiros	Currallinho	PA	Ass. Dos Produtores Agroextrativistas de Canaticu	(91) 9124-1530 / 9186-5450		
Edna Maria da Costa e Silva	Belém	PA	SEMA	91 3223-0782		edna.marajoara@sema.pa.gov.br
Edna Maria Nóbrega da Silva	Belém	PA	UFRA	91 3249 4331		edna.nobrega@ufra.edu.br
Eduardo Salvus Soares	NA	DF	CONAB-DF	61 33126377		eduardo.soares@conab.gov.br
Edvar Rodrigues dos Santos	São Luis	MA	MDA/ MA	8142-2950		edvarr@ig.com.br
Eliene M dos Santos Fonseca	Belém	PA	UFRA	91 81133-7390		eliene_maciel@yahoo.com.br
Elizabeth V. de Vilhena	Abaetetuba	PA	MORIVA	91 9993-7249		
Ely Querubina da Silva Santos		MA	COOPAEI (CENTRU)			
Esmael de Oliveira	Capitão Poço	PA	Grupo indígena Tembê			
Etianne Flávia Cirino	Belém	PA	CEFET/PA	93 9182-4121		etianne_g@yahoo.com.br
Eugênio Nascimento Catanhede		MA	TIJUPÁ E REDE ABELHA – MELIPONICULTOR			
Fabício Khoury Rebello	Belém	PA	Banco da Amazônia	91 4008-3443		fabriciorebello@hotmail.com
Fátima de Maria Silva Carvalho	Urbano Santos	MA	AMA VIDA – PROJETO ABELHA NATIVA	3469-1615		
Fernando Luís M. de Oliveira	Belém	PA	CNS	91 3274-5781 / 8865-8250		fernandolmo@gmail.com
Francerli Santos Neres	Axixá	MA	Ass. Prod. Andiroba de Axixá- MA	98 9975-9850/ 9615-9850		francerli.neres@gmail.com
Francisca Marta Barbosa dos Santos	Palmas	TO	Seagro	63 9973-6860		mbarbosa@seagra.to.gov.br
Francisco da Silva Ferreira	Bacabal	MA	ACESA	99 3621-5175		
Francisco Hugo de Souza	Oriximiná	PA	Comunidade Jauari			

Ginaldo Rocha Lopes	Belém	PA	CNS	094 81186393	ginaldotucurui@hotmail.com
Gonzalo Enriquez	Brasília	DF	UFPA/CAS/ABIPTI	61 9285-6799	genriquez@uol.com.br
Hilson José Cardoso Rebelo	Belém	PA	CNS	91 3223-1268	
Ingrid Mello Barata	Belém	PA	CEFET/PA	91 3229-3190 / 9134-4621	mellobarata@yahoo.com.br
Isabelle Tathiane Rodrigues	Belém	PA	CEFET/PA	91 3233-9664 / 8162-5719	isabelle-rodrigues@hotmail.com
Ivanilce Santos Silva		MA	MELIPONICULTORA		
Ivonete da Silva Ferreira	Belém	PA		91 81636420	
Jaerlem Campos da Silva	Belém	PA	CNS	91 3285-6150	
João Batista Cunha dos Reis	Açailândia	MA	REDE GALILÉIA – PRODUTOS DA ABELHA	99 3238-2080/ 9138-7336	galileia@jupiter.com.br
João Batista Lopes Ribeiro	Santarém	PA	Pedreira Flona Tapajós		
João Teotônio Moreira	Resex Oeiras	PA	COOSPAT - AGRICULTOR		
Jocinaldo Rocha Lopes	Breu Branco	PA	Apavicri		
John Carlos Oliveira Freitas	Belém	PA	SAGRI	NA	
Jorge Antônio Santos Bittencourt	Belém	PA	AMAT	91 4006-2350 / 3086-0712	agricultura@amat.org.br
Jorge Luiz da Silva	Belém	PA		91 81793073	
José Inácio S. Rodrigues	São Luis	MA	MDA/ MA	98 3245 -3685	jose.rodrigues@mda.gov.br
José Ivan Mayerde Aquino	Brasília	DF	Serviço Florestal	61 3367-2891	jose-ivan.aquino@florestal.gov.br
José Maria Alves Monteiro	Acará	PA	Comunidade Itacoã-Miri	8847-9052	
Joseane de Lourenço Petry	Carlinda-MT	MT	Instituto Ouro Verde	66-3521-7917 66-9281-1968	institutoouroverde@terra.com.br
Juliane da Silva Arnaud	Belém	PA	UFRA	91 8124-1280	julianeufra@yahoo.com.br
Keila Cristina Teixeira Lima	São Luís	MA	PROJETO ABELHA	98 3219-8725/ 8844-5965	keilatlima@gmail.com
Kukôy Nokaton Kayapó	Redenção	PA	Indigena Kaiapó		
Leontina dos Santos	Morros	MA	TIJUPÁ	NA	
Lilia do Socorro Campos Lorena	Belém	PA		91 81474484	
Rodrigues de Souza	Palmas	TO	Instituto Ecológica	63 3215 1279/ fax: 4507	lorena@ecologica.org.br

Luciana Roncoletta	Belém	PA	NATURA	91 8134-8442	lucianaroncoletta@natura.net
Luís Guilherme Cardoso Dantas	Belém	PA	SETER	91 9616 8497	ldantas_sol@hotmail.com
Luiz C. Rebelo de Oliveira	Belém	PA	CNS	91 9997-6707 / 3231-2170	luizinhosom@yahoo.com.br
Luiz Gutemberg de Campos Silva	Marapanin	PA	RESERVA MARINHA	91 8141-5167/ 9638-0981	
Magali de Souza Mendonça	Carlinda-MT	MT	Instituto Ouro Verde	66-3521-7917 / Celular: 66-9281-1968	institutoouoverde@terra.com.br
Manoel dos Santos Azevedo Filho	Abaetetuba	PA	MORIVA	91 9968-6154	
Manoel Francisco E. de Matos	Gurupa	PA	CNS-Gurupi	091 91450722	
Manoel Garcia Soares	Curuçá	PA	AUREMAG	9121-7782	maninhodomangue@gmail.com
Marcelo Vinicius Lemos	São Luís	MA	AGERP-MA	(98) 8145-6169 / 3238-0759	marcelolemos_agerp@yahoo.com.br
Maria A. Morcef Bouzada	Augustinópolis	TO	APA-TO	63 9204-4766/3456-1673	mbouzada04@hotmail.com
Maria Aparecida Bastos Carvalho	Oeiras	PA	AMOREAP	NA	
Maria da Paz Araújo Teixeira	Itapecuru mirim	MA	GRUPO DE MULHERES	9133-0675	
Maria de Lourdes S. Souza	Belém	PA	CNS	NA	
Maria do Espírito Santos da Silva	Nova Ipixuna	PA	CNS	94 3012-0404	
Maria Lucineide Silva Sousa		MA	TIJUPÁ/ REDE ABELHA – REALIZA ATIVIDADES INTEGRADA DE SISTEMA AGROFLORESTAL E MELÍPONA		
Maria Luíza de Carvalho Nunes	Belém	PA	CEDENPA	91 3248-4512/ 91 91199495	negalui@yahoo.com.br
Maria Santana da Costa Barbosa	Ananindeua	PA	Comunidade do Abacatal	91 9903-1253	
Marineide Aires Gomes	Pium	TO	Instituto Ouro Verde	63 3368-1289	marineideaires@gamael.com.br
Mario Rodrigues S. Filho	Belém	PA	SAGRI	91 8179-3508	m1f2c3@hotmail.com

Maurício Silva Rodrigues	Belém	PA	CNS	91 3233-9664/ 8153-9664	mauricio_sr10@hotmail.com
Nadhia Benedita Silva	Rosario	MA	TIJUPÁ	NA	
Nelsivaldo de Jesus Bargas	Belém	PA	ITERPA	8155-2693	valdo_bargas@yahoo.com.br
Nivaldo Mendonça da Paixão	Palmas	TO	Seagro	63 3218-7603/ 9973 9572	nivaldo_mendonca@yahoo.com.br
Norberto Antônio Hubner	Paragominas	PA	Experiência Madeira		
Norma Aparecida de Oliveira Nobre	Colider - MT	MT	Bióloga, Consultora - IOV	Telefone(S): 66-3541-1573 / 3541-3424, Celular: 66 9606-7689	normabio@gmail.com
Oseorino Pozto Braga	Belém	PA	CNS	91 3223-1268	
Oswaldo Thadeu	Palmas	TO	Ruraltins	63 3218-3123	
Otoniel Assunção	Belém	PA	MDA/ PA	91 3202-3841	otoniel.assuncao@mda.com.br
Páscoa Alves de Macedo	Cach. Do Piriá	PA	Grupo indígena Kamirã		
Patricia Farias Ribeiro	Soure	PA	ASMUPESQ (SNS)	8103-9945/ 3741-2220	
Paulo André Silva Arruda	Abaetetuba	PA	UFRA	8182-0966	abapaulo@hotmail.com
Paulo Rogério dos S. Neves	Marituba	PA	CONAB-PA	91 3255-4490	rogerio.neves@conab.gov.br
Pedro Augusto da Costa e Silva	Belém	PA	Org. Fórum de Povos Trad.	(91) 3233-0782	pedrocostaesilva9@hotmail.com
Pedro Pascoal de Sousa Filho	São Luis	MA	AGERP-MA	Telefone(S): 98-32465292 / 88277489	pedropascoal27@bol.com.br
Pedro Paulo de Sousa Guimarães	Loreto	MA	Centru-MA	99 3544-0344	coopraf@yahoo.com.br
Pedro Risonaldo	Oriximiná	PA	Grupo indígena Wai Wai		
Rafael Barros Barbosa	Belém	PA	CNS	91 96069328	rafaelbarros18@hotmail.com
Raimunda Araujo Lima	Jacundá	PA	Ass. Quebradeiras de Coco babaçu	(94) 3332-1922 / 3332-1546 (recado c/ clenilda)	
Raimundo Nonato da Silva Ribeiro	Belém	PA	EMATER- PA	91 3256-5559/91 9963-3779	ribeirorionata@ig.com.br
Ricardo Costa Monteiro	Curuça	PA	AUREMAG	9331-8875	ricardo.resex@gmail.com
Ricardo Teixeira de Sousa	Belém	PA	CNS	91 3223-1268	

Ronaldo de Souza Coelho	Belém	PA	INCRA/ SR-01	91 3202-3822	ronaldo.coelho@blm.incra.gov.br
Ronaldo dos Santos Silva	Belém	PA	CNS	91 3027-0506/96059057	
Rosilene Mescouto de Souza	Cerâmica Chicano	PA	Agricultora		
Rosilene Mescouto de Souza	Santa Barbará	PA	Ass. Cerâmica Chicano	91 9628-2707 / 9127-7026	
Rubénice Costa Rodrigues		MA	TIJUPÁ E REDE ABELHA – APICULTOR		
Rubens M. de Melo Ribeiro	Belém	PA	BANCO DO BRASIL	91 3083-8849	rubensmmribeiro@bb.com.br
Sidemar Pressotto Nunes	Curitiba	PR	DESER	41 3262-1842	sidemar@deser.org.br
Takakto Kayapó	Redenção	PA	Kayapó	8133-0740	
Tarcila de Cássia da Silva Ramos	Sta. Luzia	PA	Comunidade Tipitinga		
Thaíssa Oliveira Pinheiro	Belém	PA	Fund. Curro Velho	91 3233-0782	thaiopi@yahoo.com.br
Tomázia Oliveira dos Santos	Maracanã	PA	Resex Maracanã/PA	91 9992-1267	
Tuíre Kaiapó	Redenção	PA	Grupo Indígena Kaiapó	8133-0740	
Valmir Santos	Belém	PA	Fund. Curro Velho	91 3184-9102	valmirbispo@oi.com.br
Valnete Macedo	Ponta de Pedras	PA	Coop. Ecol. Das Mulheres Extr. Marajó		
Vanessa Moraes Neiva	Brasília	DF	SAF/MDA	61 2191-9860	vanessa.neiva@mda.gov.br
Walter Figueiredo de Sousa	Belém	PA	CNS	91 3248-1310	walterfigueiredo@yahoo.com.br
Wellington da Silva	Açailândia	MA	GPPRG	99 3538-0143/3538-2080	welington_2008@hotmail.com welingtonsilva-2010@hotmail.com
Yeda Queiroz Costa	Belém	PA	PMBelém	91 32455735/91 96140985	yqc40@yahoo.com.br
Sérgio Cordioli	Porto Alegre	RS	Moderador	(51) 8155-9745	cordioli@portoweb.com.br
Mara Vanessa	Salvador	BA	Moderadora	(71)92046777	maravaness@gmail.com
Tarcilene Jacinto Freitas da Silva	Recife	PE	Moderadora	(81) 9998-2253	tarcy@pe.senai.br

ORGANIZAÇÃO DO I SEMINÁRIO REGIONAL

Atribuição	Nome		instituição	Contatos
Coordenação Geral	Luiz Carlos Balcewicz	DF	SBF/MMA	luiz.balcewicz@mma.gov.br / 61 3317-1669 e 9801-3399
	Divani Souza	DF	SAF/MDA	divani.souza@mda.gov.br / 61 2191-9860
	Claudia Maria Calório	DF	SEDR/MMA	claudia-maria.calorio@mma.gov.br
	Leonel Pereira	DF	SBF/MMA	leonel.pereira@mma.gov.br
	Dulcimar de Melo e Silva	PA	SEAGRI-PA	dulcimelos31@gmail.com
	Edna Marajoara	PA	SEMA-PA	cemempresidente@ig.com.br
	Soraya Almeida	PA	DFDA-PA	soraya.almeida@mda.gov.br
Grupo 1	Facilitador G1 – Bruno Filizola	DF	SEDR/MMA	bruno.filizola@mma.gov.br
	Relatora G1 – Aymee Novo Faria	DF	MCT	afaria@mct.gov.br
	Apoio ao Grupo Etianne Flávia Cirino	PA	CEFET-PA	
Grupo 2	Facilitador G2- Pedro Bavaresco	DF	SAF/MDA	pedro.bavaresco@mda.gov.br
	Relatora G2- Lorena R de Souza	DF	Instituto Ecológica/TO	lorena@ecologica.org.br
	Apoio ao Grupo Ingrid Mello Barata	PA	CEFET-PA	
Grupo 3	Facilitador G3- Gilson Souza	DF	SBF/MMA	gilson.souza@mma.gov.br
	Relator G3 – José Ivan de Aquino	DF	SFB / MMA	jose-ivan.aquino@florestal.gov.br
	Apoio ao Grupo Isabelle T. Rodrigues	PA	CEFET-PA	
Grupo 4	Facilitador G4- Haroldo Oliveira	DF	SEDR/MMA	haroldo.oliveira@mma.gov.br
	Relator G4 – Diogo Araújo	DF	SESAN/MDS	diogo.araujo@mds.gov.br
	Apoio ao Grupo Juliane da Silva Arnaud	PA	UFRA	
Grupo 5	Facilitador G5- Sandro Silva	DF	SDT/MDA	sandro.silva@mda.gov.br
	Relator G5 – Humberto			
	Apoio ao Grupo Paulo A. Silva Arruda	PA	UFRA	
	Coordenadora de Marketing e Mestre de Cerimônia Ivonete da Silva Ferreira	PA	SEMA-PA	imotta@sema.pa.gov.br
	Coordenador de Logística – Lauro Itó	PA	UFRA	lauro.ito@mma.gov.br 91-9902-2396
	Apoio Logístico Pedro Augusto da Costa e Silva	PA	Fórum dos Povos Tradicionais	
	Apoio Logístico Vanessa Neiva	DF	MDA	vanessa.neiva@mda.gov.br

EQUIPE DE MODERADORES

Sérgio Cordioli

Rua Manágua, 124
Bairro Jardim Lindóia
Cep 91050-300 Porto Alegre / RS
Fone/Fax 51.3366.0444 / 8155.9746
E-mail: cordioli@portoweb.com.br
sergio@scordioli.com.br
Site: www.scordioli.com.br

Mara Vanessa

Rua Senta Pua 320,
Edifício São Geraldo, Apto 302 Ondina
CEP: 40.170-180 Salvador Bahia
Fone: 71-32377654/ 92046777
Email: maravaness@gmail.com

Tarcilene Jacinto Freitas da Silva

Av. Dr. José Rufino, 1141
Cep 50780-000 Areias – Recife/PE
Fone/Fax 81. 3251-0666 / 81. 9998-2253
Email: tarci@pe.senai.br
Site: www.pe.senai.br

Programação Cultural

Dia 26/09

9:00h - Abertura: Saudação às divindades amazônicas através de cantos xamânicos, com o Pai Tayandô.

14:00h - grupo de percussão da Fundação Amazônica de Música, sob regência dos professores Rafael Barros e Magno Moraes.

18:00h - Grupo de Atividades culturais Paranativo

Dia 27/09

8:00h - música mecânica (cantiga dos quilombos de Cameté, Canto de caçador dos índios Gavião e Canto das crianças guarani)

14:00h - Grupo experimental de percussão Muyara da Fundação Curro Velho, sob regência do prof Wilson Monteiro

18:00h - Pássaro Junino Caboclo Lino Pardo

Dia 28/09

9:00h - Cânticos Xamânicos de agradecimento pelo Seminário

14:00h - performance teatral: Para sempre Eneida, direção de Edielson Goiano, Grupo Nós na Fita, da Fundação Curro Velho

18:00h - Boi Bumbá Caprichoso, sob a responsabilidade de mestre Alarindo. Performance do curupira, matinta perêra e mãe d'água, do CEFET

ANEXOS

PALESTRAS NIVELADORAS

ANEXO 1

Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério do Desenvolvimento Social



Panorama geral e políticas públicas e privadas para as cadeias de produtos da sociobiodiversidade

Leonel Pereira - MMA

Belém, 26 de setembro de 2007



Contexto Governo & Sociedade

- **Construção com participação social**
 - ✦ Redução da pobreza rural;
 - ✦ Agregação de Valor e Geração de Renda;
 - ✦ Produção com sustentabilidade
- **Políticas públicas para setores / atores desfavorecidos**



✓ **Políticas públicas para setores/ atores desfavorecidos**

- **políticas específicas** para o **extrativismo sustentável** e para o **manejo florestal comunitário de uso múltiplo**;
- **estratégia eficiente de agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis** para cadeias/APLs de produtos estratégicos ou especiais - sociobiodiversidade



Por que uma política de governo é estratégica para os produtos da Sociobiodiversidade ?

Produtos da Sociobiodiversidade

São bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados à partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas ou saberes e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.



São produtos da Sociobiodiversidade :

- ✓ Produtos finais como cosméticos, fitoterápicos, fármacos, artesanatos e alimentos
- ✓ Matérias primas de diversas naturezas
- ✓ Madeiras de manejo comunitário
- ✓ Turismo de base comunitária
- ✓ Alguns serviços ambientais



Por que uma política de governo é estratégica para os produtos da Sociobiodiversidade ?

- Sociobiodiversidade brasileira como vantagem competitiva para mercados nacional e internacional
- globalização com valorização das diferenças



Por que uma política de governo é estratégica para os produtos da Sociobiodiversidade ?

- Maior riqueza de espécies do globo (cerca de 20%)
- Único país com mais da metade do território ainda coberto com vegetação nativa
- grande riqueza de técnicas e tecnologias tradicionais de uso sustentável dos recursos associado à sociodiversidade

Megasociodiversidade brasileira

- ❖ mais de 200 povos indígenas, e inúmeras comunidades tradicionais e agricultores familiares espalhados pelo país (mais de 20 milhões de pessoas)
- ❖ Subsistência e economia desses grupos sociais baseada no uso dos produtos da sociobiodiversidade



Importância destes Produtos

. Possibilidade de atendimento de necessidades básicas para o país:

- Crescimento econômico
- Conservação pelo bom uso dos recursos naturais
- Inclusão de grupos sociais excluídos das Políticas Públicas
- Respeito às especificidades culturais

. Atende de forma integrada às 4 dimensões do Desenvolvimento Sustentável



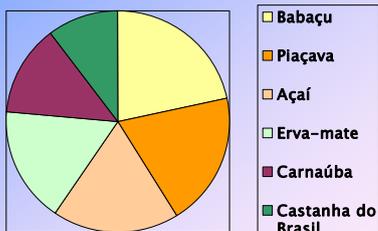
Economia dos produtos da sociobiodiversidade - recorte dos produtos extrativistas (IBGE - 2005)

Produção primária florestal – R\$ 10,3 bilhões
66,41% - silvicultura (florestas plantadas)
33,59% - extrativismo vegetal (produtos coletados em vegetações nativas espontâneas)

Produção extrativista vegetal – R\$ 3,4 bilhões
86,82% - Produtos madeireiros
13,18% - **Produtos não-madeireiros (0,48%)**



Produção extrativista vegetal não-madeireira (R\$ 508,4 milhões)



Produção extrativista vegetal não-madeireira

- 89,75% dos valores inclui apenas 6 produtos
- 10,25% inclui todos os demais produtos
- País megadiverso - não se sabe o quanto se perde economicamente.
- Perdas sociais, culturais e ambientais



Setores industriais

- Alimentos
- Fármacos
- **Cosméticos, perfumaria e higiene pessoal**
- Fitoterápicos
- Limpeza
- Química fina
- Biocombustíveis e bioenergias
- Turismo



Oportunidades e potencialidades

Conjuntura nacional e internacional

- PAC: Crise política ambiental (conservação x crescimento)
- Mudanças climáticas
- Conscientização sobre nosso papel na conjuntura global
- Biocombustíveis e bioenergia
- Padrões de Consumo e Produção Sustentável - mercados



Oportunidades e potencialidades

Oportunidades de mercado

- Consumo consciente
- Fortalecimento de mercados verdes
- Orgânicos e comércio justo
- Indústrias de Cosméticos e fitoterápicos
- Alimentos funcionais (açai, castanha etc)
- Feiras ecossociais
- Redes de consumo solidário



Oportunidades e potencialidades

Novos espaços de articulação

- MMA, MDA, MDS e outros
- GT Sociobiodiversidade
- Políticas nacionais: Biodiversidade, Florestas, Biotecnologia, ATER, Orgânicos (Extrativismo), DSPCT, AF, Fitoterápicos – SUS
- Outras políticas: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Combate ao desmatamento, e a desertificação, bioenergias e MDL



Oportunidades e potencialidades

Políticas privadas

- ONGs (Funbio, Imazon, Fase, Ibens, dentre outras)
- empresas com responsabilidade socioambiental

Cooperação internacional

- Centro de formação de competências/GTZ
- Biotrade/Unctad
- Programa Brasil/Itália



Gargalos e limitações

Problemática ampla e complexa:

- Fragilidades em todas as etapas das cadeias,
- arranjos produtivos incipientes
- Direitos sobre a terra e seus recursos
- Estratégias de exclusão de mercado: monopólios
- Desigualdade na distribuição dos benefícios
- Políticas desarticuladas e pulverizadas



Gargalos e limitações

Pouca agregação de valor e instabilidades de mercados

- Produção desorganizada
- Grande número de intermediários nos elos das cadeias
- Irregularidade da oferta e baixos volumes
- Logística ineficiente
- Pesquisa desarticulada e pulverizada
- Coordenação deficiente entre os agentes da cadeia
- Padrões de Qualidade inaceitáveis no mercado
- Faltam planos de negócio e estudos de mercado
- Apresentação de produtos finais e adequação as normas



Problema fundamental: Falta de diálogo entre os atores das cadeias, e destes com as instituições de apoio e financiamento, para melhorar a competitividade

- Parcerias formais e informais a fim de superar **gargalos**, concorrer com a produção convencional e predatória e potencializar as **vantagens competitivas**



Políticas públicas insuficientes

- Programas de apoio/fomento desarticulados e pulverizados (em territórios e cadeias)
- Marco legal não apropriado e desarticulado
- Falta de integração entre as pastas responsáveis pelas políticas regulatórias
- Pouca cooperação com o setor privado

Problema fundamental: ausência de visão sistêmica!



Enfoque sistêmico: cadeias e APLs

- **Cadeia produtiva** é um sistema constituído de atores interrelacionados e pela sucessão de processos de produção, transformação e comercialização de um produto.
- **Cadeia de valor** se entende como uma aliança vertical ou rede estratégica entre organizações empresariais independentes numa Cadeia produtiva.



Diretrizes

- Promover a intervenção nas cadeias e APLs de forma sistêmica, contemplando de forma convergente os interesses do conjunto de atores envolvidos;
- Fortalecer a organização, agregação e apropriação de valores no âmbito dessas cadeias por parte dos agricultores familiares, comunidades e povos tradicionais



Diretrizes

- Articular a intervenção dos diversos atores, integrando os níveis macro, meso e micro (promover sinergias)
- Capacitar os atores envolvidos para protagonizar a tomada de decisões políticas e a gestão em todos os níveis das cadeias produtivas e APLs



Diretrizes

- Promover a descentralização da tomada de decisões, gestão financeira/operacional e a regionalização das estratégias a serem desenvolvidas;
- Investir os recursos humanos e financeiros de forma democrática, transparente e racional, priorizando cadeias e arranjos estratégicos baseados em aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais;



Diretrizes

- Integrar um conjunto de ações, que promovam a soberania e segurança nutricional e alimentar do país;
- Ampliar a integração das ações do Governo Federal voltadas para essa área e inserir o tema no âmbito das prioridades de governo.



Linhas gerais da Estratégia

A **Estratégia** deve contemplar:

- multiinstitucionalidade
- eixos de atuação nos níveis macro, meso e micro com ações de curto, médio e longo prazo
- resultados concretos que funcionem como vetores para outras cadeias/APLs e gerando feed-back para as políticas
- Enfoque participativo: ambientes de diálogo cooperativo (sinergias e gestão de problemas) nos três eixos



Linhas gerais da Estratégia

Macro: GT interministerial

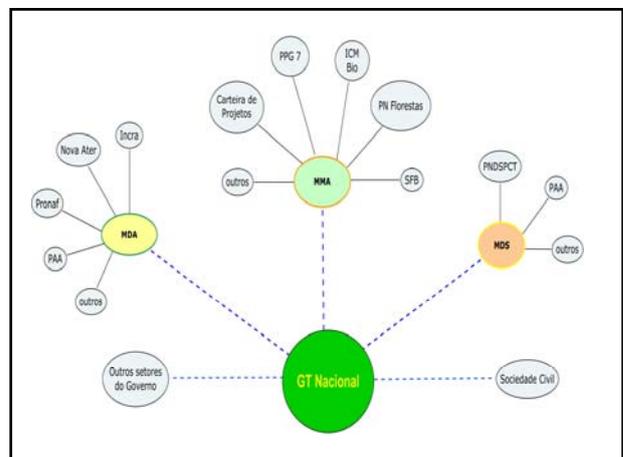
- Infraestrutura, financiamento, informação, comunicação, capacitação, marco regulatório, apoio em todas as etapas das cadeias.

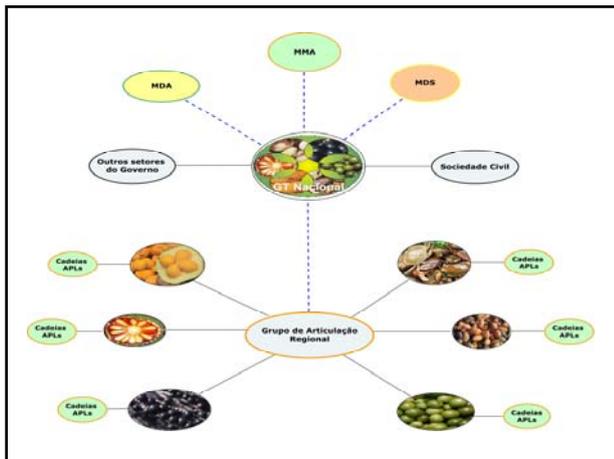


Linhas gerais da Estratégia

Meso e micro

- Grupos de articulação multissetoriais regionais criando sinergia entre GT político e APLs
- Seminários Regionais e Nacional: discussão e aperfeiçoamento da estratégia com consulta a sociedade
- Seleção de cadeias e APLs prioritários
- **Nos 3 níveis:** Formação de competências para apoio a cadeias/APLs com enfoque sistêmico





Obrigado... Mãos a obra!

Ministério do Meio Ambiente
 Ministério do Desenvolvimento Agrário
 Ministério do Desenvolvimento Social

BRASIL
 UM PAÍS DE TODOS
 GOVERNO FEDERAL

Produção e Beneficiamento de Produtos Florestais Não-Madeireiros:

Pesquisa, Prática, e Políticas Públicas

26 de Setembro 2007

Christiane Ehringhaus e Tadeu Melo

Centro de Pesquisa Florestal Internacional – Belém

cehringhaus@cqiar.org e t.melo@cqiar.org



Perspectiva

- Baseada em pesquisa
- Visando lições para políticas públicas
- Enfoque produção, menos beneficiamento
- Objetivos chave do nosso trabalho:
 - Melhoria do bem estar de pequenos produtores que dependem de recursos florestais
 - Conservação de recursos florestais

PROGRAMA FLORESTAS, PESSOAS, E QUALIDADE DE VIDA

PESQUISAS

- ECOLOGIA
- ETNOECOLOGIA
- POLÍTICAS PÚBLICAS
- ECONOMIA
- DISSEMINAÇÃO

- Populações tradicionais nas fronteiras amazônicas
- Espécies nativas importantes para nutrição, medicina e cultura
- Importância de produtos florestais na zona rural e urbana
- Integração de saber tradicional e científico

Tópicos a abordar

- Introdução: Panorama de produção florestal “dos pequenos”
- O papel do conhecimento tradicional
- A contribuição de pesquisa e inovação tecnológica - intensificação
- Organização da produção e beneficiamento
- Marcos legais e institucionais
- Fomento de produção e beneficiamento
- (Potencial de PFNMs para biocombustíveis?)
- Resumindo os desafios e novas oportunidades

Grandes desafios na geração de benefícios amplos na base de biodiversidade

- Da experiência piloto com condições “especiais” a impactos de escala
 - Inclusão e exclusão social
- Do “potencial” ao “realístico”
- Do informal ao formal, se é isso que se realmente quer...

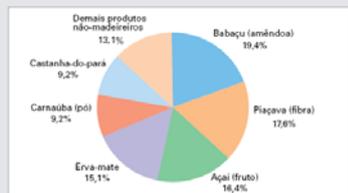
Qual o papel oficial do extrativismo de PFNMs?



+ toneladas de produtos comercializados informalmente

Qual o papel oficial do extrativismo de PFNMs?

Gráfico 2 - Participação dos principais produtos no valor total da produção extrativista vegetal não-madeireira - Brasil - 2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2005.

+ centenas de espécies não documentadas oficialmente

+ localidades e mercados não avaliados pelo IBGE

→ A grande maioria da produção de PFNM continua invisível e informal



Valor Econômico Potencial dos Produtos Florestais (Acre) > 150 spp úteis

(Ehringhaus, 1999)

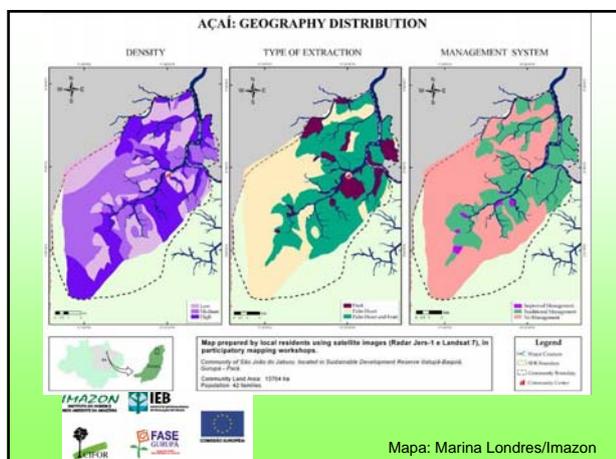
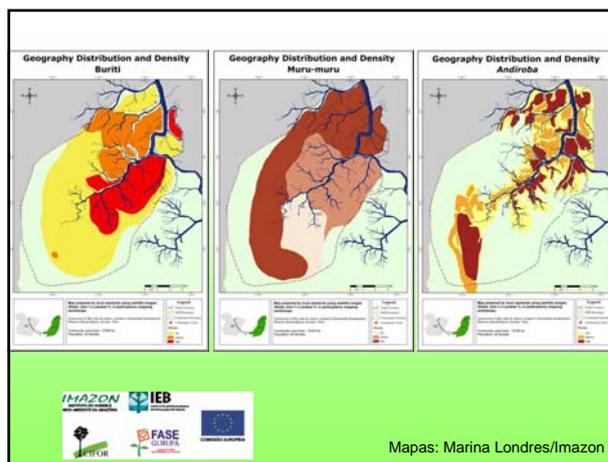
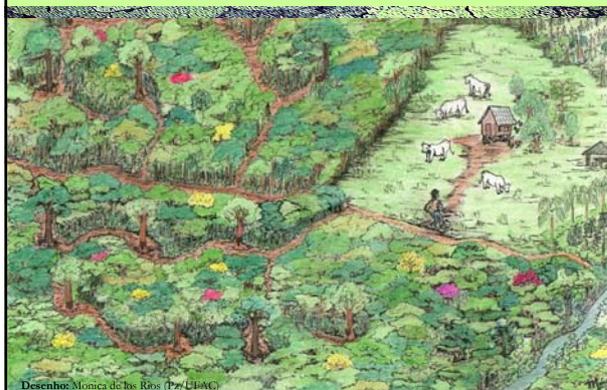
borracha 1 espécie R\$ 25-50/ha/ano	alimentos 4 espécies/ha R\$ 400-488/ha/ano	remédios 16-19 espécies/ha ~R\$ 275/ha/ano
cascas 4 espécies/ha R\$150-200/ha/ano	sementes 4-5 espécies/ha R\$450-662/ha/ano	madeira 2-3 espécies/ha R\$28-110/ha
Valor Total POTENCIAL 30 espécies R\$1.325-1.788/ha/ano		Valor Total 1999: 2 espécies R\$175-200/ha/ano

Características de produção florestal “dos pequenos”

- PFNMs, raramente a única e/ou principal fonte de renda complementar
- Diversidade de produtos e de sistemas de produção – elemento chave de resiliência contra desastres e insegurança de mercado e produção
- PFNM e madeireiros fazem parte de um sistema mais complexo de produção:
 - Diversificado
 - Carro chefe – agricultura familiar
 - Mão de obra familiar limitada
- Disponibilidade de recursos variável
 - Espaço
 - Tempo: sazonal, bi-anual, mensal

→ Desenho de projetos e intervenções terão que se encaixar nestes sistemas – e não o inverso

Visão integrada de vida e produção



Conhecimento tradicional

- Pouco conhecimento “oficial” sobre PFNM
- Conhecimento local sobre manejo destes recursos é o primeiro marco para guiar o uso (mas as vezes é incompleto)
- Conhecimento local especialmente importante para entender o papel de uma atividade no sistema local de produção e no planejamento de novas atividades
- Abordagem de APRENDENDO FAZENDO e grupos de pesquisa local tem dado frutos bons na geração de novos conhecimentos locais e científicos
- Atribuição de origem de conhecimento difícil

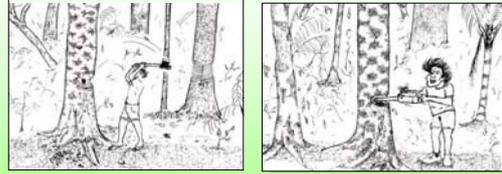
Contribuições de pesquisa e inovação tecnológica

Que tipo de pesquisa?

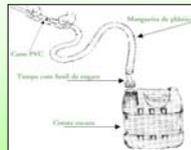
- Pesquisa que enfoca lacunas de conhecimento local
- Pesquisa prática que avalia e compara diferentes formas de extração e beneficiamento
 - Impactos ecológicos
 - Rendimento
- Pesquisa que avalia **estoque** de recursos para melhorar a conexão floresta-mercado
- Pesquisa que valida conhecimento tradicional ou baixo impacto de extração
- Pesquisa com aplicações locais diretas

Trabalho realizado pelo Parque Zoológico da Universidade Federal do Acre (1997 até o presente momento)

Os seringueiros tiravam óleo derrubando a árvore



Os pesquisadores adaptaram um trado e material de PVC, para obter maior aproveitamento do óleo e para garantir a sobrevivência da árvore.



Mais de 200 famílias foram capacitadas no manejo de copaíba

Andiroba – Fartura na Mata



Pesquisa mostra:

- Mesmo com coleta intensa – somente 0,35% de toda produção é coletada
- Problema não é sustentabilidade e manejo

Estudo de Marina Londres



Cumaru – Densidades medias



Problemas chave:

- Pouca noção de estoque
- Distribuição heterogênea
- Produtividade errática
- Espécie de uso múltiplo – ameaça madeireira

Lição:

- Coleta de cumaru é atividade complementar: mulheres e idosos
- Produção não acompanha demanda – pode aumentar!!

Estudo de Tadeu Melo

Pesquisa de extração



Ferramentas utilizados

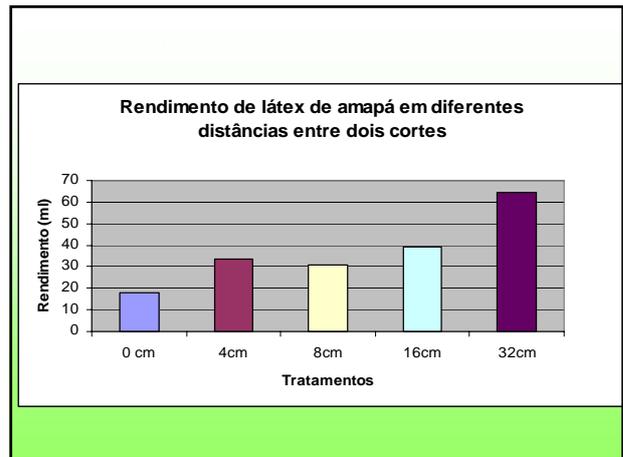
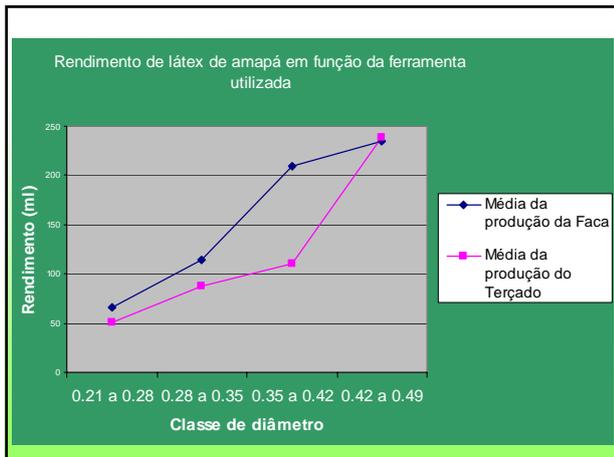


Estudo de rendimento, cicatrização e ecologia

Manejo de mudas de Amapá

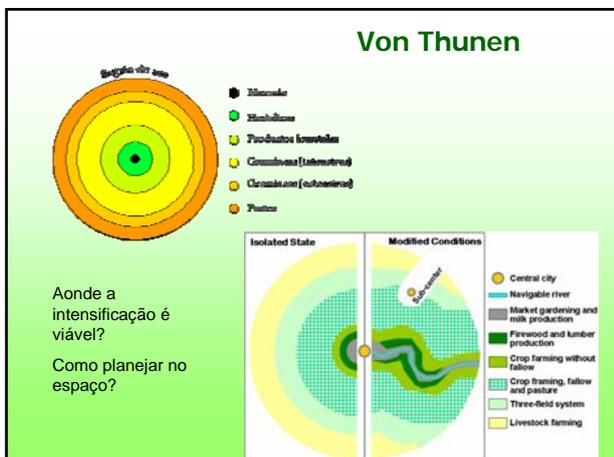
Pesquisa de etnoecologia junto aos comunitários

Estudo de Murilo Serra



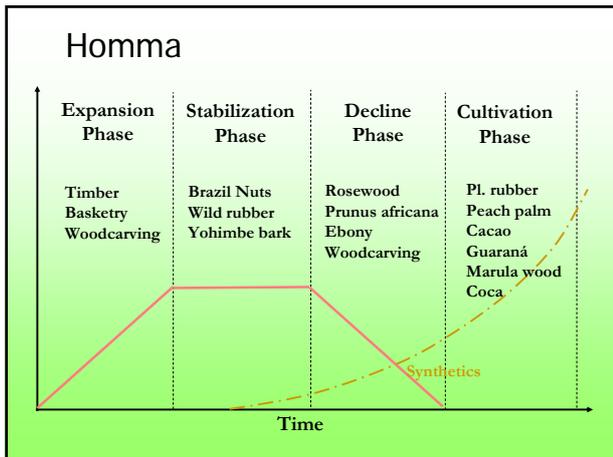
Inovações locais

- Manejo de florestas secundárias e sistemas agroflorestais
- Intensificação de uso nos quintais
- Seleção de indivíduos produtivos, eliminação de outros
- Aumento da densidade: ex. Uxi 1.2/ha vs. 34/ha



Intensificação e Beneficiamento

- Adensamento, Cultivo, Domesticação, Monocultura
- Nem sempre interessante para conservação da floresta se implica em monocultura ou redução significativa da biodiversidade
- Melhoramento genético e desenvolvimento de tecnologias: Quem beneficia??
 - Pequenos produtores
 - Atores capitalizados externos: ex. pupunha, guaraná, acerola, borracha, perigo do deslocamento da castanha pra fora da floresta

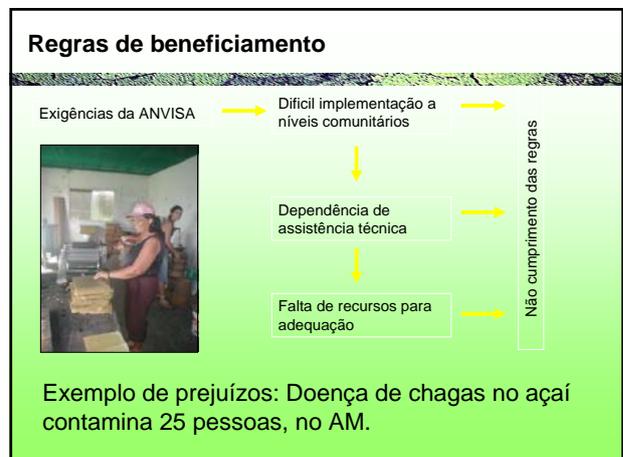


- ### Organização de produção e beneficiamento
- Barganha coletiva por preços melhores
 - Economia de escala através do coletivo
 - Dificuldades imensas de gestão: educação, infraestrutura
 - Importância dos atravessadores e outros parceiros na ausência de cadeias bem estruturadas
 - Cuidado com projetos “comunitarios” – quem eh comunidade e quem são famílias
 - Cuidado com associativismo forçado (e.g. créditos e autorizações)
 - Incentivos ao empreendedorismo individual!!!
 - As inovações boas vem de indivíduos!

- ### Marcos legais: Manejo e transporte
- Desafios:**
- Marco legal simplificado para melhorar acesso aos pequenos produtores
 - MAS com **salvaguardas** contra “seqüestro” por atores mais capitalizados
 - O quanto simples e simples suficiente? O problema raramente é técnico, mas é burocrático (ex. RG, CPF)
 - Liberação gera preocupações ambientais por parte de muitos pesquisadores e ambientalistas

- ### Marco Legal
- 2002: Manejo Florestal simplificado – mas junta PFNM e madeireiros
 - 2004: IN interinstitucional IBAMA/IMAC no Acre
 - simplifica manejo florestal e institui cadastro
 - 2006: MMA/IBAMA
 - PFNM ficam isentos de DOF com exceção de espécies em perigo de extinção e de espécies para extração de óleos essenciais
 - Cadastro e relato de exploração
 - 2006: IN SECTAM/Para - Institui necessidade de relatório e de guia florestal (GF2 ou GF4-PA)
 - Regras específicas para determinadas espécies:
 - Unha de gato
 - Jagube
 - Cipó titica
 - Planos de manejo: somente com grande apoio institucional
 - Em alguns casos isenção de impostos

- ### Reforma Agrária e Marco Legal
- Título/concessão de uso ou autorização do dono da terra é chave para legalização de extração (Acre)
 - Em RESEX e RDS: na ausência de plano de manejo produção florestal legal é dificultada



Fomento e Apoio ao Extrativismo

- Não pode depender somente de vontade política – mudanças estruturais tem impactos maiores
- Assistência técnica
 - Dos técnicos que fazem aos técnicos que facilitam processos
 - Falta de adequação ao contexto florestal/rural
 - Alta rotatividade
 - Aprendizado de técnicos temporários a custos de comunidades
 - Desenho de programas de governo demasiadamente dependente de técnicos (mal preparados e inseguros)
- Precisa de estratégias multi-institucionais:
 - município, estado, uniao, e ONGs
- Fomento para autonomia

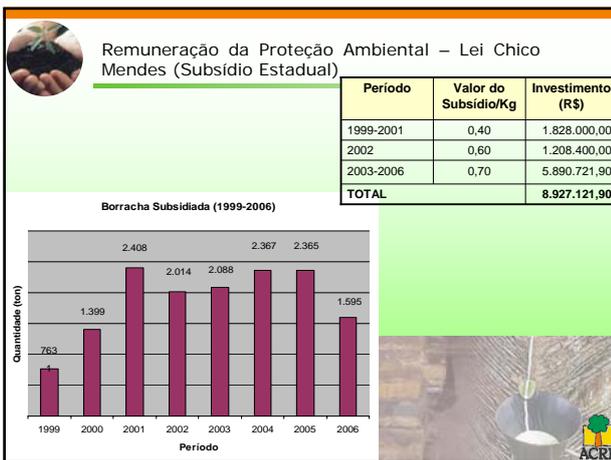
Programas de credito de subsidio

PRODEX = Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal

PROFLORESTA = Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal

PRONAF FLORESTAL

SUBSIDIO DE BORRACHA (Acre e Amazonas e Federal)



DESAFIOS PARA PRODUCAO/BENEFICIAMENTO

TECNICOS:

- Grandes distancias
- Reconhecimento de modelos de produção locais e tradicionais que se integram bem nas praticas e sistemas de produção locais
- Produção em alta quantidade, com alta qualidade, no momento exigido pelo mercado
- Economia de escala afeta quantidade e qualidade da produção e do beneficiamento
- Planejamento de atividades produtivas e de beneficiamento e armazenamento em sintonia com demandas do mercado - Acerto de volume ofertado x volume necessário
- Irregularidade no abastecimento (sazonalidade);
- Perecibilidade de alguns produtos (ex. leite do amapá, frutas)
- Adulteração do produto (balata, óleo de copaiba);
- O mercado pouco/não paga pelos custos adicionais de boas praticas de produção e beneficiamento
- Condições de escoamento: transporte e infra

INSTITUCIONAIS/LEGAIS

- Marco legal e praticas de autorização em instituições governamentais continua proporcionando sérios obstáculos para pequenos produtores
 - Legalização e acesso a políticas publicas implica em dependência muito grande de instituições/assistência externas (OGs e ONGs e empresas)
 - Organização de comunidades: profissionalização demorada e modelo empresarial não tem funcionado bem
 - Relações de dependências com intermediários
 - Capacidade de assistência pouco preparada para contexto rural/florestal e para manejo de sociobiodiversidade
- Histórico de credito bastante trágico (PRODEX): novas experiências precisam ser avaliadas
- OT sem visão de sociobiodiversidade

PESQUISA

- Pesquisa com aplicações realmente praticas na base local vs. pesquisa para "os grandes"
- Poucas cadeias produtivas de PFM foram analisadas
- Poucos investimentos em pesquisa e desenvolvimento sociobiodiversidade
- Faltam bom mecanismos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos que protejam conhecimento local do sequestro por atores mais capitalizados e preparados para produção em grande escala

OPORTUNIDADES

- Reconhecimento nacional, estadual e internacional de populações tradicionais
- Reconhecimento de conhecimento tradicional
- Aumento do mercado Amazônico por produtos florestais
- Aumento do mercado urbano
- Aumento do mercado internacional
- Novos arranjos institucionais: governo, empresa, ONG
- Baixo impacto de atividades produtivas – estratégia de conservação que pode ser ligados a novos mecanismos de compensação por desmatamento evitado
- Grande demanda por apoio pela parte de organizações de produtores
- Diversidade grande de produtos
- Volume de conhecimento local documentado e novos conhecimentos gerados tem aumentado muito – já sabemos muito mais!!
- Mesmo que o caminho ainda é longo – governos estaduais e o governo federal estão abrindo portas para dialogo e construção de politica

ANEXO 3

Seminário: “Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”

Belém, Pará
27/09/07

Gonzalo ENRÍQUEZ
UFPA/ABIPTI/UNB
genriquez@uol.com.br

Estrutura da apresentação

- Pesquisa sobre cadeias produtivas da biodiversidade Problemas e Hipóteses;
- Geografia da pesquisa;
- Metodologia da Pesquisa;
- Cadeias produtivas;
- Papel do extrativismo e SNUC;
- Mecanismos de agregação de valor;
- Banco de dados de produtos comercializáveis.

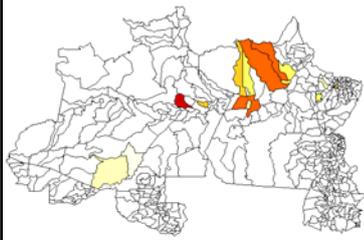
Problemas da Pesquisa

1. Novas tecnologias e ameaça de grandes transformações ambientais modelos alternativos de desenvolvimento (conservação e uso produtivo da biodiversidade)
2. As históricas práticas extrativistas da Região Amazônica e a política de Unidades de Conservação - importante estratégia para a viabilização desse novo modelo, desde que se cumpram algumas condicionantes, tais como:
 - a. Construção de arranjos tecnológicos: pesquisas e inovação tecnológica para agregar valor aos produtos;
 - b. Apoio institucional para o desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas;
 - c. Alargamento da cadeia produtiva implantação de bioindústrias

GEOGRAFIA DA AMOSTRA

REGIÃO NORTE

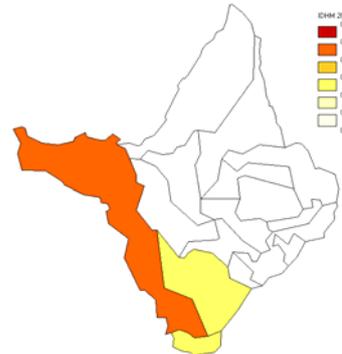
Cadeias Produtivas da Biodiversidade da Amazônia Brasileira



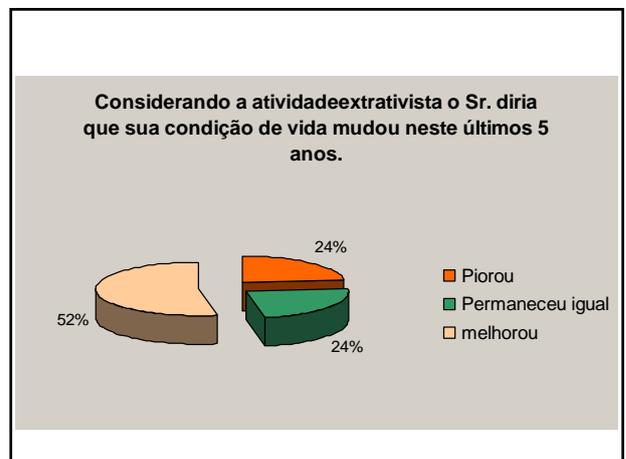
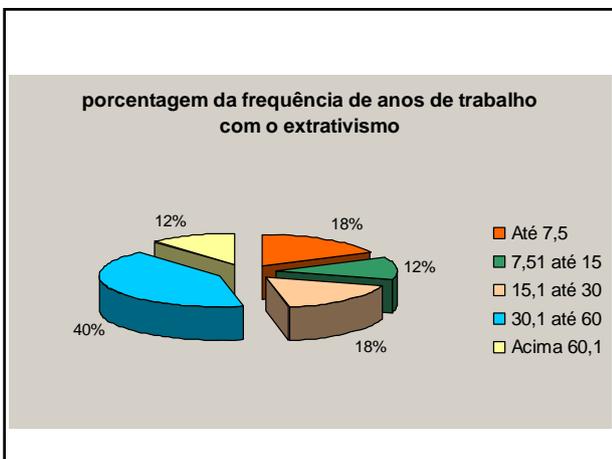
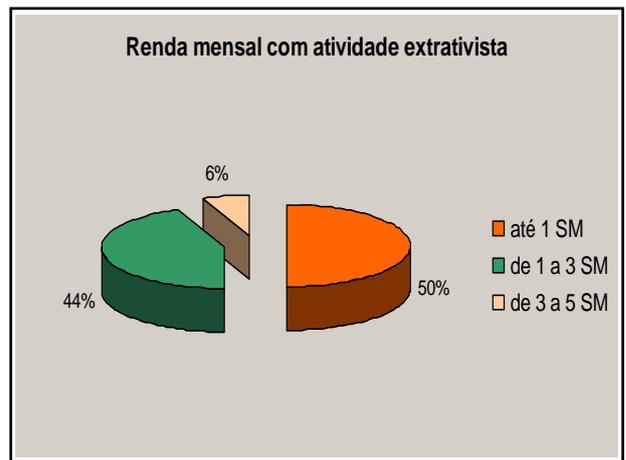
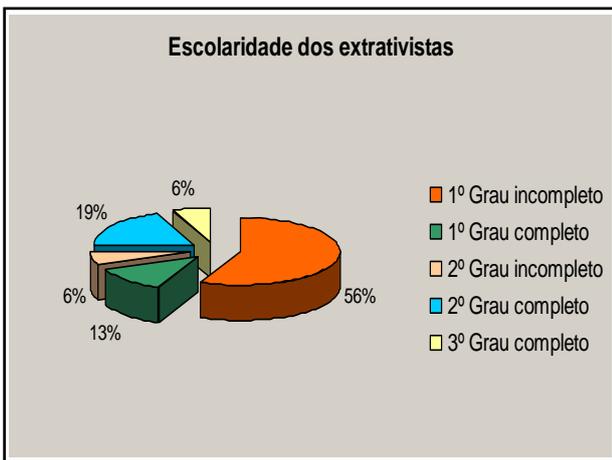
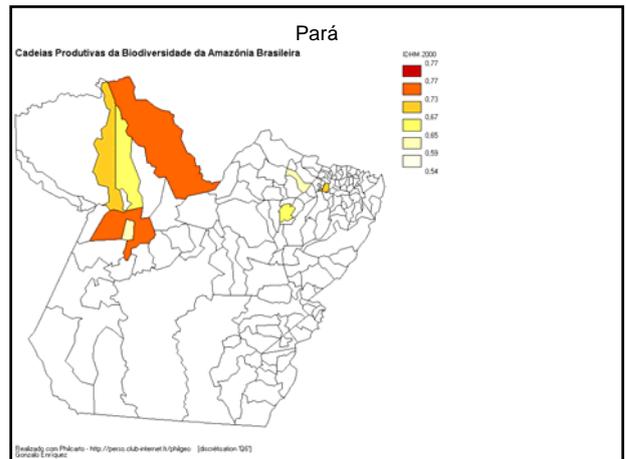
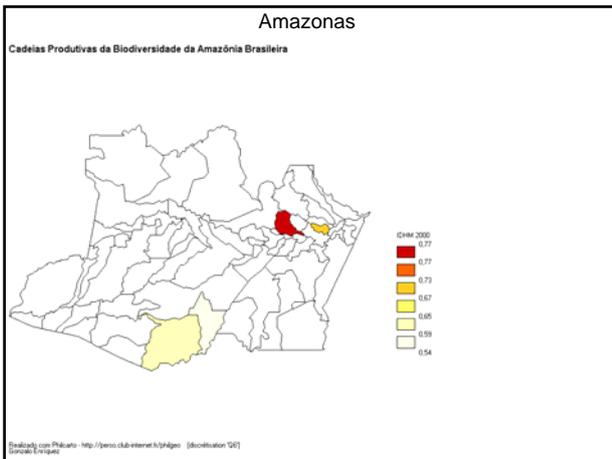
Elaborado com Philante - <http://perso.clubinternet.fr/ghage> - [licenciado CC BY]

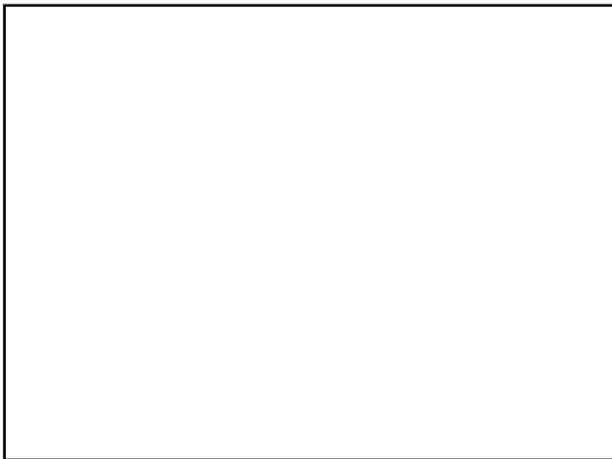
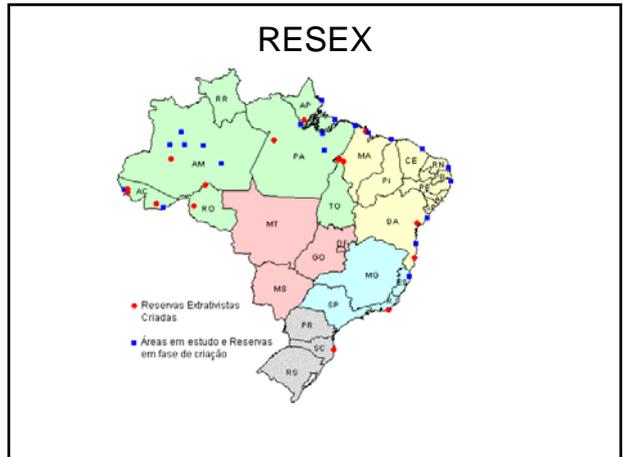
Amapá

Cadeias Produtivas da Biodiversidade da Amazônia Brasileira

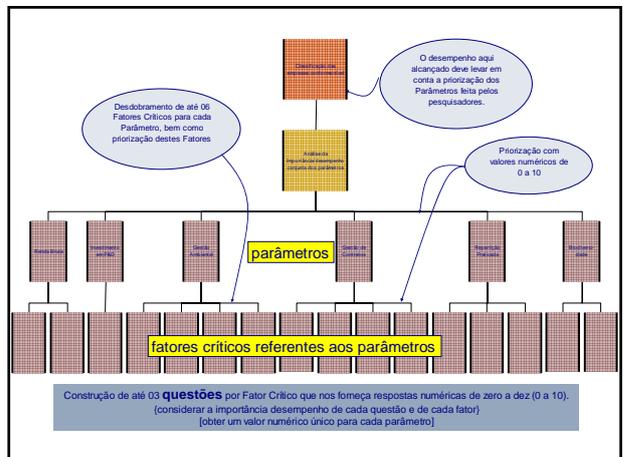
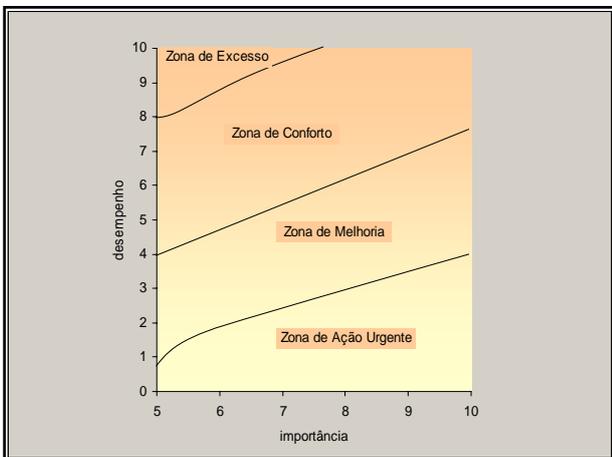


Elaborado com Philante - <http://perso.clubinternet.fr/ghage> - [licenciado CC BY]





METODOLOGIA
IMPORTÂNCIA/DESEMPENHO



Dimensões Desenvolvimento Sustentável.

1. Sustentabilidade econômica (ligada à redução dos abismos norte/sul, deve ser buscados através de um fluxo permanente de investimentos públicos e privados);
2. Sustentabilidade ecológica e espacial (qualidade do meio ambiente e à preservação das fontes de recursos energéticos e naturais e distribuição territorial dos assentamentos humanos);
3. Sustentabilidade social e cultural (distribuição de renda educação, etc.

Variáveis de importância desempenho

Para cada dimensão foram definidas variáveis de importância/desempenho:

- ✓ gestão dos contratos das comunidades com empresas,
- ✓ Importância da bioindústria para valorização da biodiversidade,
- ✓ infra-estrutura,
- ✓ micro e pequenas empresas,
- ✓ organização social das comunidades,
- ✓ conservação da floresta,
- ✓ etc

Uma zona de Ação urgente. Se a "importância" for alta ou crescente e o "desempenho" for decrescente ou baixo. Nesse sentido, a opinião dos atores revela que deve haver uma atuação por parte do poder público para reforçar uma ação que leve a uma melhoria à comunidade e aos indicadores de desenvolvimento sustentável;

Zona de melhoramento. Diferentemente da zona de ação urgente as respostas dos atores encontram algumas condições em que também se exige uma ação de médio prazo a ser realizada pelo poder público para que as variáveis que foram apontadas consigam melhorar a situação do desenvolvimento sustentável (infra-estrutura, saúde, educação, gestão ambiental, etc.). A importância é crescente e o desempenho que foi observado também é maior que na zona de ação urgente;

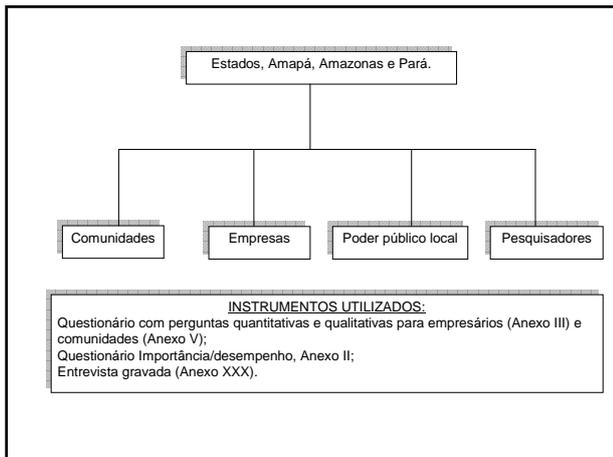
Zona apropriada ou ótima. A importância da variável é alta e o desempenho também é considerado em um nível aceitável, por tanto as ações devem ser mais voltadas para o médio e longo prazo, de forma a consolidar as variáveis apontadas como de nível ótimo e alcançar melhores condições do desenvolvimento sustentável. Qualquer uma das zonas diferente deve ser tomada uma decisão para alcançar uma melhoria, na visão da comunidade.

Zona de excesso. Quando face à sua importância o item em questão está obtendo um desempenho melhor do que lhe seria necessário, ou ótimo. Nesse caso, a realização de qualquer ação de política pública deve ser feita para equilibrar os indicadores de importância/desempenho.

Diagnóstico das cadeias

1. Caracterização geral das cadeias produtiva (castanha, Copaíba e andiroba) – definição de limites, insumos, componentes, ambiente institucional e organizacional;
2. Modelagem da cadeia produtiva que representa os três produtos – construção de um modelo para a cadeia, com suas segmentações e fluxos entre segmentos;
3. Análise dos fluxos de informação, de material e de capital;
4. Análise dos processos internos em segmentos da cadeia – operações internas, qualidade e sustentabilidade ambiental;
5. Identificação de fatores críticos, forças propulsoras e restritivas da cadeia;

Composição da mostra



Estado	Municípios/	Localidade	Siglas
17 COMUNIDADES			
Amapá	Laranjal do Jari	Centro	ATEAEPA
Amapá	Laranjal do Jari	São Francisco	COMARU
Amapá	Mazagão	Santa Clara	ASTEX-CA
Amapá	Macapá	Mazagão	COOPERLCA
Amazonas	Labrea	Bom Futuro	Extrativista
Amazonas	Labrea	Santa Eugênia	Extrativista
Amazonas	Labrea	Casa Nova	Extrativista
Amazonas	Canutama	Açaituba	Extrativista
Amazonas	Canutama	Santa Barbara	Extrativista
Amazonas	Canutama		Extrativista
Amazonas	Lábrea	José Gonçalves	Extrativista
Pará	Belterra	Tapajós	COOMFLONA
Pará	Alenquer	Sombra da Lua	STTRA
Pará	Belterra	Tapajós	COOMFLONA
Pará	Alenquer	Bela Vista Mamiá	
Pará	Cametá	Paruru do Meio	
Pará	Cametá	Cametá	

15 EMPRESAS (ENTREVISTADOS)

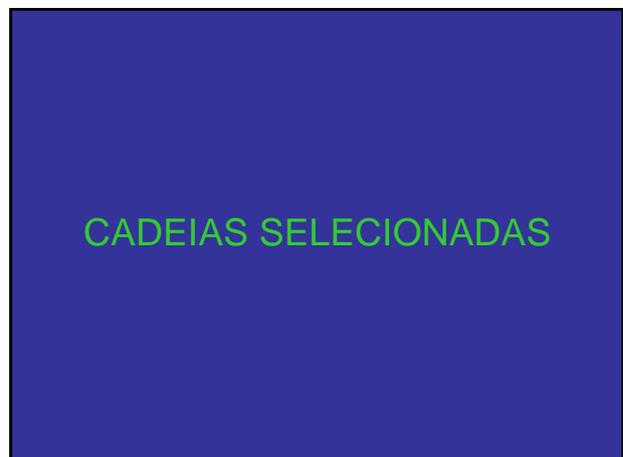
Amapá	Macapá	Macapá	NATIVA
Amazonas	Silves	Silves	AVIVE
Amazonas	Manaus	Manaus	Pronatus
Amazonas	Manaus	Manaus	AGRORISA
Amazonas	Labrea	Labrea	ASPACS
Amazonas	Silves	Silves	AVIVE
Pará	Belém	Belém	Chamma da Amazônia
Pará	Belém	Belém	JURUÁ
Pará	Belém	Belém	Ervativa
Pará	Belém	Belém	MUTRAN
Pará	Cametá	Cametá	RENMERO
Pará	Óbidos	Óbidos	CAIBA
São Paulo	Cajamar	Cajamar	Natura
São Paulo	Cajamar	Cajamar	Natura
São Paulo	Brooklin Novo	São Paulo	BERACA

25 PODER PÚBLICO

Amapá	Macapá	Macapá	SEMA
Amapá	Macapá	Macapá	
Amapá	Macapá	Macapá	
Amapá	Laranjal do Jari	Laranjal do Jari	RURAP
Amapá	Macapá	Macapá	
Amazonas	Manaus	Manaus	IDAM
Amazonas	Manaus	Manaus	ADS
Amazonas	Labrea	Labrea	IDAM
Amazonas	Labrea	Labrea	ADS
Amazonas	Manaus	Manaus	SEPLAN
Pará	Obidos	Obidos	EMATER
Pará	Alenquer	Alenquer	FMACA
Pará	Alenquer	Alenquer	CEPLAC
Pará	Belém	Belém	
Pará	Marituba	Marituba	EMATER
Pará	Belém	Belém	SEPE
Pará	Belém	Belém	IDEFLOR
Pará	Belém	Belém	SECTAM
Pará	Cametá	Cametá	ADEPA / IPEDE
Pará	Cametá	Cametá	IBAMA
Pará	Belém	Belém	Instituto Peabiru
Pará	Belém	Belém	ADA
Pará	Cametá	Cametá	
Pará	Cametá	Cametá	COOPMUC
Pará	Belém	Belém	SEDEFCT

18 PESQUISADORES DOS ESTADOS E NACIONAIS

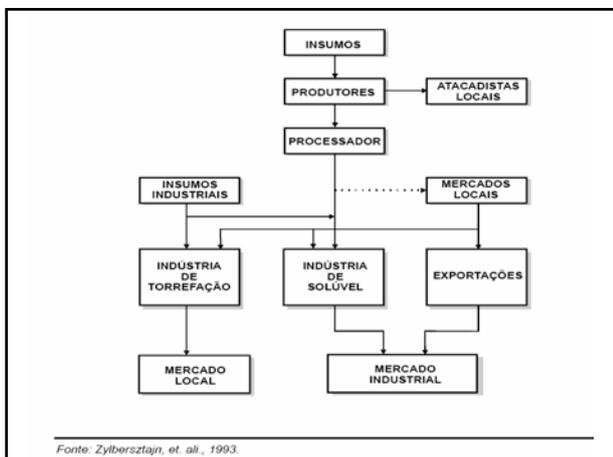
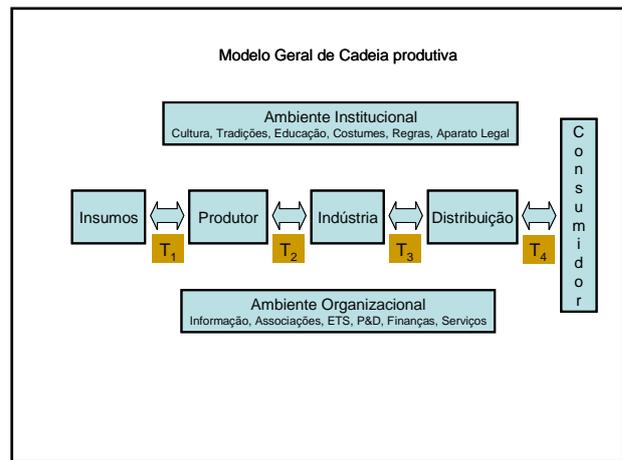
Amapá	Macapá	Macapá	IEPA
Amazonas	Manaus	Manaus	CBA
Amazonas	Manaus	Manaus	CBA
Amazonas	Manaus	Manaus	INPA
Pará	Santarém	Santarém	IBAMA
Pará	Almerim	Monte Dourado	ORSA
Pará	Almeirim	Monte Dourado	ORSA
Pará	Belém	Belém	MPEG
Pará	Belém	Belém	IPAM
Pará	Belém	Belém	UFPA
Pará	Belém	Belém	EMBRAPA
Pará	Belém	Belém	SEPE
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	FIOCRUZ

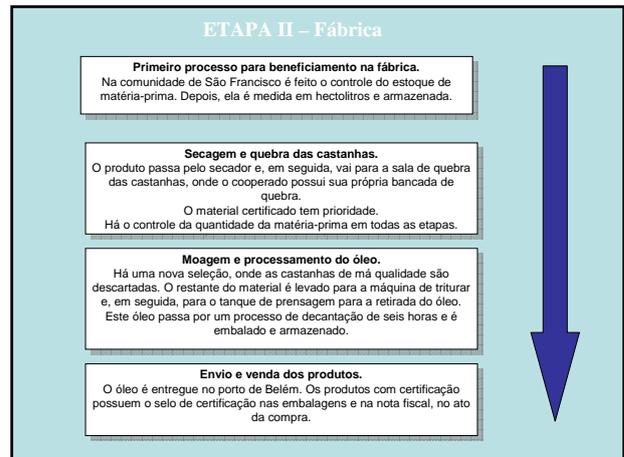
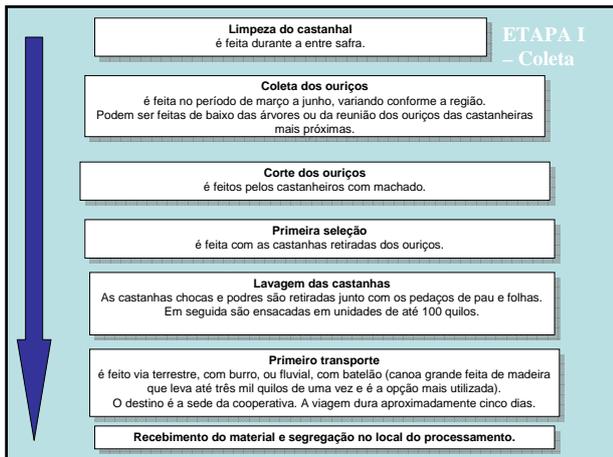


CADEIAS PRODUTIVAS PRIORIZADAS PARA A APLICAÇÃO DO MODELO

- Cadeia Produtiva da Andiroba
- Cadeia Produtiva da Copaíba
- Cadeia Produtiva da Castanha-do-pará
- Cadeia Produtiva do Jaborandi
- Cadeia Produtiva do Faveiro
- Cadeia Produtiva da Ipecacuanha
- Cadeia Produtiva da Espinheira-santa

Particularidades das cadeias produtivas da biodiversidade





Contribuições do extrativismo para manter a floresta em pé

- Valoração do Extrativismo**
- ✦ Pouco controle de produção;
 - ✦ Controle sobre sazonalidade;
 - ✦ Extensas áreas de coleta;
 - ✦ Intensivo em mão-de-obra;
 - ✦ Produção em escala;

- Valoração do Extrativismo**
- ✦ ciclos do extrativismo na Amazônia têm uma longa história, de uns 6 a 8 mil anos;
 - ✦ intervenção das comunidades na floresta tem modificado a Amazônia desde o ponto de vista social e econômico;
 - ✦ Principal protetor da floresta; Rádios de ação do extrativista;
 - ✦ Novas condições econômicas retomam seu papel fundamental no cuidado do Meio Ambiente;

- Valoração do Extrativismo**
- ✦ Extrativismo gerou produtos de sucesso comercial;
 - ✦ A ciência contemporânea tem interesse no futuro das florestas tropicais preservadas pelo extrativismo;
 - ✦ Integração das comunidades ao processo de agregação de valor da biodiversidade;

VALORAÇÃO DO EXTRATIVISMO

- ✦ Barreiras culturais ao extrativismo;
- ✦ Crescimento industrial acelerado – modernização, urbanização, tecnologia, produtividade, educação formal e produção para o mercado
- ✦ Agricultura tradicional e o extrativismo de baixa tecnologia;

Transformação Industrial

- ✦ Setor em alguns casos estrategicamente segmentados;
- ✦ 1ª, 2ª, 3ª indústria...;
- ✦ Grandes empresas, pouco dependentes de contratos na aquisição dos produtos da floresta;
- ✦ Intensivo em P&D;

Transformação Industrial

- ✦ Baixa demanda da matéria-prima *versus* alta oferta;
- ✦ Baixa frequência da transação;
- ✦ Alta assimetria de informação em benefício das empresas;
- ✦ Forte uso da marca Amazônia >> pouco uso das matérias-primas

Soluções de agregação de valor

- ✦ Subsídios ambientais para os extrativistas;
- ✦ Consolidação de cadeias produtivas através de contratos;
- ✦ Mecanismos para criação de bioindústrias;
- ✦ Normas e regulamentação. Controle do conteúdo dos produtos.

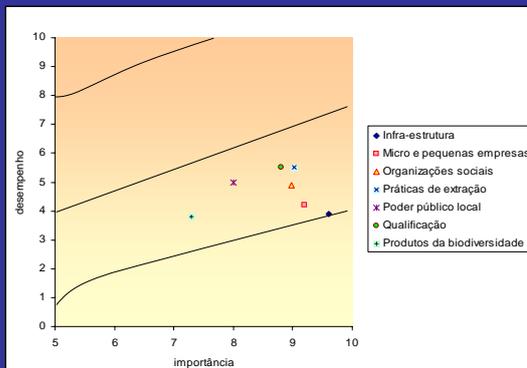
- A economia sociedade e ecossistemas.
- A energia do sol chega ao planeta, tiramos petróleo da terra (produzido há milhões de anos), colocamos resíduos na terra e na água.
- A economia é um sistema aberto, que não pode ser estudado por si, tem que ser estudado dentro da sociedade e dentro da natureza.

Economia de mercado - natureza

O mercado não leva em conta as externalidades negativas, as empresas não têm de pagar nada por seus passivos ambientais e, além disso, o mercado é muito miope frente ao futuro.

RESULTADOS PRELIMINARES

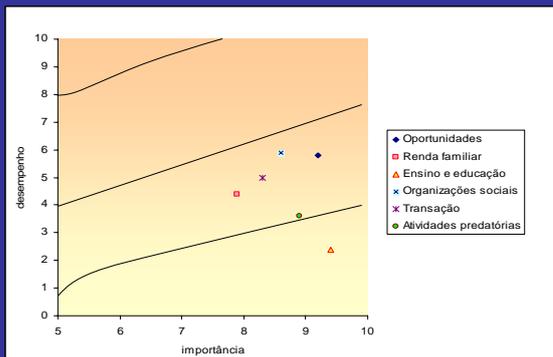
Pesquisador Nacional Sustentabilidade econômica



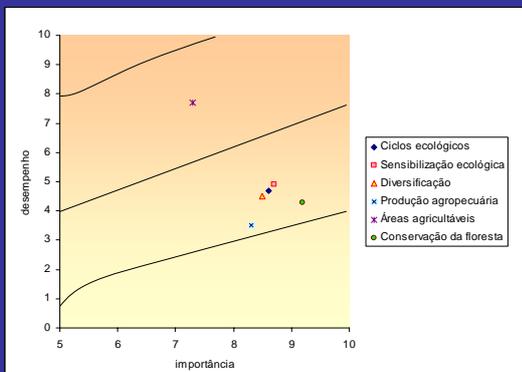
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA – ESTADOS

ESTADOS	Zona de Ação Urgente	Zona de Melhoria	Zona Apropriada	Zona de Excesso
Amapá, Amazonas e Pará.	Infra-estrutura.	Poder público, organizações sociais, qualificação, Produtos da biodiversidade e práticas de extração.		

Pesquisador Nacional Sustentabilidade Social e Cultural



Pesquisador Nacional Sustentabilidade Ecológica Espacial



Descrição Taxonômica do Patrimônio Genético Nacional com Potencial de Comercialização

O ponto de partida no processo de priorização de espécies para o presente estudo de cadeias foi a análise de uma lista elaborada por um grupo de 77 especialistas das áreas de botânica, química de produtos naturais, farmacologia, fitotecnologia e mercado, em evento promovido pela Embrapa, IBAMA e CNPq, no período de 11 a 13 de setembro de 2001 (Vieira et al., 2002).

No presente trabalho, e a partir da lista acima referida, procedeu-se a uma revisão bibliográfica das 196 espécies listadas, buscando-se as informações básicas, relevantes e atuais sobre cada um dos táxons, as quais foram inseridas no Banco de Dados. As informações levantadas estiveram voltadas principalmente para o uso medicinal, aromático ou alimentício das espécies.

Descrição Taxonômica do Patrimônio Genético Nacional com Potencial de Comercialização

20 *Baccharis trimera* (Less.) DC.*

- **Distribuição Geográfica:** MG, RJ ao RS.
- **Extinção:** não
- **Destino:** Mercado Interno e Externo
- **Observações:** Análises químicas de *B. trimera* indicam a presença de grandes quantidades de terpenóides, seguido de flavonóides e, em menor quantidade, cumarinas, sendo a fração diterpeno relacionada com o efeito da vasodilatação.

Descrição Taxonômica do Patrimônio Genético Nacional com Potencial de Comercialização

20 *Baccharis trimera* (Less.) DC.*

- **Parte Utilizada:** planta inteira
- **Princípio Ativo:** flavonóides, lactonas, polifenóis, taninos, esteróides, e terpenos (Verdi et al. 2005). Óleos com alta concentração de sesquiterpenos, principalmente hidrocarbonetos (humuleno, a-cadineno, e também a-pineno, b-elemeno, aromadendreno, biciclogermacreno, g-cadineno, cadina-1,4-dieno, germacreno-B, epi-a-muurolo) (Lago et al., 2005).
- **Uso:** Medicinal II e Aromático
- **Exploração:** Cultivo comercial e Extrativismo

Descrição Taxonômica do Patrimônio Genético Nacional com Potencial de Comercialização

20 *Baccharis trimera* (Less.) DC.*

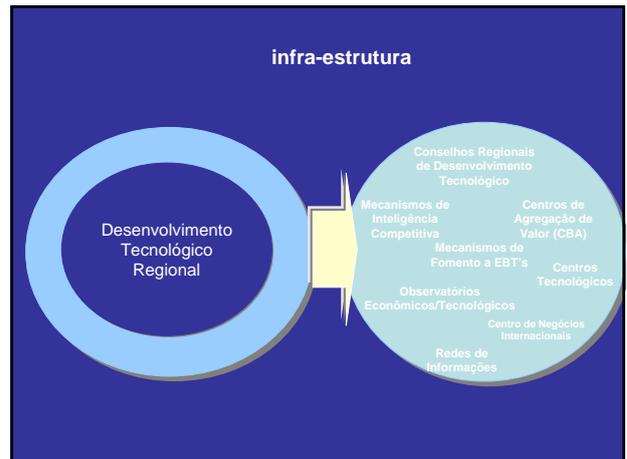
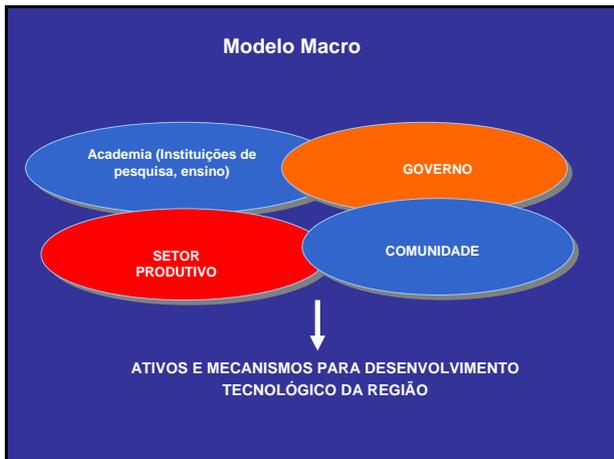
- **Família:** Asteraceae
- **Nome Comum:** Carqueja
- **Hábito:** Erva
- **Finalidade:** diurético, depurativo sendo usado como estimulante para a digestão (Verdi et al., 2005), ações atíulcera e antiácida (Gamberini et al., 1991; Gamberini et al., 1992; Souza et al., 1992); anti-inflamatória e analgésica (Gene et al., 1996), desinfetante e anti-séptico (Vancini et al., 2000). No sudeste do Brasil são extraídos, por arraste a vapor, óleo de carqueja, de alto valor para a indústria de fragrância (Alencar et al., 2005).

Banco de Dados



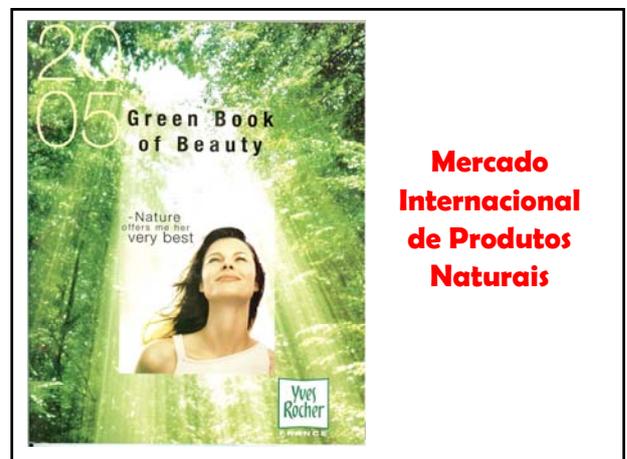
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





“Se a humanidade quer abreviar os dias da floresta, pode derrubar tudo, não tem problema. A natureza vai responder e a humanidade vai pagar por isso, mas cedo ou mais tarde. A responsabilidade é dela” (Pedro Ramos, entrevista gravada, maio de 2007).

- PRODUTOS DA BIODIVERSIDADE



Discover the power of Botanical Energy.

Spa Energie Vegetable, Borash, salicylic, firm acids, Feed confident, Spa Energie Vegetable captures the botanical properties of Caffeine, Arginine, and Guarana in a collection of high performance body care products.

BE "SPA" SMART

Q "What is cellulite?"
A It is the protrusion of fat deposits. "Lipodip" causes the skin to pull inward, creating a dimpled appearance.

Q "How will Spa help me?"
A Spa Energie supports skin's high performance with skin care ingredients that complement its natural ability to break down and eliminate cells in the skin. Spa Energie supports the body's fat metabolism by supporting the body's fat metabolism. It helps the body's fat metabolism. It helps the body's fat metabolism. It helps the body's fat metabolism.

Q "Why does my skin look flabby?"
A The skin is made up of many layers. The top layer is the epidermis. The middle layer is the dermis. The bottom layer is the hypodermis. The skin's ability to break down and eliminate cells in the skin is supported by the body's fat metabolism. It helps the body's fat metabolism. It helps the body's fat metabolism. It helps the body's fat metabolism.



BIOCOMERCIO SUSTENTÁVEL

Biocomércio

Inserir-se no processo de difusão e aproveitamento econômico da biodiversidade que se propõe agregar valor aos produtos da oriundos.

Biocomércio

Que é o Biocomércio?

Empresas, idéias e projetos do comércio provenientes da biodiversidade, rentáveis econômica e financeiramente, com critérios de sustentabilidade ambiental e social.

O CUSTO DE OPORTUNIDADES DA PERDA DA BIODIVERSIDADE

SOJA PRODUZIDA EM RONDÔNIA



Rentabilidade = 2-3 tons/hectare
 Preço da soja no mercado = US\$ 266/ton
 International market = US\$250/ton
 Rendimento: US\$500 por hectare



FATORES CAUSADORES DE DESTRUIÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

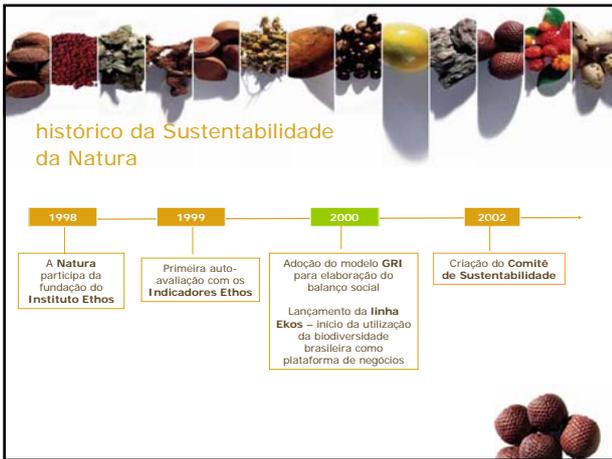
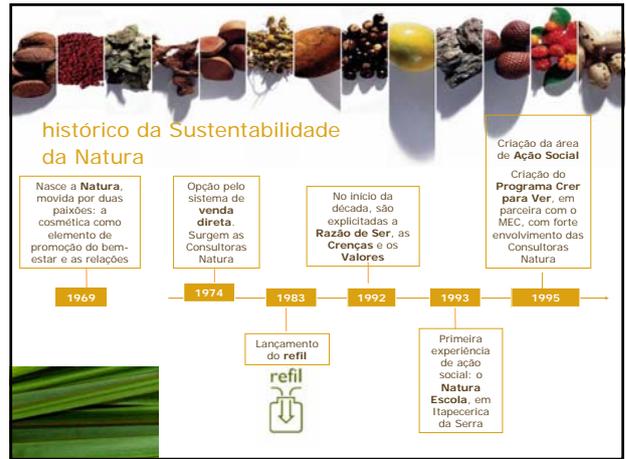
- Incremento da demanda por recursos biológicos, derivado do crescimento populacional e econômico;
- Crescimento urbano acelerado e desenfreado;
- Falta de conscientização por parte da população das conseqüências de suas ações sobre o meio ambiente a longo prazo;
- Incremento das migrações humanas, das viagens e do comércio internacional, sem o devido preparo para a conservação dos recursos naturais;
- Perda irreversível de inúmeras espécies devido à destruição acelerada dos *habitats*, resultante da expansão populacional e de suas atividades;
- Desconhecimento, por parte dos mercados, do valor real e atual da biodiversidade;

FATORES CAUSADORES DE DESTRUIÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

- Incapacidade, em nível local, de conhecer e aplicar métodos de valoração da biodiversidade;
- Uso inadequado de tecnologias que afetam diretamente o meio ambiente;
- Ausência de avaliações sistemáticas das conseqüências do uso de tecnologias e seus impactos no meio ambiente;
- Falta de regulamentações rigorosas e de fiscalização quanto ao uso dos recursos biológicos, facilitando desmatamentos e destruições de áreas naturais, mudanças nos direitos de propriedade e alterações nas atitudes culturais;
- Ausência de políticas governamentais claras para regulamentar o acesso e o uso dos recursos genéticos.

“Se a humanidade quer abreviar os dias da floresta, pode derrubar tudo, não tem problema. A natureza vai responder e a humanidade vai pagar por isso, mas cedo ou mais tarde. A responsabilidade é dela” (Pedro Ramos, entrevista gravada, maio de 2007).

ANEXO 4

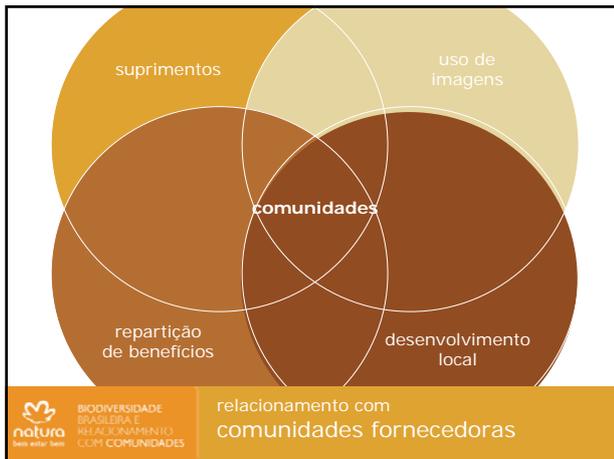


Sustentabilidade da Natura

É necessário incorporar aspectos sociais e ambientais nas decisões, atuando preventivamente e reduzindo os impactos dos processos, produtos e serviços. Assim, mitigar impactos não é mais suficiente, é preciso pensar no desenvolvimento de produtos e serviços que ampliem e potencializem os impactos positivos – sociais e ambientais – do negócio.

Modelo de negócios baseado na promoção do crescimento **econômico** compatível com o desenvolvimento **social** e o uso responsável dos **recursos ambientais**





59 ativos da biodiversidade:

- » 31 ativos advindos 10 áreas de agricultura familiar
- » 10 ativos advindos de 7 comunidades extrativistas
- » 17 ativos advindos de 14 empresas privadas

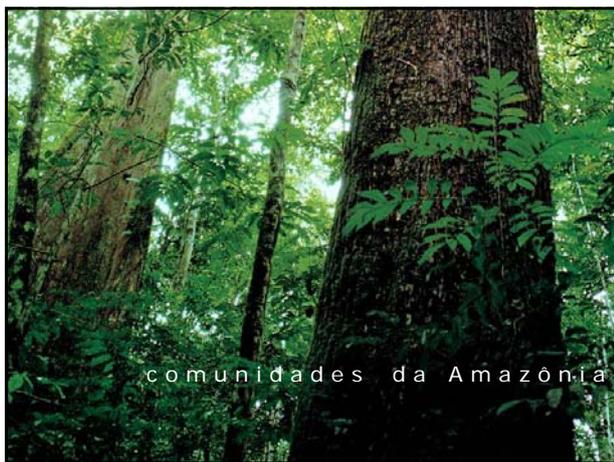
Biomás:

Atualmente: Amazônia
Mata Atlântica

Projetos futuros: Cerrado
Caatinga

natura BIODIVERSIDADE BRASILEIRA E RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES

ativos da biodiversidade



Produtos:
Castanha, Breu-Branco e Copaiba

1º caso Patrimônio Genético protocolado no CGEN

Fundo Natura de Desenvolvimento Sustentável:

% da receita líquida é revertida à comunidade para promoção do Desenvolvimento Sustentável Local

Plano de Desenvolvimento Sustentável e Diagnóstico Local Participativo

Parceiro: Cognis, GTZ, Fundação Orsa

Certificação FSC

natura BIODIVERSIDADE BRASILEIRA E RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES

comunidades da Amazônia
Iratapuru - Amapá

Produtos:
Andiroba e Murumuru

21 comunidades: Resex Médio Juruá, RDS Uacari e entorno

Parceiros:
Cognis e CNPT-IBAMA

Objetivo geral:
Auxiliar a comunidade na implementação do Plano de Manejo realizado em 2005

Repartição de Benefícios:
Processo de acesso ao patrimônio genético protocolado no CGEN

natura BIODIVERSIDADE BRASILEIRA E RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES

comunidades da Amazônia
médio juruá - Amazonas

Produto:
Priprioca

Comunidades fornecedoras:
Cotijuba, Campo Limpo e Boa Vista

Parceiros: Instituto Peabiru, Givaudan e Beraca

Ações: Diagnóstico Participativo e Plano de Desenvolvimento Local: auxílio para definição de ações prioritárias.
Apoio a projeto de formação de lideranças em Cotijuba.
Desenvolvimento em parceria com as Comunidades, Beraca e Givaudan de novos ativos (2006 – 2007)

Certificação orgânica – IBD 2006 (apoio Natura)

Repartição de Benefícios: Processo de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional protocolado no CGEN

natura BIODIVERSIDADE BRASILEIRA E RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES

comunidades da Amazônia
Entorno de Belém - Pará



Produtos:
Castanha, Cupuaçu e Cumaru

Iniciativa de Biocomércio
Oficinas de melhores práticas
produtivas

Parceiro: Cognis

Repartição de Benefícios:
Processo de acesso ao
patrimônio genético do
cupuaçu protocolado no CGEN

 **BIODIVERSIDADE
BRASILEIRA E
RELACIONAMENTO
COM COMUNIDADES**

comunidades da amazônia
Reca - Rondônia



Produto:
pitanga

Fornecedor Parceiro:
Centroflora

Modelo:
agricultura familiar (aprox. 100 famílias)

Sistema:
extrativismo

Certificação:
orgânica - ECOCERT (apoio Natura)

Repartição de Benefícios:
Processo de acesso ao patrimônio genético
protocolado no CGEN



 **BIODIVERSIDADE
BRASILEIRA E
RELACIONAMENTO
COM COMUNIDADES**

comunidades da mata atlântica
comunidades do turvo – PR

Produto:
pariparoba

Fornecedor Parceiro:
Centroflora

Modelo:
agricultura familiar (7 famílias)

Sistema:
cultivo + extrativismo

Certificação:
orgânica - IBD (apoio Natura)

Repartição de Benefícios:
Processo de acesso ao patrimônio
genético protocolado no CGEN



 **BIODIVERSIDADE
BRASILEIRA E
RELACIONAMENTO
COM COMUNIDADES**

comunidades da mata atlântica
consórcio terra medieval - SP

Produto:
cacau

Fornecedor Parceiro:
Croda

Modelo:
agricultura familiar

Sistema:
extrativismo

Certificação:
orgânica - IBD

Repartição de Benefícios:
Processo de acesso ao patrimônio
genético protocolado no CGEN



 **BIODIVERSIDADE
BRASILEIRA E
RELACIONAMENTO
COM COMUNIDADES**

comunidades da mata atlântica
Cabruca - Bahia

Produto:
guaraná

Fornecedor Parceiro:
Centroflora

Modelo:
agricultura familiar

Sistema:
policultivo

Certificação:
orgânica - IBD

Repartição de Benefícios:
Processo de acesso ao patrimônio
genético protocolado no CGEN



 **BIODIVERSIDADE
BRASILEIRA E
RELACIONAMENTO
COM COMUNIDADES**

comunidades da mata atlântica
cooperativa onça - Bahia

Produto:
urucum

Fornecedor Parceiro:
Centroflora

Modelo:
agricultura familiar

Sistema:
policultivo

Certificação:
não tem

Repartição de Benefícios:
Processo de acesso ao patrimônio genético protocolado no CGEN



BIODIVERSIDADE
BRASILEIRA E
RELACIONAMENTO
COM AS COMUNIDADES

comunidades da mata atlântica
Cooprocac - Banhia

Unidade Industrial de Benevides



Objetivo Geral

Suprir a demanda de noodle e óleo refinado para diferentes linhas de produtos da Natura.

Objetivo Específico

Desenvolver os processos e equipamentos para extração dos óleos;

Estabelecer cadeias de oleaginosas para Unidade Industrial de Benevides, a partir de empreendimentos comunitários respeitando a política de desenvolvimento sustentável da Natura;

Unidade Industrial de Benevides



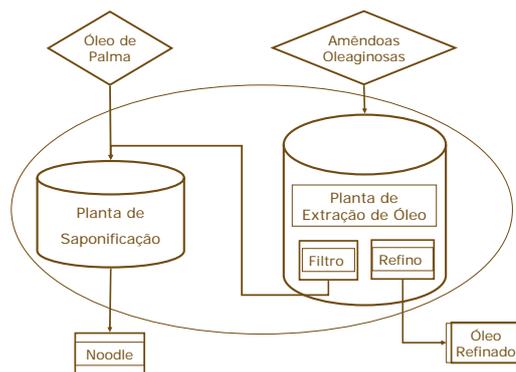
capacidade de produção: **18.000 Ton noodle** (massa de sabonete)/Ano

capacidade de processamento de oleaginosas: **3.200 Ton/Ano**

consumo de óleo (palma): **13.000 Ton/Ano**

colaboradores: **30**

Unidade Industrial de Benevides



Desafios

- Conciliar geração de renda com conservação da natureza e justiça social
- Promover o desenvolvimento local, respeitando o modo de vida das comunidades locais
- Construção de preços adequados para as partes
- Desenvolvimento de novos produtos
- Formalização das regras (fiscais e trabalhistas) para aquisição de matéria-prima
- Planejamento de abastecimento em função da época e ponto de colheita de cada espécie
- Logística de fornecimento
- Garantir qualidade da matéria prima



Estratégias

- Desenvolvimento de parcerias locais
- Promoção e apoio a capacitações técnicas e em gestão
- Promoção e apoio a certificação
- Promoção e apoio aos acordos comunitários
- Base de dados Socioeconômico-ambiental (Diagnóstico)
- Plano de Desenvolvimento Local (elaborado junto aos parceiros)
- Cesta de ativos (diversificação de produtos)
- Beneficiamento local (fornecimento de óleo bruto pelas comunidades)
- Compartilhamento dos conhecimentos



ANEXO 5

Seminário: “Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis”

Belém, Pará
27/09/07

Gonzalo ENRÍQUEZ
UFPA/ABIPTI/UNB
genriquez@uol.com.br

Estrutura da apresentação

- Pesquisa sobre cadeias produtivas da biodiversidade Problemas e Hipóteses;
- Geografia da pesquisa;
- Metodologia da Pesquisa;
- Cadeias produtivas;
- Papel do extrativismo e SNUC;
- Mecanismos de agregação de valor;
- Banco de dados de produtos comercializáveis.

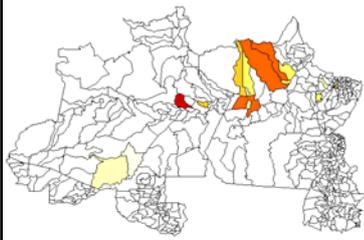
Problemas da Pesquisa

1. Novas tecnologias e ameaça de grandes transformações ambientais modelos alternativos de desenvolvimento (conservação e uso produtivo da biodiversidade)
2. As históricas práticas extrativistas da Região Amazônica e a política de Unidades de Conservação - importante estratégia para a viabilização desse novo modelo, desde que se cumpram algumas condicionantes, tais como:
 - a. Construção de arranjos tecnológicos: pesquisas e inovação tecnológica para agregar valor aos produtos;
 - b. Apoio institucional para o desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas;
 - c. Alargamento da cadeia produtiva implantação de bioindústrias

GEOGRAFIA DA AMOSTRA

REGIÃO NORTE

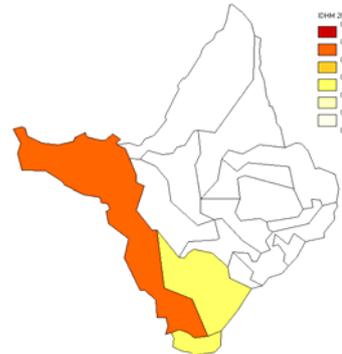
Cadeias Produtivas da Biodiversidade da Amazônia Brasileira



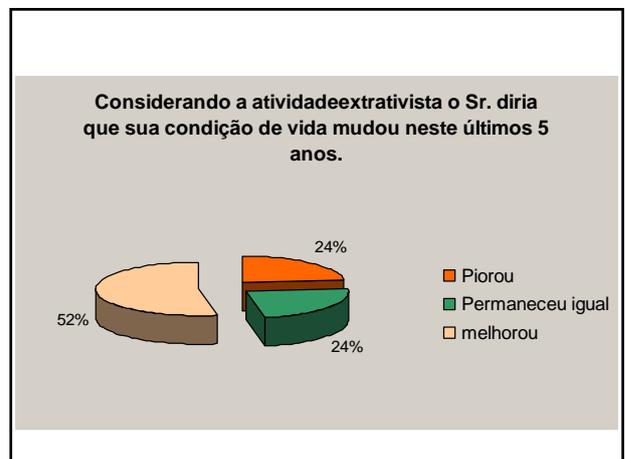
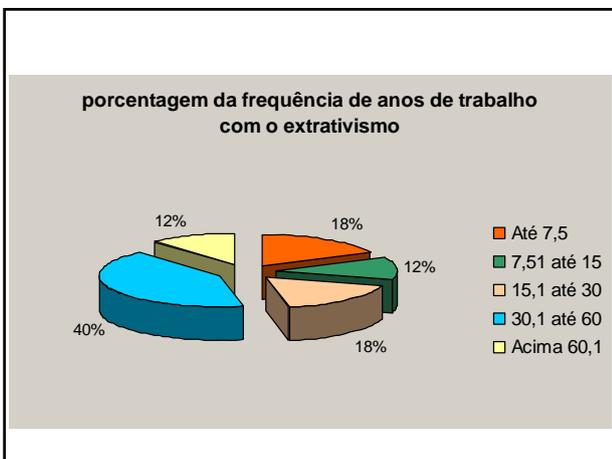
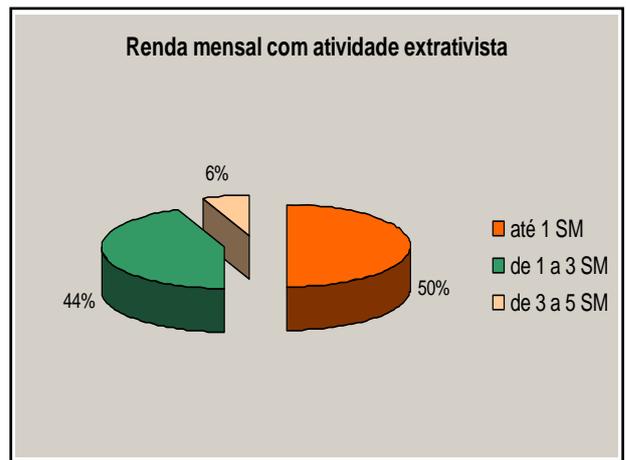
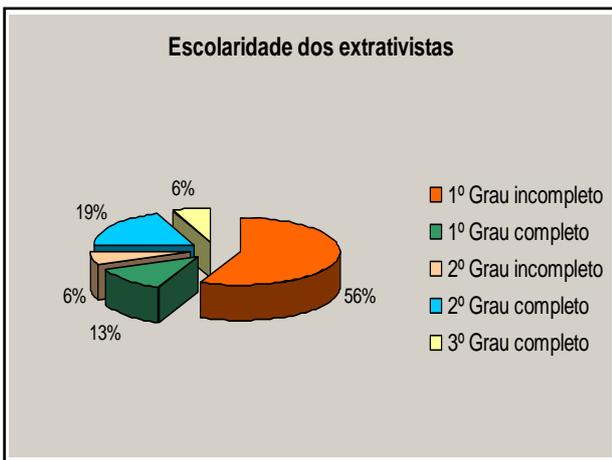
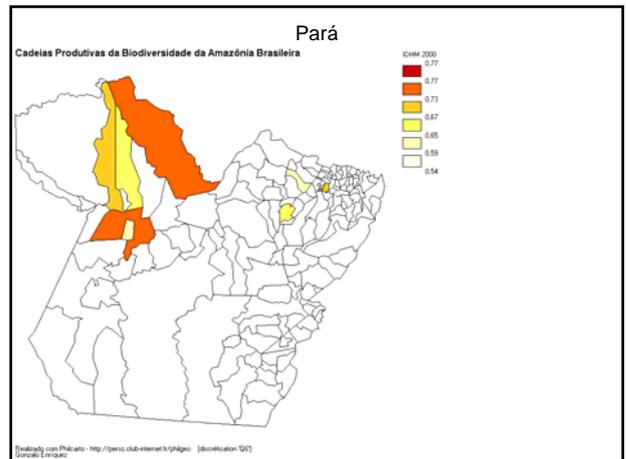
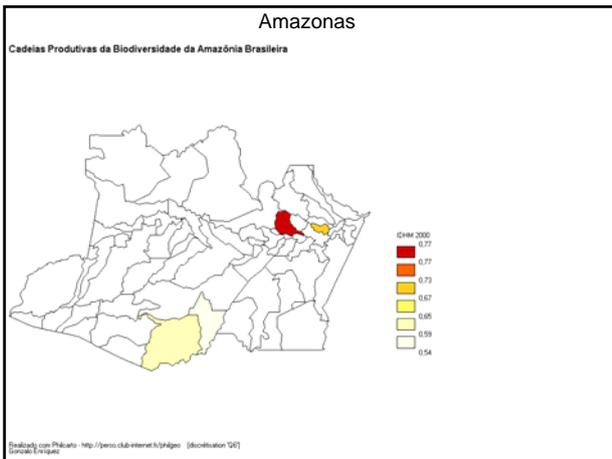
Elaboração com Philante - <http://perso.clubinternet.fr/ghago> - [licenciado GNU]
Gonzalo Enriquez

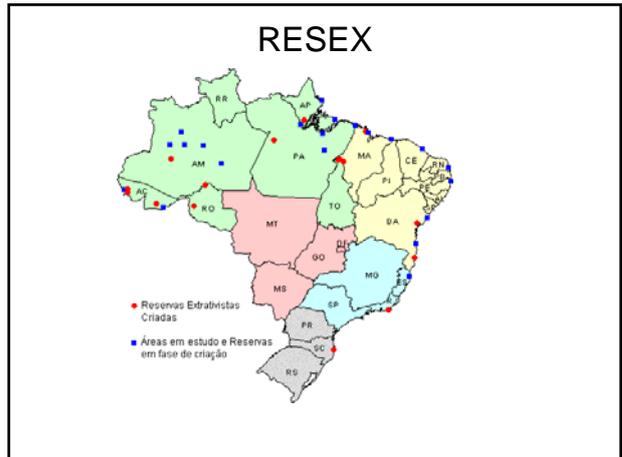
Amapá

Cadeias Produtivas da Biodiversidade da Amazônia Brasileira

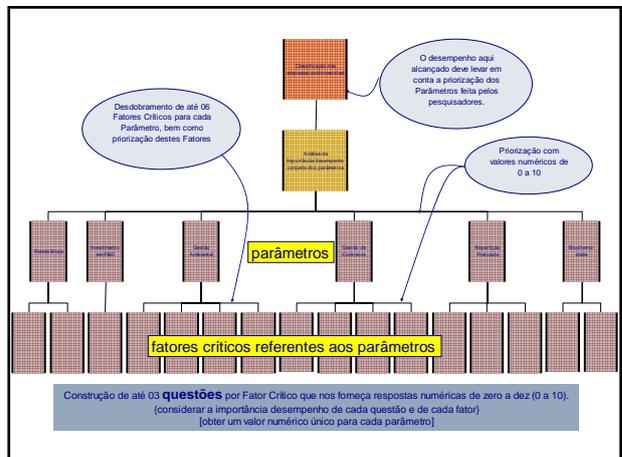
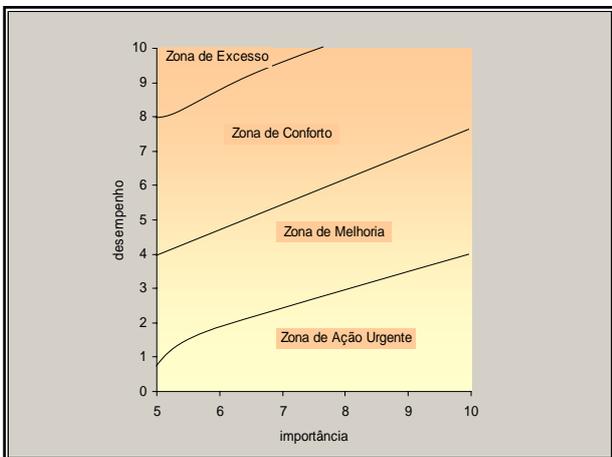


Elaboração com Philante - <http://perso.clubinternet.fr/ghago> - [licenciado GNU]
Gonzalo Enriquez





METODOLOGIA
IMPORTÂNCIA/DESEMPENHO



Dimensões Desenvolvimento Sustentável.

1. Sustentabilidade econômica (ligada à redução dos abismos norte/sul, deve ser buscados através de um fluxo permanente de investimentos públicos e privados);
2. Sustentabilidade ecológica e espacial (qualidade do meio ambiente e à preservação das fontes de recursos energéticos e naturais e distribuição territorial dos assentamentos humanos);
3. Sustentabilidade social e cultural (distribuição de renda educação, etc.

Variáveis de importância desempenho

Para cada dimensão foram definidas variáveis de importância/desempenho:

- ✓ gestão dos contratos das comunidades com empresas,
- ✓ Importância da bioindústria para valorização da biodiversidade,
- ✓ infra-estrutura,
- ✓ micro e pequenas empresas,
- ✓ organização social das comunidades,
- ✓ conservação da floresta,
- ✓ etc

Uma zona de Ação urgente. Se a "importância" for alta ou crescente e o "desempenho" for decrescente ou baixo. Nesse sentido, a opinião dos atores revela que deve haver uma atuação por parte do poder público para reforçar uma ação que leve a uma melhoria à comunidade e aos indicadores de desenvolvimento sustentável;

Zona de melhoramento. Diferentemente da zona de ação urgente as respostas dos atores encontram algumas condições em que também se exige uma ação de médio prazo a ser realizada pelo poder público para que as variáveis que foram apontadas consigam melhorar a situação do desenvolvimento sustentável (infra-estrutura, saúde, educação, gestão ambiental, etc.). A importância é crescente e o desempenho que foi observado também é maior que na zona de ação urgente;

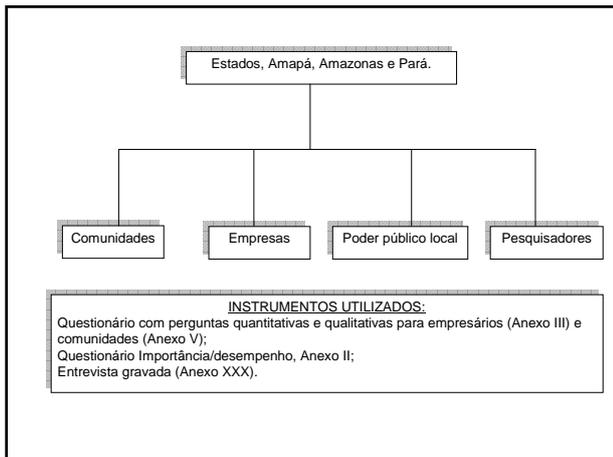
Zona apropriada ou ótima. A importância da variável é alta e o desempenho também é considerado em um nível aceitável, por tanto as ações devem ser mais voltadas para o médio e longo prazo, de forma a consolidar as variáveis apontadas como de nível ótimo e alcançar melhores condições do desenvolvimento sustentável. Qualquer uma das zonas diferente deve ser tomada uma decisão para alcançar uma melhoria, na visão da comunidade.

Zona de excesso. Quando face à sua importância o item em questão está obtendo um desempenho melhor do que lhe seria necessário, ou ótimo. Nesse caso, a realização de qualquer ação de política pública deve ser feita para equilibrar os indicadores de importância/desempenho.

Diagnóstico das cadeias

1. Caracterização geral das cadeias produtiva (castanha, Copaíba e andiroba) – definição de limites, insumos, componentes, ambiente institucional e organizacional;
2. Modelagem da cadeia produtiva que representa os três produtos – construção de um modelo para a cadeia, com suas segmentações e fluxos entre segmentos;
3. Análise dos fluxos de informação, de material e de capital;
4. Análise dos processos internos em segmentos da cadeia – operações internas, qualidade e sustentabilidade ambiental;
5. Identificação de fatores críticos, forças propulsoras e restritivas da cadeia;

Composição da mostra



Estado	Municípios/	Localidade	Siglas
17 COMUNIDADES			
Amapá	Laranjal do Jari	Centro	ATEAEPA
Amapá	Laranjal do Jari	São Francisco	COMARU
Amapá	Mazagão	Santa Clara	ASTEX-CA
Amapá	Macapá	Mazagão	COOPERLCA
Amazonas	Labrea	Bom Futuro	Extrativista
Amazonas	Labrea	Santa Eugênia	Extrativista
Amazonas	Labrea	Casa Nova	Extrativista
Amazonas	Canutama	Açaituba	Extrativista
Amazonas	Canutama	Santa Barbara	Extrativista
Amazonas	Canutama		Extrativista
Amazonas	Lábrea	José Gonçalves	Extrativista
Pará	Belterra	Tapajós	COOMFLONA
Pará	Alenquer	Sombra da Lua	STTRA
Pará	Belterra	Tapajós	COOMFLONA
Pará	Alenquer	Bela Vista Mamiá	
Pará	Cametá	Paruru do Meio	
Pará	Cametá	Cametá	

15 EMPRESAS (ENTREVISTADOS)

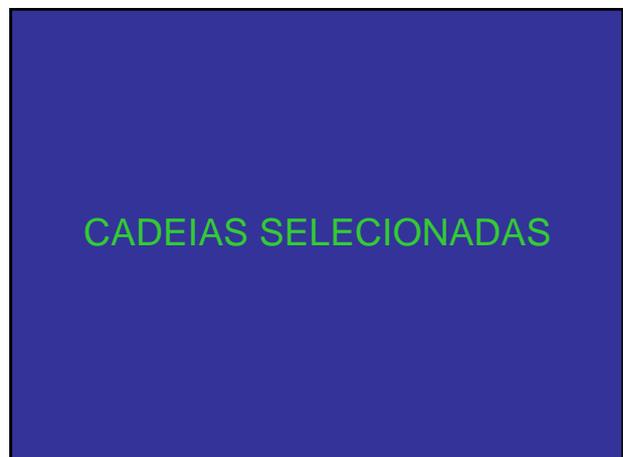
Amapá	Macapá	Macapá	NATIVA
Amazonas	Silves	Silves	AVIVE
Amazonas	Manaus	Manaus	Pronatus
Amazonas	Manaus	Manaus	AGRORISA
Amazonas	Labrea	Labrea	ASPACS
Amazonas	Silves	Silves	AVIVE
Pará	Belém	Belém	Chamma da Amazônia
Pará	Belém	Belém	JURUÁ
Pará	Belém	Belém	Ervativa
Pará	Belém	Belém	MUTRAN
Pará	Cametá	Cametá	RENMERO
Pará	Óbidos	Óbidos	CAIBA
São Paulo	Cajamar	Cajamar	Natura
São Paulo	Cajamar	Cajamar	Natura
São Paulo	Brooklin Novo	São Paulo	BERACA

25 PODER PÚBLICO

Amapá	Macapá	Macapá	SEMA
Amapá	Macapá	Macapá	
Amapá	Macapá	Macapá	
Amapá	Laranjal do Jari	Laranjal do Jari	RURAP
Amapá	Macapá	Macapá	
Amazonas	Manaus	Manaus	IDAM
Amazonas	Manaus	Manaus	ADS
Amazonas	Labrea	Labrea	IDAM
Amazonas	Labrea	Labrea	ADS
Amazonas	Manaus	Manaus	SEPLAN
Pará	Obidos	Obidos	EMATER
Pará	Alenquer	Alenquer	FMACA
Pará	Alenquer	Alenquer	CEPLAC
Pará	Belém	Belém	
Pará	Marituba	Marituba	EMATER
Pará	Belém	Belém	SEPE
Pará	Belém	Belém	IDEFLOR
Pará	Belém	Belém	SECTAM
Pará	Cametá	Cametá	ADEPA / IPEDE
Pará	Cametá	Cametá	IBAMA
Pará	Belém	Belém	Instituto Peabiru
Pará	Belém	Belém	ADA
Pará	Cametá	Cametá	
Pará	Cametá	Cametá	COOPMUC
Pará	Belém	Belém	SEDECT

18 PESQUISADORES DOS ESTADOS E NACIONAIS

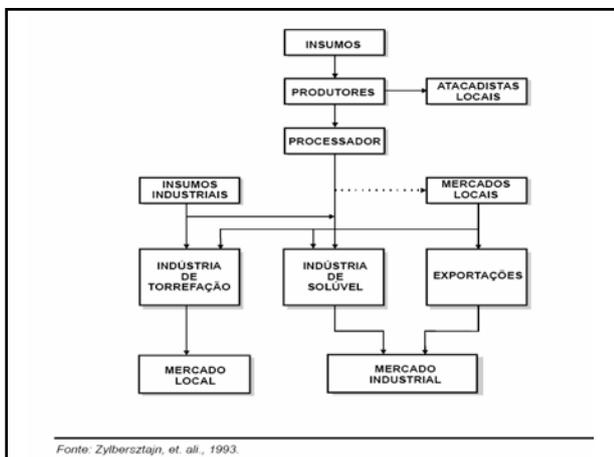
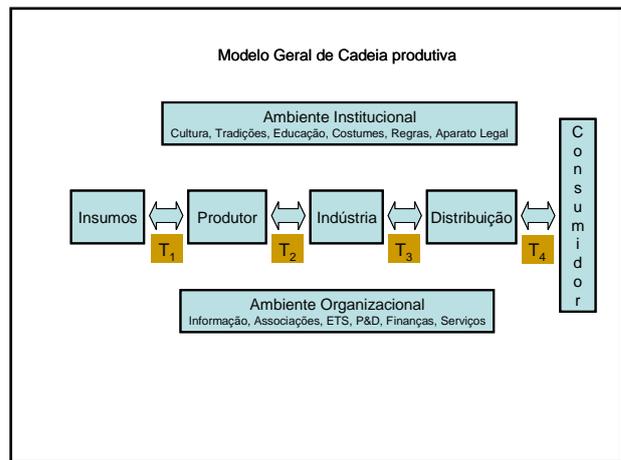
Amapá	Macapá	Macapá	IEPA
Amazonas	Manaus	Manaus	CBA
Amazonas	Manaus	Manaus	CBA
Amazonas	Manaus	Manaus	INPA
Pará	Santarém	Santarém	IBAMA
Pará	Almerim	Monte Dourado	ORSA
Pará	Almeirim	Monte Dourado	ORSA
Pará	Belém	Belém	MPEG
Pará	Belém	Belém	IPAM
Pará	Belém	Belém	UFPA
Pará	Belém	Belém	EMBRAPA
Pará	Belém	Belém	SEPE
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	FIOCRUZ

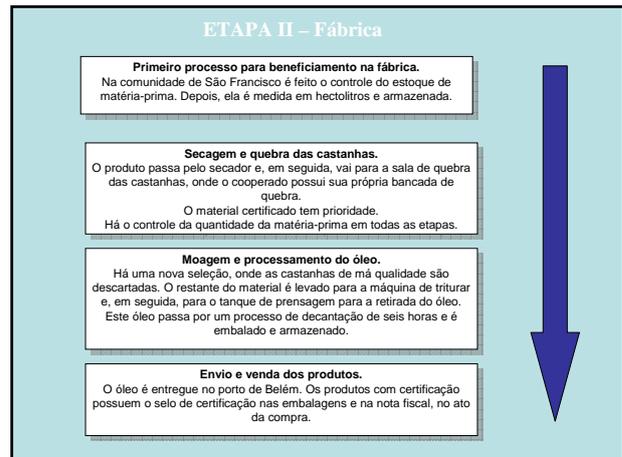
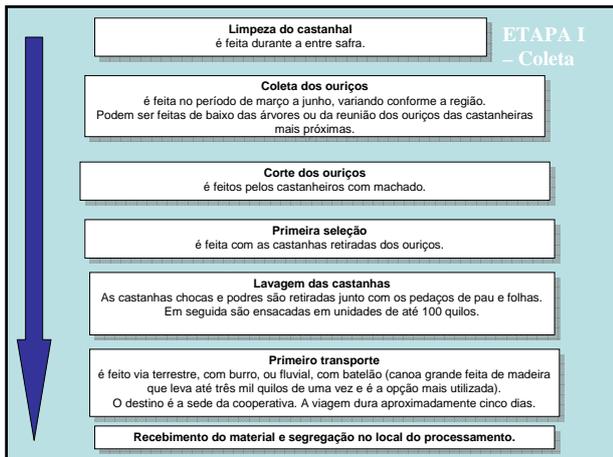


CADEIAS PRODUTIVAS PRIORIZADAS PARA A APLICAÇÃO DO MODELO

- Cadeia Produtiva da Andiroba
- Cadeia Produtiva da Copaíba
- Cadeia Produtiva da Castanha-do-pará
- Cadeia Produtiva do Jaborandi
- Cadeia Produtiva do Faveiro
- Cadeia Produtiva da Ipecacuanha
- Cadeia Produtiva da Espinheira-santa

Particularidades das cadeias produtivas da biodiversidade





Contribuições do extrativismo para manter a floresta em pé

- Valoração do Extrativismo**
- ✦ Pouco controle de produção;
 - ✦ Controle sobre sazonalidade;
 - ✦ Extensas áreas de coleta;
 - ✦ Intensivo em mão-de-obra;
 - ✦ Produção em escala;

- Valoração do Extrativismo**
- ✦ ciclos do extrativismo na Amazônia têm uma longa história, de uns 6 a 8 mil anos;
 - ✦ intervenção das comunidades na floresta tem modificado a Amazônia desde o ponto de vista social e econômico;
 - ✦ Principal protetor da floresta; Rádios de ação do extrativista;
 - ✦ Novas condições econômicas retomam seu papel fundamental no cuidado do Meio Ambiente;

- Valoração do Extrativismo**
- ✦ Extrativismo gerou produtos de sucesso comercial;
 - ✦ A ciência contemporânea tem interesse no futuro das florestas tropicais preservadas pelo extrativismo;
 - ✦ Integração das comunidades ao processo de agregação de valor da biodiversidade;

VALORAÇÃO DO EXTRATIVISMO

- ✦ Barreiras culturais ao extrativismo;
- ✦ Crescimento industrial acelerado – modernização, urbanização, tecnologia, produtividade, educação formal e produção para o mercado
- ✦ Agricultura tradicional e o extrativismo de baixa tecnologia;

Transformação Industrial

- ✦ Setor em alguns casos estrategicamente segmentados;
- ✦ 1ª, 2ª, 3ª indústria...;
- ✦ Grandes empresas, pouco dependentes de contratos na aquisição dos produtos da floresta;
- ✦ Intensivo em P&D;

Transformação Industrial

- ✦ Baixa demanda da matéria-prima *versus* alta oferta;
- ✦ Baixa frequência da transação;
- ✦ Alta assimetria de informação em benefício das empresas;
- ✦ Forte uso da marca Amazônia >> pouco uso das matérias-primas

Soluções de agregação de valor

- ✦ Subsídios ambientais para os extrativistas;
- ✦ Consolidação de cadeias produtivas através de contratos;
- ✦ Mecanismos para criação de bioindústrias;
- ✦ Normas e regulamentação. Controle do conteúdo dos produtos.

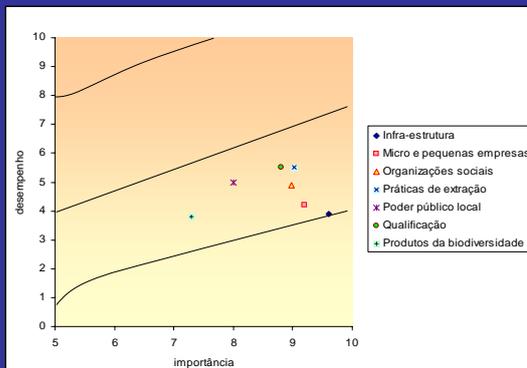
- A economia sociedade e ecossistemas.
- A energia do sol chega ao planeta, tiramos petróleo da terra (produzido há milhões de anos), colocamos resíduos na terra e na água.
- A economia é um sistema aberto, que não
- pode ser estudado por si, tem que ser estudado
- dentro da sociedade e dentro da natureza.

Economia de mercado - natureza

O mercado não leva em conta as externalidades negativas, as empresas não têm de pagar nada por seus passivos ambientais e, além disso, o mercado é muito miope frente ao futuro.

RESULTADOS PRELIMINARES

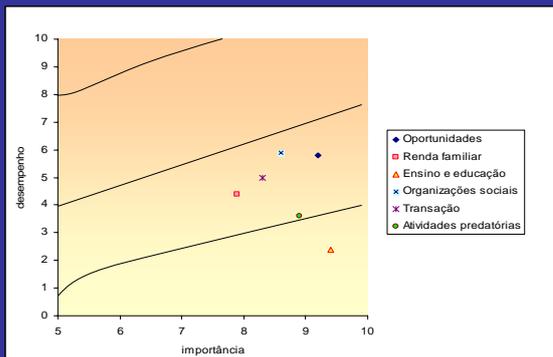
Pesquisador Nacional Sustentabilidade econômica



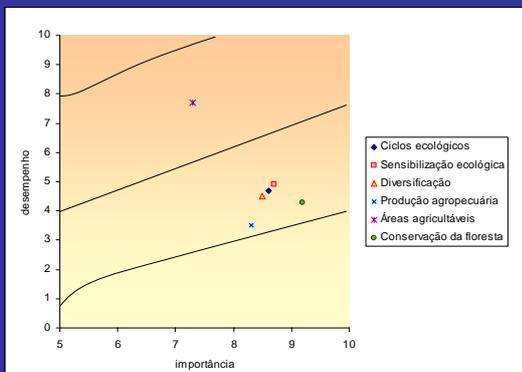
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA – ESTADOS

ESTADOS	Zona de Ação Urgente	Zona de Melhoria	Zona Apropriada	Zona de Excesso
Amapá, Amazonas e Pará.	Infra-estrutura.	Poder público, organizações sociais, qualificação, Produtos da biodiversidade e práticas de extração.		

Pesquisador Nacional Sustentabilidade Social e Cultural



Pesquisador Nacional Sustentabilidade Ecológica Espacial



Descrição Taxonômica do Patrimônio Genético Nacional com Potencial de Comercialização

O ponto de partida no processo de priorização de espécies para o presente estudo de cadeias foi a análise de uma lista elaborada por um grupo de 77 especialistas das áreas de botânica, química de produtos naturais, farmacologia, fitotecnologia e mercado, em evento promovido pela Embrapa, IBAMA e CNPq, no período de 11 a 13 de setembro de 2001 (Vieira et al., 2002).

No presente trabalho, e a partir da lista acima referida, procedeu-se a uma revisão bibliográfica das 196 espécies listadas, buscando-se as informações básicas, relevantes e atuais sobre cada um dos táxons, as quais foram inseridas no Banco de Dados. As informações levantadas estiveram voltadas principalmente para o uso medicinal, aromático ou alimentício das espécies.

Descrição Taxonômica do Patrimônio Genético Nacional com Potencial de Comercialização

20 *Baccharis trimera* (Less.) DC.*

- **Distribuição Geográfica:** MG, RJ ao RS.
- **Extinção:** não
- **Destino:** Mercado Interno e Externo
- **Observações:** Análises químicas de *B. trimera* indicam a presença de grandes quantidades de terpenóides, seguido de flavonóides e, em menor quantidade, cumarinas, sendo a fração diterpeno relacionada com o efeito da vasodilatação.

Descrição Taxonômica do Patrimônio Genético Nacional com Potencial de Comercialização

20 *Baccharis trimera* (Less.) DC.*

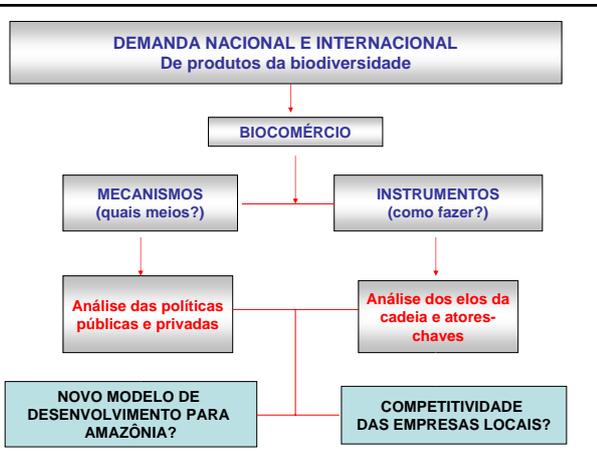
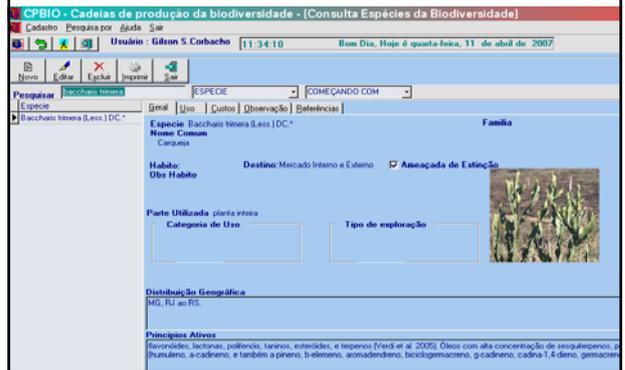
- **Parte Utilizada:** planta inteira
- **Princípio Ativo:** flavonóides, lactonas, polifenóis, taninos, esteróides, e terpenos (Verdi et al. 2005). Óleos com alta concentração de sesquiterpenos, principalmente hidrocarbonetos (humuleno, a-cadineno, e também a-pineno, b-elemeno, aromadendreno, biciclogermacreno, g-cadineno, cadina-1,4-dieno, germacreno-B, epi-a-muurolo) (Lago et al., 2005).
- **Uso:** Medicinal II e Aromático
- **Exploração:** Cultivo comercial e Extrativismo

Descrição Taxonômica do Patrimônio Genético Nacional com Potencial de Comercialização

20 *Baccharis trimera* (Less.) DC.*

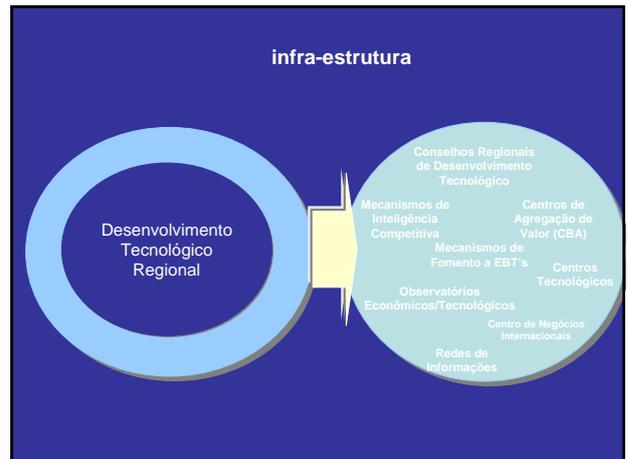
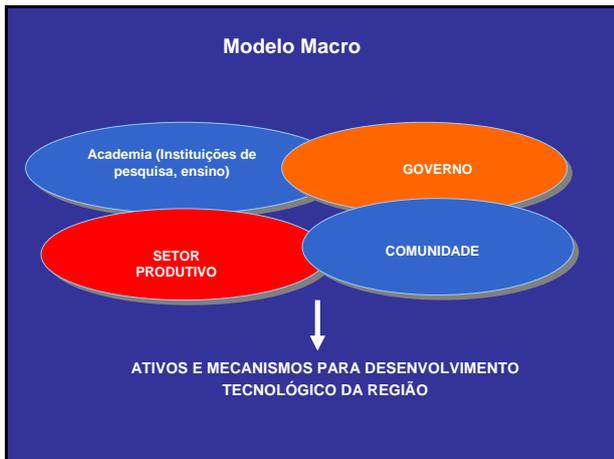
- **Família:** Asteraceae
- **Nome Comum:** Carqueja
- **Hábito:** Erva
- **Finalidade:** diurético, depurativo sendo usado como estimulante para a digestão (Verdi et al., 2005), ações atíulcera e antiácida (Gamberini et al., 1991; Gamberini et al., 1992; Souza et al., 1992); anti-inflamatória e analgésica (Gene et al., 1996), desinfetante e anti-séptico (Vancini et al., 2000). No sudeste do Brasil são extraídos, por arraste a vapor, óleo de carqueja, de alto valor para a indústria de fragrância (Alencar et al., 2005).

Banco de Dados



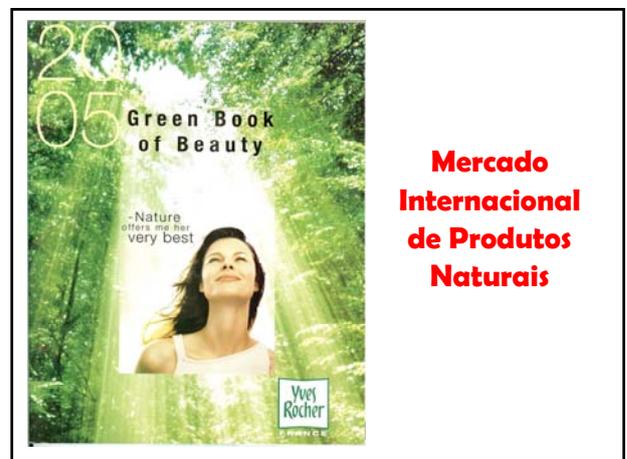
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





“Se a humanidade quer abreviar os dias da floresta, pode derrubar tudo, não tem problema. A natureza vai responder e a humanidade vai pagar por isso, mas cedo ou mais tarde. A responsabilidade é dela” (Pedro Ramos, entrevista gravada, maio de 2007).

- PRODUTOS DA BIODIVERSIDADE



Discover the power of Botanical Energy.

Spa Energie Vegetable, Borash, salicylic, Firm acids, Feed conditioner, Spa Energie Vegetable captures the botanical properties of Caffeine, Arnica, Pro Quercus in a collection of high performance body care products.

BE "SPA" SMART

Q "What is cellulite?"
A It is the protrusion of fat deposits. "Lipoid" under the skin. It is not necessarily related to weight.

Q "How will Spa help me?"
A Spa Energie supports skin's high performance with care ingredients that complement its natural ability. Spa Energie supports the body's fat metabolism. It's important to know that Spa Energie can assist your cellulite when you are exercising.

Q "Why does my skin look healthy?"
A Because an integral part of the Spa Energie line is green. The hydrolyzed tea, after its organic acid, is a powerful antioxidant. It's the key to the Spa Energie body care line. That's why the Spa Energie body care products are made with natural ingredients, based on essential oils, vitamins, and minerals.



BIOCOMERCIO SUSTENTÁVEL

Biocomércio

Inserir-se no processo de difusão e aproveitamento econômico da biodiversidade que se propõe agregar valor aos produtos da orinda.

Biocomércio

Que é o Biocomércio?

Empresas, idéias e projetos do comércio provenientes da biodiversidade, rentáveis econômica e financeiramente, com critérios de sustentabilidade ambiental e social.

O CUSTO DE OPORTUNIDADES DA PERDA DA BIODIVERSIDADE

SOJA PRODUZIDA EM RONDÔNIA



Rentabilidade = 2-3 tons/hectare
 Preço da soja no mercado = US\$ 266/ton
 International market = US\$250/ton
 Rendimento: US\$500 por hectare



FATORES CAUSADORES DE DESTRUIÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

- Incremento da demanda por recursos biológicos, derivado do crescimento populacional e econômico;
- Crescimento urbano acelerado e desenfreado;
- Falta de conscientização por parte da população das consequências de suas ações sobre o meio ambiente a longo prazo;
- Incremento das migrações humanas, das viagens e do comércio internacional, sem o devido preparo para a conservação dos recursos naturais;
- Perda irreversível de inúmeras espécies devido à destruição acelerada dos *habitats*, resultante da expansão populacional e de suas atividades;
- Desconhecimento, por parte dos mercados, do valor real e atual da biodiversidade;

FATORES CAUSADORES DE DESTRUIÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

- Incapacidade, em nível local, de conhecer e aplicar métodos de valoração da biodiversidade;
- Uso inadequado de tecnologias que afetam diretamente o meio ambiente;
- Ausência de avaliações sistemáticas das consequências do uso de tecnologias e seus impactos no meio ambiente;
- Falta de regulamentações rigorosas e de fiscalização quanto ao uso dos recursos biológicos, facilitando desmatamentos e destruições de áreas naturais, mudanças nos direitos de propriedade e alterações nas atitudes culturais;
- Ausência de políticas governamentais claras para regulamentar o acesso e o uso dos recursos genéticos.

“Se a humanidade quer abreviar os dias da floresta, pode derrubar tudo, não tem problema. A natureza vai responder e a humanidade vai pagar por isso, mas cedo ou mais tarde. A responsabilidade é dela” (Pedro Ramos, entrevista gravada, maio de 2007).









